II. Relatório de Gestão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Orçamentário e Financeiro)

EXERCÍCIO 2008

Endereço:
Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios – Bloco “L” – Sala 500
CEP: 70047-900 – Brasília/DF
www.mec.gov.br

SUMÁRIO

1. Identificação 30
1.1. Organograma estrutural 31

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos 33
2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas 33
2.2. Estratégia de atuação 34
2.3. Programas 40
2.3.1. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação 40
2.3.1.1. Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica 40

2.3.2. Programa 1061 – Brasil Escolarizado 42
2.3.2.1 Ação 2C95 - Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica 42
2.3.2.1.1. Profuncionário 43
2.3.2.2. Ação 6351 – Distribuição de Materiais Educativos e Pedagógicos para a Educação Infantil 46
2.3.2.3. Ação 4042 - Capacitação para Promoção da Saúde na Escola 46
2.3.2.3.1. Promoção e Desenvolvimento da Saúde da Escola na Educação Básica - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas 46
2.3.2.4. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1061 48
2.3.2.5. Ação 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica 48
2.3.2.5.1. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 49
2.3.2.5.2. Edital de Periódicos 51
2.3.2.5.3. Aquisição de obras em Domínio Público 51
2.3.2.5.4. Levantamento das bibliotecas escolares e implantação das bibliotecas virtuais 51
2.3.2.5.5. Pesquisa quantitativa sobre as bibliotecas escolares brasileiras 52
2.3.2.5.6. Pesquisa PNBE: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras 53
2.3.2.5.7. Literatura na Infância: imagens e palavras – Acervos do PNBE 2008 – Educação Infantil 53
2.3.2.5.8. Kit de Política de Formação de Leitores 54
2.3.2.5.9. Revista Leitura 54
2.3.2.5.10. Coleção Explorando o Ensino 55
2.3.2.6. Ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental 56
2.3.2.6.1. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/2010 57
2.3.2.6.2. Programa Nacional do Livro Didático – Obras Complementares 58
2.3.2.7. Ação 6322 – Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio 60
2.3.2.7.1. Programa Nacional do Livro didático do Ensino Médio – PNLM 60

2.3.3. Programa 1448 – Qualidade na Escola 63
2.3.3.1. Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica 62
2.3.3.1.1. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR 63
2.3.3.1.2. Projeto de Mobilização pela Qualidade da Educação – Pró-Letramento 65
2.3.3.1.3. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica 68
2.3.3.2. Ação 8602 – Disseminação de Tecnologias Educacionais 71
2.3.3.2.1. Guia de Tecnologias Educacionais 71
2.3.3.3. Ação 8680 – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino 74
2.3.3.3.1. Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho 74
2.3.3.3.2. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares 75
2.3.3.3.3. Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação 77
2.3.3.3.4 Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME 79
2.3.3.3.5. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica 81
2.3.3.3.6. Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação no Semi Árido, Proforti ..84
2.3.3.4. Ação 8682 – Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Educação Infantil 86
2.3.3.4.1. Pesquisas e estudos pedagógicos sobre a educação infantil 87
2.3.3.4.2. Elaboração de orientações curriculares para educação infantil 89
2.3.3.4.3. Produção, Aquisição e Distribuição de Materiais para a Educação Infantil 90
2.3.3.4.4. Componente Pedagógico do Proinfância 91
2.3.3.4.5. Apoio técnico para o desenvolvimento da educação infantil 94
2.3.3.5. Ação 8684 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Fundamental 103
2.3.3.5.1. Realização de Estudos sobre o Currículo do Ensino Fundamental 103
2.3.3.5.2. Definição de Diretrizes Relativas à Correção de Fluxo 106
2.3.3.5.3. Produção, Aquisição e Divulgação de Publicações, Periódicos e Outros Materiais Para o Ensino Fundamental - Documento Indagações sobre o Currículo 107
2.3.3.6. Ação 8686 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio . 110
2.3.3.7. Ação 8870 – Olimpíadas Escolares 118
2.3.3.7.1. Olimpíadas de Matemática 118
2.3.3.7.2. Olimpíadas de Ciências 119
2.3.3.7.3. Feira Nacional de Ciências da Educação Básica – FENACEB 119
2.3.3.7.4. Apoio a Feiras, Mostras Científicas e Eventos de Formação em Educação Científica 120

2.3.3.7.5. Olimpíada de Língua Portuguesa 120
2.3.3.8. Gestão da Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica 122
2.3.3.8.1. Coleção Explorando o Ensino 122
2.3.3.8.2. Provinha Brasil 123
2.3.3.8.3. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores 125
2.3.3.9. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1448 126
2.3.4. Outras Atividades 127
2.4. Desempenho Operacional 130
2.4.1 Evolução de gastos gerais 130
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 131
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 134
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício 136
6. Previdência Complementar Patrocinada 137
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos 139
8. Renúncia Tributária 141
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia 143
10. Operações de fundos 145
11. Despesas com cartão de crédito 148
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno 150
13. Determinações e recomendações do TCU 153
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e de pensão praticados no exercício 154
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado 156
16. Informações sobre a composição dos Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica 159
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão 163
18. Informações específicas a constar do Relatório de Auditoria de Gestão 165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Organograma estrutural 31
Gráfico 2 – Execução Orçamentária Compartilhada SEB/FNDE – 2008 38
Gráfico 3 – Pradime – Encontro Nacional com os Dirigentes Municipais de Educação 80
Gráfico 4 – Evolução da distribuição dos Recursos Humanos da SEB por categoria funcional, Posição: 31/12/08 160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada 30
Quadro 2 – Execução Físico-financeira, 2008 35
Quadro 3 – Execução Físico-financeira compartilhada SEB/FNDE, 2008 37
Quadro 4 – Dados gerais do Programa 1067 – Gestão da Política de Educação 40
Quadro 5 – Dados gerais da Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica 40
Quadro 6 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 8373 – 2008 41
Quadro 7 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 8373 41
Quadro 8 - Evolução das despesas - Ação 8373 41
Quadro 9 – Dados gerais do Programa 1061 – Brasil Escolarizado 42
Quadro 10 – Dados gerais da Ação 2C95 - Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica 42
Quadro 11 – Profuncionário - Eventos Realizados em 2008 44
Quadro 12 – Execução do Profuncionário por Unidade Federada – 2008 44
Quadro 13 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 2C95 45
Quadro 14 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 2C95 45
Quadro 15 – Profuncionário - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 45
Quadro 16 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 6351 46
Quadro 17 – Dados gerais da Ação 4042 - Capacitação para Promoção da Saúde na Escola 46
Quadro 18 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 4042 47
Quadro 19 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 4042 47
Quadro 20 - Saúde e Prevenção nas Escolas – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 48
Quadro 21 – Dados gerais da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 48
Quadro 22 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 2272 – 2008 48
Quadro 23 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 2272 48
Quadro 24 - Dados gerais da ação 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica 49
Quadro 25- Distribuição dos acervos do PNBE/2008 50
Quadro 26 – PNBE - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 51
Quadro 27 - Repasse dos recursos 52
Quadro 28- Cronograma de entrega dos produtos 52
Quadro 29 - Distribuição da Pesquisa do PNBE 53
Quadro 30 - Distribuição Catálogo Infantil PNBE/2008..... 54
Quadro 31 - Distribuição da Coleção Explorando o Ensino 55
Quadro 32 – Despesas relacionadas à atividade em 2008 56
Quadro 33- Dados gerais da ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamenta ... 56
Quadro 34 - Coleções inscritas no PNLD/2010 58
Quadro 35 - Livros inscritos no PNLD 2010, por área do conhecimento 58

Quadro 36 – Descentralização de recursos para a execução da avaliação do PNLD 58
Quadro 37 – Cronograma de trabalho/PNLD 2010 58
Quadro 38 – Obras inscritas no PNLD 2010 - Acervos complementares 59
Quadro 39 – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 59
Quadro 40 – Dados gerais da ação 6322 – Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio 60
Quadro 41 – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 61
Quadro 42 – Dados gerais do Programa Qualidade na Escola 62
Quadro 43 – Dados gerais da Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica 62
Quadro 44 – Descentralização de Recursos para execução do Gestar 63
Quadro 45 – GESTAR II, atendimento por Unidade Federada, Município e Nº de participantes 64
Quadro 46 – GESTAR – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 64
Quadro 47 – Proletramento – Atendimento em 2008 65
Quadro 48 – Proletramento - continuidade dos cursos iniciados no 2º semestre de 2007 – atendimento por unidade federada 66
Quadro 49 - Proletramentro - Cursos em estados não atendidos - atendimento por unidade federada 66
Quadro 50 - Proletramento - Etapa do Revezamento em alguns estados para 1as turmas e para 2as turmas iniciadas nos anos de 2006, 2007 e 2008 67
Quadro 51 – Proletramento – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 68
Quadro 52 - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – Atendimento em 2008 70
Quadro 53 - Rede - Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 70
Quadro 54 - Execução físico-financeira – Ação 6333 70
Quadro 55 - Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 6333 71
Quadro 56 – Dados Gerais da Ação 6333 71
Quadro 57 - Execução físico-financeira – Ação 8602 73
Quadro 58 – Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 8602 73
Quadro 59 – Tecnologias Educacionais – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 73
Quadro 60 – Dados Gerais da Ação 8602 74
Quadro 61 – Pró-Conselho - Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 75
Quadro 62 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – atendimento em 2008 76
Quadro 63 - Conselhos Escolares – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 77
Quadro 64 - PNE – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008 79
Quadro 65 – Pradime - atendimento aos municípios prioritários 81
Quadro 66- PRADIME – Outros Itens de despesa relacionados à atividade em 2008 81
Quadro 67 - Programa Nacional Escola de Gestores – Descentralização de créditos orçamentários 82
Quadro 68- Programa Nacional Escola de Gestores – execução física 83
Quadro 69 - Programa Nacional Escola de Gestores – Cursos de Especialização iniciados em 2008 83
Quadro 70 - Escola de Gestores – Outros Itens de despesa relacionados à atividade em 2008 83
Quadro 71- Proforti – execução em 2008 84
Quadro 72 – Proforti – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 85
Quadro 73 – Execução físico-financeira - Ação 8680 85
Quadro 74 – Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8680 86
Quadro 75 – Dados Gerais da Ação 8680 86
Quadro 76 - Pesquisas e Estudos Pedagógicos sobre Educação Infantil – outros itens de despesa em 2008 89
Quadro 77 - Orientações Curriculares Para Educação Infantil – outros itens de despesa em 2008 90
Quadro 78 – Política de Educação Infantil - encontros em 2008 92
Quadro 79 – Proinfância – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 92
Quadro 80 – Política de Educação Infantil - reuniões técnicas em 2008 93
Quadro 81 – Política Nacional de Educação Infantil – outras despesas relacionadas à atividade em 2008 95
Quadro 82 – Política de Educação Infantil - Cronograma do trabalho do GT 95
Quadro 83 – Apoio Técnico para o Desenvolvimento da Educação Infantil – outros itens de despesas em 2008 95
Quadro 84 - Construção de Indicadores de Qualidade na Educação Infantil - Cronograma do trabalho 96
Quadro 85 - Proposta de Trabalho do Grupo Interinstitucional para Educação Infantil no Campo – GT Educação Infantil no Campo - MEC/SECAD/SEB/MDA 98
Quadro 86 - Assistência Técnica e pedagógica aos Sistemas Municipais de Ensino – Participação em Eventos – 2008 100
Quadro 87 – Educação Infantil - outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 102
Quadro 88 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados – Ação 8682 102
Quadro 89 - Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 8682 102
Quadro 90 – Dados Gerais da Ação 8684 103
Quadro 91 - Currículo do Ensino Fundamental - Programação e execução em 2008 104
Quadro 92 - Currículo do Ensino Fundamental - Quadro Eventos realizados/Local/Número de participantes 105
Quadro 93 - Programação e execução dos serviços de impressão e distribuição do documento "Indagações sobre Currículo" 109
Quadro 94 - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 8684 110
Quadro 95 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8684 110
Quadro 96 – Outros itens de despesa relacionados à atividade 110
Quadro 97 – Dados Gerais da Ação 8686 110
Quadro 98 - Participação da Equipe da COEM/DCOCEB/SEB em Eventos 113
Quadro 99 - Política do Ensino Médio – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 117
Quadro 100 - Intercâmbio Brasil – Colômbia – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 117

Quadro 101 - Metas Previstas e resultados alcançados – Ação 8686 - Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio *117*
Quadro 102 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8686 ..... *118*
Quadro 103 – Dados Gerais da Ação 8870 ..... *118*
Quadro 104- Apoio a Feiras, Mostras Científicas e Eventos de Formação em educação Científica *120*
Quadro 105 - Ação 8870 – Olimpíadas Escolares – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *121*
Quadro 106 - Metas Previstas e resultados alcançado - Ação 8870 – Olimpíadas Escolares *121*
Quadro 107 – Execução Financeira por Natureza de Despesa - Ação 8870 ..... *121*
Quadro 108 – Dados gerais da Ação 0509 ..... *122*
Quadro 109 - Resumo dos materiais da Coleção Explorando o Ensino *123*
Quadro 110 – Contratos – Provinha Brasil *124*
Quadro 111 – Provinha Brasil – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *124*
Quadro 112 - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – Atendimento em 2008 ..... *125*
Quadro 113 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 0509 ..... *125*
Quadro 114 – Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 0509 ..... *125*
Quadro 115 – Dados gerais da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1448 126
Quadro 116 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 2272 – 2008 ..... *126*
Quadro 117 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 2272 ..... *126*
Quadro 118 - PDE – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *127*
Quadro 119 - Política Nacional de Educação Básica – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *127*
Quadro 120 - Política Nacional de Educação Básica, Prêmios – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *128*
Quadro 121 - Política Nacional de Educação Básica – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008 ..... *128*
Quadro 122 – Evolução de gastos gerais *130*
Quadro 123 – Restos a pagar de exercícios anteriores *134*
Quadro 124 - Transferências (Convênios e outros tipos) *136*
Quadro 125 – Série histórica da despesa com cartão de crédito *148*
Quadro 126 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005 ..... *148*
Quadro 127 – Manifestações da Controladoria Geral da União em 2008 ..... *150*
Quadro 128 – Manifestações do Tribunal de Contas da União em 2008 ..... *153*
Quadro 129 - Composição dos Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica - Situação em 31/12/2008 ..... *159*
Quadro 130 - Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica - Posição: 31/12/2008 ..... *159*

I – Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada (conforme item 1 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN –TCU – 93/2008)

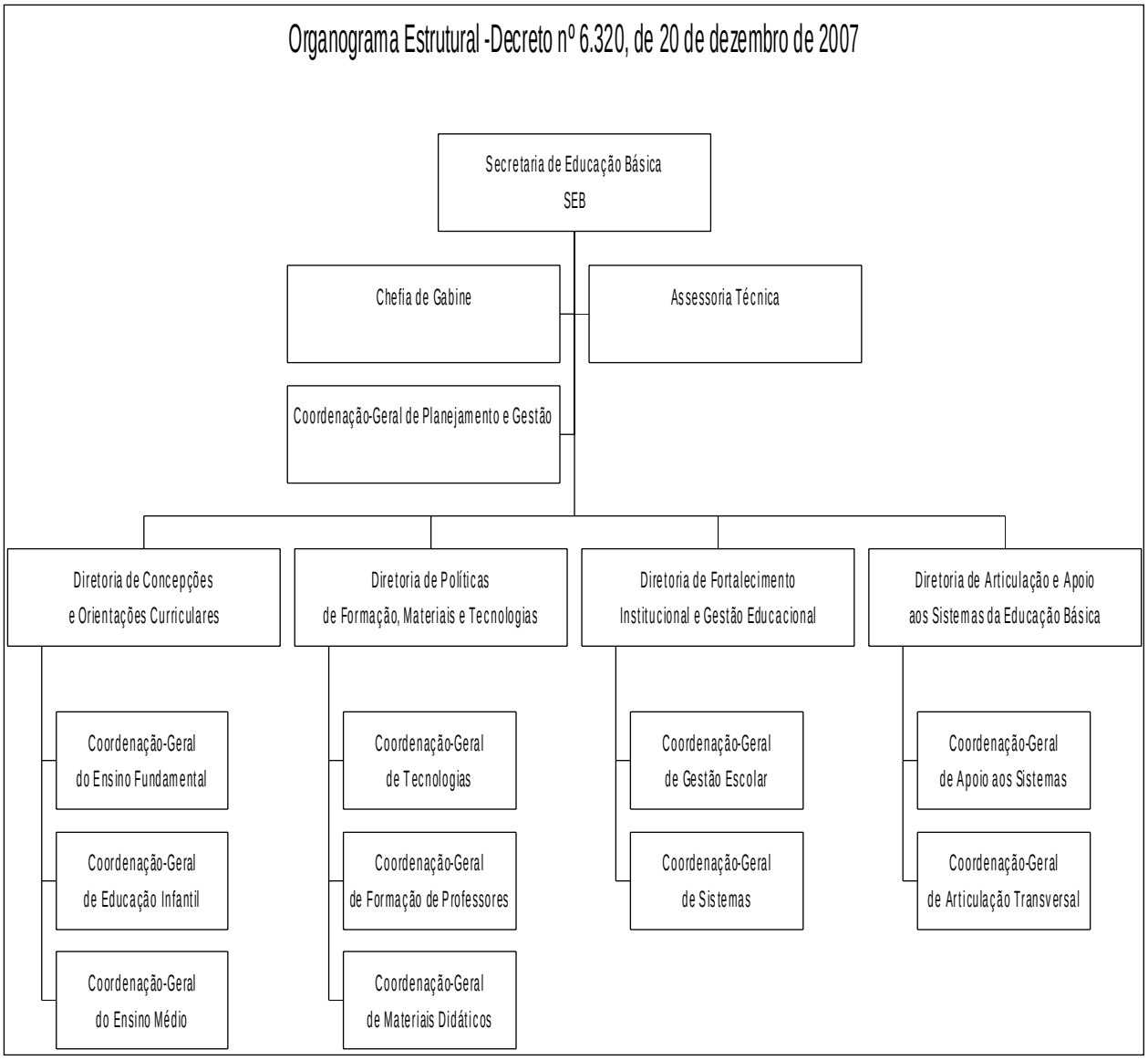
1. Identificação

Quadro 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Educação Básica – SEB	
CNPJ	00.394.445/0124-52	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo Federal – Código101-5	
Vinculação ministerial	Órgão Específico Singular do Ministério da Educação	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5º andar – Brasília/DF – CEP: 70.047-900 Telefone(s): (61)2104-8612/8613/8617	
Endereço da página institucional na internet	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=529	
Normativos de criação	Decreto nº 6.320, de 20 de fevereiro de 2007.	
Definição de competências	Conforme o Art. 9º do Decreto nº 6.320/07, compete à Secretaria de Educação Básica: I. planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II. propor e fomentar a implementação das políticas, por meio da cooperação técnica e financeira, junto às unidades da federação, em regime de colaboração e gestão democrática, para garantir a igualdade de condições de oferta de ensino e a permanência do aluno na escola; III. desenvolver ações visando à melhoria da qualidade da aprendizagem na área da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, tendo a escola como foco principal de atuação; IV. desenvolver ações objetivando a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o alcance de padrões da qualidade social da educação básica; V. incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação básica em todas os seus níveis, na perspectiva do direito, da inclusão social e da valorização dos profissionais da educação; VI. zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio; VII. desenvolver ações em parceria com outros órgãos que concorram para o cumprimento das competências da Secretaria; e VIII. apoiar e acompanhar a execução de acordos e convênios firmados com órgãos nacionais e internacionais, em seu âmbito de atuação.	
Estrutura organizacional	A Secretaria de Educação Básica – SEB tem a seguinte estrutura organizacional: Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – CGPG 1. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica 1.1 Coordenação-Geral do Ensino Fundamental 1.2 Coordenação-Geral de Educação Infantil 1.3 Coordenação-Geral de Ensino Médio 2. Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para Educação Básica 2.1 Coordenação-Geral de Tecnologia da Educação 2.2 Coordenação-Geral de Formação de Professores 2.3 Coordenação-Geral de Materiais Didáticos 3. Diretoria de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional 3.1 Coordenação-Geral de Gestão Escolar 3.2 Coordenação-Geral de Sistemas de Divisão 4. Diretoria de Articulação e Apoio aos Sistemas da Educação Básica 4.1 Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas 4.1 Coordenação-Geral de Articulação Transversal	
Regimento Interno e data de publicação no D.O.U.	Não houve publicação do Regimento Interno no D.O.U.	
Código da UJ titular do relatório	150019	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	12 - Educação	
Tipo de atividade	Prioritariamente na formulação, implementação e coordenação das políticas e da formação de recursos humanos para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).	
Unidade gestora utilizada no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Educação Básica	150019

1.1. Organograma estrutural

Gráfico 1 – Organograma estrutural



II – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas (conforme item 2 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN -TCU - 93/2008)

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Em termos de políticas públicas educacionais, no Brasil, a última década registrou a universalização da oferta de ensino fundamental e a progressão dos esforços na universalização da oferta de educação infantil e de ensino médio. Atualmente, constitui desafio maximizar a qualidade da educação pública ofertada, conciliando o acesso e a aprendizagem de todos os alunos, bem como assegurando o direito de aprender a todos.

Nesse contexto, a SEB tem por atribuições formular e implementar a política de educação básica, centrada no desenvolvimento de ações que resultem na melhoria do padrão de qualidade da educação básica, em todas as suas etapas, na perspectiva do direito, da inclusão social e da valorização dos profissionais da educação. Sua atuação é orientada para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio, mediante ações efetivas que garantam o acesso à educação de qualidade e a permanência dos alunos na escola com aprendizagem.

Entre as ações efetivas da SEB, destacam-se a Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação e de Democratização da Gestão Educacional, implementadas por meio da formação inicial e continuada de professores da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio, de gestores e funcionários da Educação Básica, bem como a política de da assistência técnica, de formulação de diretrizes curriculares, de produção e disseminação de materiais didáticos e periódicos de qualidade que assegurem a informação e o aprimoramento tanto dos profissionais da educação nos exercício de suas funções, como dos alunos.

A Secretaria de Educação Básica é responsável e/ou tem participação direta na implementação de um conjunto de ações que integram os Programas 1061 – Brasil Escolarizado e 1448 – Programa Qualidade na Escola. A SEB participa como unidade gestora responsável ou como articuladora, coordenadora e formuladora de políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e para o ensino médio, em estreita articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, como protagonista nas definições relacionadas às ações dos referidos Programas.

Em 2008, a SEB continuou a execução das ações planejadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no País, com foco prioritário na educação básica. A SEB prestou assistência técnica aos estados e municípios para habilitá-los a receber os recursos e assistência técnica do MEC que lhes permitirão desenvolver as ações do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Nesse sentido, a equipe do Ministério da Educação construiu e disponibilizou os instrumentos e orientou estados e municípios na elaboração e implementação do PAR, na utilização do módulo Plano de Metas do sistema informatizado de elaboração e acompanhamento do PAR, analisou e aprovou os planos, acompanhou a assistência de estados e universidades aos municípios. Em dezembro de 2008, com 4.148 Planos de Ação já elaborados e 507 em elaboração, o MEC contou com a adesão de todos do estados, do Distrito Federal e dos 5.563 municípios brasileiros.

Ainda em relação às responsabilidades institucionais da SEB, vale ressaltar que em 2008, o MEC adotou uma série de medidas com o objetivo de conferir maior racionalidade gerencial e administrativa aos programas e projetos da área de educação. No âmbito da Secretaria de educação Básica -SEB, essas medidas se traduziram, por exemplo, na centralização no FNDE da gestão orçamentária e financeira das ações em execução na Secretaria. Fundamentado no princípio da gestão compartilhada, o FNDE assume a função de Unidade Orçamentária – UO, e a SEB a função de Unidade Gestora – UG, participando efetivamente na execução de um conjunto ações integrantes dos Programas 1061 – Brasil Escolarizado e 1448 – Qualidade na Escola, cujos resultados são apresentados ao longo do Relatório de Gestão.

Essa organização permite a uniformização dos procedimentos gerenciais dos projetos do MEC, evita a dispersão, pulverização e superposições de esforços e meios, e permite à SEB concentrar sua atuação na definição de políticas e diretrizes educacionais, na implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, e monitoramento dos seus resultados. Dentro desse mesmo espírito de racionalidade gerencial, a Portaria Normativa nº 21, de 4 de dezembro de 2008, institucionalizou a transferência para o FNDE dos convênios da Rede Nacional de Formação, entre outros, permanecendo na SEB as diretrizes políticas, o acompanhamento pedagógico e as avaliações dos resultados dos programas relacionados a esses convênios.

2.2. Estratégia de atuação

Na execução das ações sob a responsabilidade da SEB, são celebrados acordos e convênios com parceiros e órgãos nacionais, a exemplo da UNDIME, CONSED, UNCME, e internacionais como o PNUD, UNESCO, UNICEF, OEI, os quais fortalecem e qualificam a atuação da Secretaria. A SEB também se apóia em experientes e competentes parcerias com universidades e seus respectivos centros de pesquisa e de formação que, atuando de forma descentralizada, contribuem para qualificar, expandir e autonomizar as ações locais. São 27 Unidades Federadas e os 5.564 Municípios brasileiros que, por meio das suas redes, atuando em regime de colaboração, e apoiadas pelos recursos oriundos das transferências, permitem ao MEC exercer o seu papel de articulador e coordenador da política nacional de educação.

Tendo em vista a função estratégica do regime de colaboração, o Ministério da Educação centra esforços para consolidar o movimento de mobilização "Compromisso Todos pela Educação", que constitui a principal ação do PDE. O Compromisso prevê a atuação conjunta de todos os níveis de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração para melhoria da aprendizagem dos alunos e do desempenho dos sistemas de ensino. Ao lançar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, no início de 2007, o Ministro Fernando Haddad, apresentou medidas concretas para o fortalecimento da educação básica. A partir do PDE, O MEC, no seu papel de indutor de políticas públicas na área educacional, vem atuando em duas frentes. De um lado, elaborou e está dando ampla divulgação ao IDEB, um índice comparável nacionalmente que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil e Saeb) com informações sobre o rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono).

O IDEB introduz um elemento inovador à política educacional brasileira: a avaliação e o estabelecimento de metas de qualidade como instrumento de gestão. Por meio da projeção de metas bienais, o objetivo do Ministério é traçar uma radiografia da situação da qualidade da educação em âmbito nacional e projetar metas de qualidade a serem alcançadas pelas escolas nos próximos anos. São metas de qualidade de médio e longo prazos para que as escolas possam adotar progressivamente medidas para melhoria da qualidade. O mesmo vale para que os governos formulem políticas mais adequadas, de longo prazo e, sobretudo, contínuas, para a melhoria da qualidade da educação ofertada nas suas redes de ensino.

A partir de 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do PAR, instrumento obrigatório para a celebração de convênio entre os entes federados e o MEC. O PAR é plurianual, com vigência de quatro anos, e substitui os antigos PTA - Planos de Trabalho Anuais. É importante salientar que o PAR constitui um divisor de águas no cenário da Política Educacional Brasileira. O MEC espera que esse instrumento plurianual fomente uma cultura de continuidade das políticas públicas locais e nacionais, para além da vigência dos mandatos políticos.

Para a elaboração do PAR, o MEC identifica os municípios de IDEB mais baixo, que recebem orientação direta de consultores disponibilizados pelo Ministério. Desse modo, o MEC inverte a lógica do modelo de transferências voluntárias vigente até então. Em vez de aguardar as demandas de assistência financeira por parte das redes públicas de ensino, mecanismo que acabava por beneficiar os sistemas de ensino com melhor capacidade técnica e contribuía para cristalizar as disparidades historicamente existentes, o Ministério passa agora a identificar e acompanhar as redes de ensino mais frágeis para apoiá-las técnica e financeiramente na elaboração de seus programas de melhoria da qualidade do ensino.

Em 2008, o MEC consolidou a grande mobilização com secretários de educação de estados e municípios, por meio das Caravanas da Educação e pela formação de um grupo de trabalho com capitais e grandes cidades, para que façam a adesão ao Compromisso Todos pela Educação. Como conseqüência desse movimento, os sistemas de ensino aderiram ao Compromisso, realizando seu diagnóstico local da educação, definindo suas prioridades e elaborando seu PAR, cuja implementação é apoiada técnica e financeiramente pelo Ministério. O PDE já conta hoje com a adesão das 27 unidades federadas e dos 5.563 dos municípios brasileiros ao plano de metas Todos pela Educação. O Ministério da Educação esteve empenhado em agilizar a análise dos PAR, firmar termos de cooperação e conveniar com esses municípios e dar continuidade à implementação das ações que demandam apoio técnico e financeiro do MEC.

A execução físico-financeira das ações sob a responsabilidade da SEB concentrou-se na formação de professores e profissionais da Educação, no fortalecimento e democratização da gestão, e na produção e distribuição de materiais de suporte didático-pedagógico. Em 2008, a SEB empenhou recursos da ordem de R$ 12.104.057,82, por meio de sua Unidade Gestora (UG 150019) e das Unidades Orçamentárias 26101 (MEC) e 26298 (FNDE) – Quadro 2.

Na condição de Unidade Gestora, participou efetivamente na execução de um conjunto ações integrantes dos Programas 1067 – Gestão da Política de Educação, 1061 – Brasil Escolarizado e 1448 – Qualidade na Escola; contribuiu ativamente para a execução desses Programas que juntos totalizam empenho da ordem de R$ 949.168.133,66, conforme informações apresentadas ao longo do Relatório de Gestão.

Quadro 2 – Movimentação Orçamentário-financeira UG 150019, em 2008

EXECUÇÃO 2008 - UG 150019

Programa	Ação	Título de Ação	Objeto da Movimentação	Destinatário	Natureza Despesa	Valor do Repasse	Total
1061	2272	GAP	Portaria nº07 de 06 de agosto de 2008 - Processo 23000.014961/2008-62	CAPES	33.90.39	500.000,00	**1.800.000,00**
			Programa Saude e Prevenção nas Escolas - SPE, Processo nº 23000.023046/2008-68	153173 / 15253 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	33.90.39	1.300.000,00	
1448	2272	GAP	Diárias para Servidores	SEB/MEC	33.90.14	32.145,66	**364.934,26**
			Passagem	SEB/MEC	33.90.33	307.827,06	
			Diárias para Colaboradores Eventuais	SEB/MEC	33.90.36	24.961,54	
1067	8373	GERENCIAMENTO DA SEB	PRODOC - BRA/03/004 -Proc. 23000.004757/2003-29	PNUD	33.80.39	160.000,00	**1.623.303,11**
			Diárias para Servidores no País		33901414	193.636,92	
			Diárias para Colaboradores - Pais		33903602	170.155,02	
			Periódico		33903901	3.441,30	
			Taxas de Inscrição de Livros	Miguel de Cervantes	33903904	9,00	
			Licitação	Eudina Maria Silva ME	33903905	7.980,00	
			Suprimento de Fundos	Cartão	33903941	1.236,18	
			Confecção Mat.de Divulgação	Darlan Luccas Pissolatii-EPPP	33903963	7.800,00	
			Proc. 23000024946200822	Hattem Produções Cinematográficas Ltda	33903963	3.600,00	
			Licitação	Air Tour - Viagens e turismo Ltda - EPP	33903922	3.774,94	
			Licitação	Discovery travel - Viagens & Turismo Ltda	33903922	6.654,42	
			Manuseio,Etiquetagem,Transp. Provinha Brasil	Gráfica e Editora Executiva Ltda	33913922	7.400,00	
			Divulgação do Prêmio	Azuki Publicidade & Comunicações Ltda	33913922	5.600,00	
			Embalagens	Sacobras Embalagens Ltda	33903019	3.899,30	
			Passagem para o Pais		33903301	961.116,80	
			Passagem para o Exterior		33903302	53.314,47	
			Desp. De Exerc. Anteriores - Diárias		33909214	2.194,39	
			Desp. De Exerc. Anteriores - Passagem		33909233	1.198,28	
			Desp. De Exerc. Anteriores - Passagem		33909233	7.544,90	
			Rome Feiras e Promoções Ltda		33909301	2.720,89	
			Fundo de Imprensa Nacional		33913947	14.580,86	
			Exercício Anteriores – Imprensa Nacional		33913947	5.445,44	
1448	0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Rede Nacional Formação-Conv. 019/2004	Fundação São Paulo	44504201	87.053,00	**87.053,00**
	6333	Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de profissionais da EB	Parcela Conv. 003/2004 -	Universidade Estadual de Ponta Grossa	33304129	1.746.137,20	**7.313.409,70**
			Parcela Conv, 023/2004.	Universidade Estadual de Campinas	33304145	1.267.136,00	
			Parcela Conv. 021/2004.	UNESP	33304145	1.949.828,50	
			Rede Nacional Formação- Conv. 009/2004	Associação Antonio Vieira	33504101	1.259.455,00	
			Rede Nacional Formação- Conv. 019/2004	Fundação São Paulo	33504101	407.947,00	
			Parcela Conv. 014-2004- Conv. 001/2003	Sociedade Mineira de Cultura	33504101	682.906,00	
	8680	Apoio ao Fortalecimento Institucional - Nacional	PRODOC - BRA/03/004 – Conv. 001/2003	PNUD	333803924	285.000,00	**615.680,00**
			PRODOC - BRA/03/004 -Proc. 23000.004757/2003-29	PNUD	333803924	15.000,00	
			Licitação -Proc. 23000011425200813	Gráfica Editora e Papelaria Impressus Ltda	33903963	49.680,00	
			Licitação Proc. 23000028167200715	Gráfica Brasil Editora & Marketing Ltda	33903963	266.000,00	
	8870	Olimpíadas Escolares	Licitação Proc. 23000016646420071	Rome Feiras e Promoções Ltda	33903922	299.677,75	**299.677,75**
TOTAL						**12.104.057,82**	**12.104.057,82**

Síntese da Movimentação Orçamentário-financeira UG 150019, em 2008

UG 150019

TOTAL EXECUTADO PELA UG	**12.542.241,73**
(-) TOTAL EXECUTADO NO SIAFI pela UG	10.304.057,82
EXECUTADO NA SAA/MEC (PESSOAL TEMPORARIO)	396.589,91
EXECUTADO NA SAA/MEC (MATERIAL PERMANENTE)	41.594,00
TRANF.POR NC	**1.800.000,00**

8373

TOTAL EXEC.NA AÇÃO 8373	2.019.893,02
TOTAL EXECUTADO PELA UG NA AÇÃO 8373	1.623.303,11
TOTAL EXECUTADO NA SAA/MEC (PESSOAL TEMPORARIO)	396.589,91

Por Ação

EXECUÇÃO NA 8373	1.623.303,11
EXECUÇÃO NA 8870	299.677,75
EXECUÇÃO NA 6333	7.313.409,70
EXECUÇÃO NA 0509	87.053,00
EXECUÇÃO NA 2272	364.934,26
EXECUÇÃO NA 8680	615.680,00

Fonte: SIAFI

Quadro 3 – Execução Físico-financeira compartilhada SEB/FNDE, 2008

Programa	Ação	FÍSICO					FINANCEIRO - R$							
							Previsto		Realizado					
		Unid. de medida	Produto	Previsto (a)	Realizado (b)	%	Dotação inicial	Lei + crédito (autorizado) (c)	Empenhado (d)	% d/c	Liquidado (e)	% e/c	Pago (f)	% f/c
1061	2C95	unidade	profissional formado	1.479	1.479	100	6.301.028,00	4.670.928,00	2.883.543,85	62	705.605,19	15	440.585,44	9
1448	6333	unidade	Profissional beneficiado	51.473	263.067	511	42.712.182,00	32.712.182,00	25.879.144,33	79	10.992.523,11	34	9.832.308,85	30
1448	8602	unidade	kit tecnológico distribuído	162.000	0	-	27.000.000,00	3.134.000,00	3.084.227,79	98	2.685.126,54	86	2.642.427,84	84
1448	8680	unidade	agente educac capacitado	40.700	19.629	48	30.750.000,00	18.750.000,00	10.119.072,95	54	358.133,01	2	358.133,13	2
1448	8682	unidade	sistema de ensino apoiado	5.564	5.564	100	5.400.000,00	4.360.000,00	3.169.646,61	73	920.869,89	21	920.869,89	21
1448	8684	unidade	sistema de ensino apoiado	5.599	3.693	66	5.400.000,00	3.860.000,00	3.850.000,00	100	0,00	0	0,00	0
1448	8686	unidade	sistema de ensino apoiado	27	27	100	5.400.000,00	3.873.360,00	837.766,22	22	426.408,17	11	426.088,12	11
1448	8870	unidade	evento realizado	2	11	550	20.700.000,00	16.630.000,00	16.361.734,75	98	16.047.884,42	96	16.030.350,84	96
1061	2272	não especificado	não especificado	-	-	-	8.000.000,00	1.800.000,00	1.300.000,00	72	0,00	0	0,00	0
1067	8373	não especificado	não especificado	-	-	-	2.895.992,00	2.316.796,00	2.019.893,02	87	2.008.304,02	87	2.008.304,02	87
SUBTOTAL - R$							**154.559.202,00**	**92.107.266,00**	**69.505.029,52**	**75**	**34.144.854,35**	**37**	**32.659.068,13**	
1061	4042	unidade	aluno beneficiado	559.894	-	0	33.593.680,00	33.593.680,00	17.546.494,42	52	314.557,67	1	314.557,67	1
1448	2272	não especificado	não especificado	-	-	-	30.000.000,00	27.000.000,00	17.892.619,94	66	16.335.740,58	61	16.335.741	61
1448	0509	unidade	projeto apoiado	971	557	57	354.690.560,00	908.751.782,00	844.223.989,78	93	407.927.016,62	45	195.391.798,25	22
VALOR TOTAL - R$							**572.843.442,00**	**1.061.452.728,00**	**949.168.133,66**		**458.722.169,22**		**244.701.164,61**	

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, em 31.12.2008.

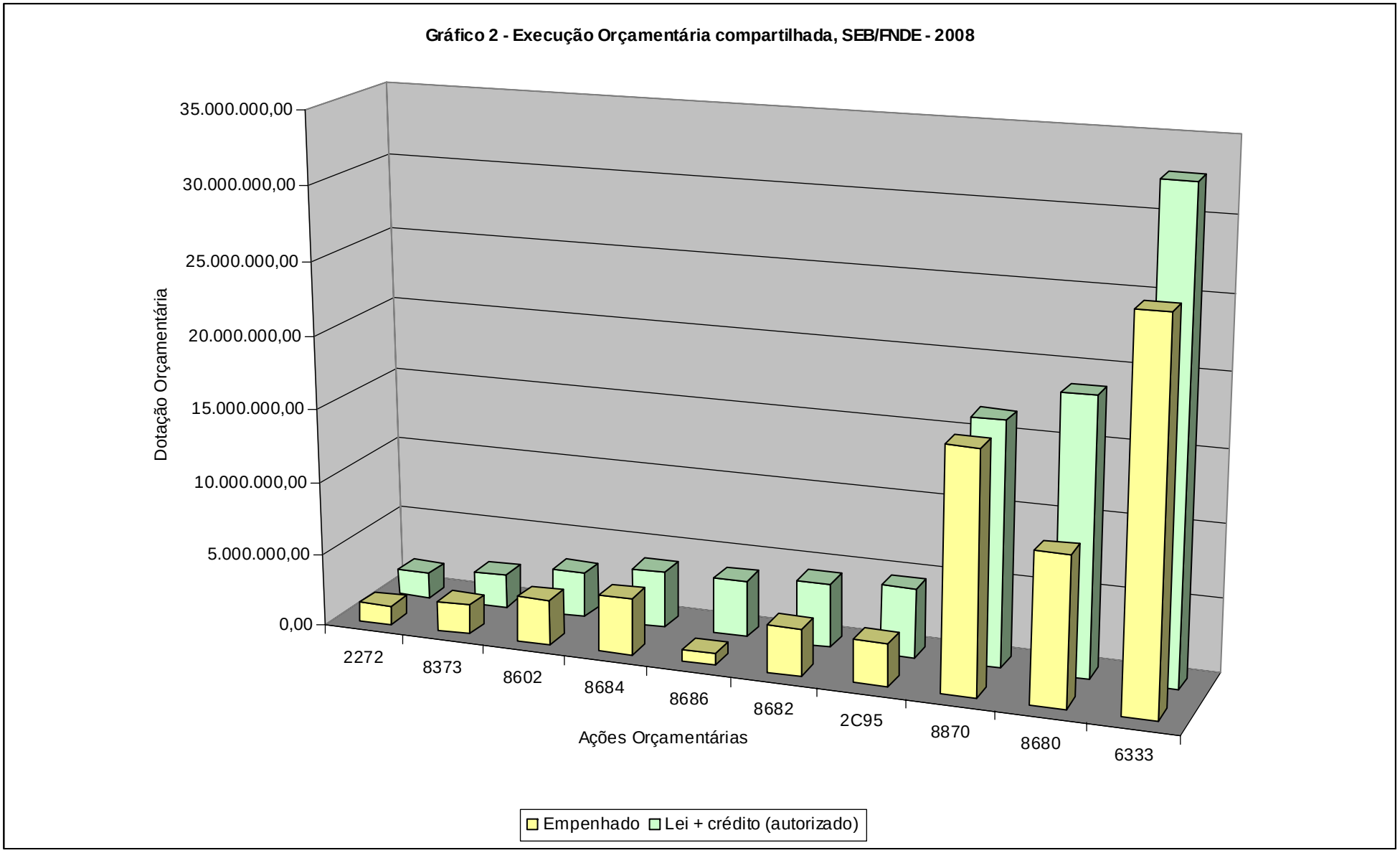


Gráfico 2 - Execução Orçamentária compartilhada, SEB/FNDE - 2008
35.000.000,00
30.000.000,00
25.000.000,00
20.000.000,00
15.000.000,00
10.000.000,00
5.000.000,00
0,00
Dotação Orçamentária
2272
8373
8602
8684
8686
8682
2C95
8870
8680
6333
Ações Orçamentárias
Empenhado
Lei + crédito (autorizado)

Execução por Programa

2.3. Programas

A Secretaria de Educação Básica é responsável e/ou tem participação na execução de 14 (quatorze) ações integrantes dos Programas abaixo listados, cuja gestão orçamentária e financeira é, predominantemente, de responsabilidade do FNDE:

- Programa 1067 – Gestão da Política de Educação
- Programa 1061 – Brasil Escolarizado
- Programa 1448 – Qualidade na Escola

2.3.1. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Quadro 4 – Dados gerais do Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Leo Kessel
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não previstos
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Ação do Programa Gestão da Política de Educação sob a responsabilidade da SEB:

SEB (Unidade Gestora - UG) MEC (Unidade Orçametária - UO)

- Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

Nesta Ação a SEB é responsável pela gestão orçamentária e financeira.

2.3.1.1. Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

Quadro 5 – Dados gerais da Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

Tipo	Atividade
Finalidade	Dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a Educação Básica, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à Política Nacional de Educação Básica.
Descrição	Suporte técnico e administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEB, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico até a avaliação e controle das ações implementadas no âmbito da Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Cinara Dias Custódio
Unidades executoras	SEB
Áreas (da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPG/SEB
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10.

A - Resultados da Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

Os resultados da ação 8373 indicam um bom desempenho gerencial; os três quadros a seguir apresentados especificam os itens das despesas e os respectivos valores referentes a essa ação.

Quadro 6 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 8373 – 2008

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$	% do Pago s/autorizado
3.3.90.14	Diárias - Civil	195.768,71	193.636,92	193.636,92	193.636,92	99%
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	175.715,29	170.155,02	170.155,02	170.155,02	97%
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.089.788,41	1.014.431,27	1.014.431,27	1.014.431,27	93%
3.3.91.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.741,66	14.580,86	14.580,86	14.580,86	93%
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.861,50	2.720,89	2.720,89	2.720,89	95%
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	10.937,57	10.937,57	10.937,57	10.937,57	100%
3.3.80.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	100%
3.3.90.04	Contratação por Tempo Determinado	397.543,40	396.589,91	396.589,91	396.589,91	100%
3.3.91.92	Despesas de Exercicios Anteriores - Op. Intra-Orçamentarias	5.445,44	5.445,44	5.445,44	5.445,44	100%
3.3.90.30	Material de Consumo	4.286,72	4.286,72	4.286,72	4.286,72	100%
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	194.213,98	47.108,42	35.519,42	35.519,42	18%
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	41.594,00	0	0	0	0%
3.3.90.00	Aplicações Diretas	22.899,32	0	0	0	0%
3.3.91.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	0	0	0	0	0%
Valor Total - R$		**2.316.796,00**	**2.019.893,02**	**2.008.304,02**	**2.008.304,02**	

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 7 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 8373

Meta física*			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
-	-	-	2.316.796,00	2.019.893,02	87

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 8 - Evolução das despesas - Ação 8373

DESCRIÇÃO	ANO (em R$)		
	2006	**2007**	**2008***
Diárias para Servidor	415.801,72	194.299,87	193.636,92
Diárias para Colaborador Eventual	223.120,32	68.224,30	170.155,02
Passagem Aérea	1.254.109,24	455.295,10	1.014.431,27
Cartão de Crédito do Governo Federal	13.263,13	3.358,19	1.236,18
Imprensa Nacional	175.254,64	37.280,32	14.580,86
Ressarcimento	3.884,81	4.369,82	2.720,89
Despesas de Exercícios Anteriores	29.455,42	9.843,68	10.937,57
Periódicos	4.192,60	2.928,50	3.441,30
Locação de Mão-de-Obra	18.549,32	0,00	0,00
Contratos	186.766,04	94.608,66	42.818,36
Obrig.Tribut.e Contrib.OP.Intra-Orç.	18.292,41	0,00	0,00
PNUD	4.460,65	0,00	160.000,00
UNESCO	0,00	656.056,40	0,00
Pessoal Temporário	672.471,80	541.149,84	396.589,91
Despesas Exerc.Anteriores (339192)	5.206,08	1.195,66	5.445,44
Material de Consumo	27.083,83	2.266,19	3.899,30
Equipamentos e Material Permante	429.870,00	0,00	0,00
VALOR TOTAL	**3.481.782,01**	**2.070.876,53**	**2.019.893,02**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

* O valor total = valor pago + restos a pagar (R$ 2.019.893,02 = R$ 2.008.304,02 + R$11.589,00)

2.3.2. Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Quadro 9 – Dados gerais do Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando eqüidade nas condições de acesso e permanência.
Objetivos específicos	Maximizar a oferta de Educação Básica de Qualidade Garantir a equidade no acesso e permanência dos alunos na escola pública
Gerente do programa	Daniel Silva Balaban
Gerente executivo	Adalberto Domingos da Paz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%); Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%); Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%); Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%); Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%).
Público-alvo (beneficiários)	Crianças, adolescentes e jovens

As principais ações do Programa Brasil Escolarizado, cuja execução é compartilhada entre a SEB-FNDE, são:

SEB (UG) FNDE (UO)

- Ação 2C95 – Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica
- Ação 6351 – Distribuição de Materiais Educativos e Pedagógicos para a Educação Infantil
- Ação 4042 – Capacitação para Promoção da Saúde na Escola
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

FNDE (UG e UO):

- Ação 6322 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio
- Ação 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica
- Ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

2.3.2.1 Ação 2C95 - Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica

Quadro 10 – Dados gerais da Ação 2C95 - Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer, por meio do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Funcionários da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - "Profuncionário", modalidade de educação à distância, formação profissional técnica em nível médio, nas habilitações: alimentação escolar, multimeios didáticos, gestão escolar, meio ambiente e manutenção da infra-estrutura escolar, a funcionários já atuantes na Educação Básica, como forma de elevar a qualidade da educação com a profissionalização desse segmento.
Descrição	Desenvolvimento de curso semipresencial (Profuncionário), que utiliza materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de serviço de tutoria e comunicação. As atividades básicas para sua execução: 1)treinamento dos agentes envolvidos (níveis: gerencial, operacional, professores formadores e tutores); 2) reprodução e distribuição de materiais didáticos; 3) monitoramento (sistema de informações) do curso; 4) avaliação do curso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Cinara Dias Custódio
Unidades executoras	FNDE
Áreas (da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para Educação Básica / Coordenação-Geral de Formação de Professores
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 11, Inciso I: propor e apoiar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, a garantia de formação inicial e continuada, visando à valorização dos profissionais da educação básica.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

2.3.2.1.1. Profuncionário

A – Objetivo: o Programa de Formação em Nível Médio-Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Profuncionário tem por objetivo promover, por meio da educação à distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas seguintes habilitações: Gestão Escolar; Alimentação Escolar; Multimeios Didáticos; e Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: as novas competências exigidas pelas transformações do mundo do trabalho demandam mais a qualificação dos profissionais que atuam nos setores envolvidos no desenvolvimento socioeconômico, onde a valorização do profissional constitui um direito – CF/88, Art.206-V; LDB/Lei nº 9394/96, Art.3º - VII; PNE/Lei nº 10.172/2001; Decreto nº 6.094/2007. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação - Decreto nº 6.094/2007 - estabelece como uma das diretrizes "a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação" (Art.2º - XII), em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece como meta a oferta de programas de formação tendo em vista atender às necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico administrativo. Assim a formação desses profissionais apresenta-se como uma necessidade permanente, fazendo parte do contexto educacional.

Nesta perspectiva o Ministério da Educação fomentou, junto ao Conselho Nacional de Educação, a criação da área de Serviços de Apoio Escolar e este publicou o Parecer CNE/CEB nº 16/2005, bem como a Resolução CNE/CEB nº 05/2005, que propõem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar e inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 04/99, a 21ª Área de Serviços de Apoio Escolar. Com isso, foi instituído, por meio da Portaria Normativa MEC nº 25/2007, o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO, como um programa que promova, através do ensino a distância, a formação técnica em nível médio para os funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino, nas habilitações de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura.

C - Público alvo: servidores que atuam nas redes públicas de ensino da educação básica, com ensino médio concluído ou concomitante a esse.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, com a participação dos entes federados e das instituições formadoras e por intermédio da aprovação de planos de trabalho encaminhados por entidades públicas das esferas Estadual, Federal ou Municipal ou, ainda, Entidades Privadas sem fins lucrativos relacionadas aos trabalhadores da educação.

A Coordenação Geral do Profuncionário está a cargo da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica/SEB/MEC. A Coordenação Estadual é formada pela Secretaria de Estado da Educação, que designa o coordenador executivo, por representações da Undime Estadual, do Conselho Estadual de Educação (CEE), do Sindicato dos Trabalhadores da Educação entre outro. Professores orientadores e tutores são selecionados e designados pela própria coordenação estadual. Dependendo da participação de funcionários da educação das redes municipais, também as prefeituras podem indicar tutores.

A Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Educação a Distância (CEAD), foi responsável pela produção inicial do curso - elaboração do material didático, orientação presencial de professores orientadores e tutores. A partir de 2008, os Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs) desenvolveram ações voltadas para formar tutores e professores orientadores que atuarão na formação técnica, em nível médio, dos funcionários da educação pública.

E - Fluxos da ação e desempenho: a ação é desenvolvida mediante convênio e/ou assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e os Estados, Municípios e o Distrito Federal e, ainda, Instituições de Ensino e entidades privadas sem fins lucrativos.

No que se refere à formação e profissionalização dos trabalhadores da Educação que atuam fora da sala de aula, o MEC em 2008 esteve empenhado em dar seguimento ao Profuncionário, que está titulando em nível médio, com habilitação nas áreas Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar, funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública.

Em 2008, a estrutura de implementação do Programa sofreu profundas reformulações, passando a formação, que até então era ofertada pela UNB, a ser oferecida por meio dos CEFET, em parceria com as Secretarias de Educação. Para viabilizar a ação foram celebrados 19 Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com entes da federação e formalizadas 16 descentralizações para Centros Federais de Educação Tecnológica; foram inscritos 41.435 profissionais de 22 Estados, e teve início a formação dos 1.418 tutores, bem como de parte dos cursistas. Em 2009, esses profissionais inscritos receberão formação, a ser ofertada inclusive com recursos transferidos no exercício de 2008. Os Quadros 5, 6, 7, 8 e 9 consolidam a execução física e financeira do Profuncionário.

Quadro 11 – Profuncionário - Eventos Realizados em 2008

Evento	Data	Local	Nº de Participantes
Reunião com os Diretores-Gerais dos CEFETs	22 de janeiro	Brasília	38
Reunião do Conselho Político	30 de janeiro	Brasília	12
Reunião para Elaboração do PTS	18 e 19 de junho	Brasília	19
Reunião do Conselho Político	20 de junho	Brasília	12
IV Seminário Nacional do Profuncionário	25 e 26 de março	Brasília	125
Seminário Nacional de PFT do Profuncionário	11 e 12 de agosto	Brasília	96
Reunião do Conselho Político	29 de outubro	Brasília	11

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quadro 12 – Execução do Profuncionário por Unidade Federada - 2008

CEFET	Estado	Valor da Descentralização R$	Nº de Tutores	Nº de Professores Orientadores	Total	Número de Cursistas Inscritos	Formação
Alagoas	Alagoas	41.521,50	40	5	45	1020	Pedagógica/Específica
Amazonas	Acre	158.132,86	33	4	37	990	Pedagógica
	Amazonas		74	12	86	2200	Pedagógica
	Rondônia		23	3	26	698	Específicos
Ceará	Ceará	41.719,96	50	5	55	1500	Pedagógica
Cuiabá	Mato Grosso	75.560,57	129	12	141	3600	Pedagógica
Goiás	Goiás	122.510,88	48	3	51	1436	Pedagógica
	Distrito Federal		10	2	12	300	Pedagógica
Maranhão	Maranhão	123.860,54	45	5	50	1350	Pedagógica
	Tocantins		77	8	85	2300	Pedagógica
Pará	Pará	53.670,88	29	3	32	850	Pedagógica
	Amapá		29	3	32	850	Pedagógica
Paraíba	Bahia	100.065,72	40	4	44	1200	Pedagógica/Específica
	Sergipe		67	7	74	2000	Pedagógica
Pernambuco	Pernambuco	42.630,00	104	10	114	3100	Pedagógica
Piauí	Piauí	26.157,35	33	4	37	1220	Pedagógica
Rio Gr. do Norte	Rio Gr. do Norte	47.761,38	50	10	60	1500	Pedagógica
Rio Verde	Mato Gr. do Sul	41.043,67	88	14	102	2268	Pedagógica
Rio Pomba	Minas Gerais	40.204,33	60	5	65	1800	Pedagógica
Roraima	Roraima	32.682,02	34	4	38	974	Pedagógica
São Vicente do Sul	Rio de Janeiro	55.325,37	238	24	262	7.137	Pedagógica
UTF/PR	Paraná	30.724,28	55	32	87	1282	Pedagógica
	Paraná		62	32	94	1860	Específica

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quadro 13 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 2C95

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
1.479	1.479	100	4.670.928,00	2.883.543,85	62
Produto: Profissional formado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 14 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 2C95

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado)	Empenhado	Liquidado	Pago
3.3.30.41	Contribuições	240.000,00	234.630,00	234.630,00	0
3.3.90.30	Material de Consumo	138.647,21	29.758,14	8.742,91	6.430,19
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	405.245,86	350.511,47	175.602,70	161.758,50
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	1.261,00	1.261,00	391,75	391,75
3.3.90.00	Aplicações Diretas	739.800,00	0	0	0
3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	127.546,98	28.045,13	7.237,52	3.749,93
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	48.350,00	27.675,00	16.375,00	14.375,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.780.707,39	2.101.043,79	224.461,71	216.717,71
3.3.90.14	Diárias - Civil	64.675,76	43.354,84	22.206,82	22.206,82
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	124.693,80	67.264,48	15.956,78	14.955,54
VALOR TOTAL - R$		**4.670.928,00**	**2.883.543,85**	**705.605,19**	**440.585,44**

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 15 – Profuncionário - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

Item da despesa		Fonte	Projeto	Valor (em R$)
Serviços	Serviços de revisão ortográfica e gramatical, análise e avaliação de 10 (dez) módulos do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação - PROFUNCIONÁRIO	UNESCO	914BRA1095	42.900,00
	V Seminário do Profuncionário - Brasília-DF - 25 a 26.03.08	UNESCO	914BRA1095	34.272,20
	Seminário Nacional de Professores Formadores de Tutores do Programa de Formação Inicial - Brasília-DF - 11 a 12.08.08	UNESCO	914BRA1095	31.320,40
	Aquisição de Troféu e Banner, material de divulgação do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008	112 - SEB/MEC		7.800,00
Passagem		112 - SEB/MEC		51.784,06
		UNESCO	914BRA1095	186.424,40
Diária		112 - SEB/MEC		11.079,97
		UNESCO	914BRA1095	16.097,00
TOTAL				**381.678,03**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.2.2. Ação 6351 – Distribuição de Materiais Educativos e Pedagógicos para a Educação Infantil

Os recursos previstos para a Ação 6351 foram remanejados, tendo em vista o atendimento ao PAR.

Quadro 16 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 6351

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
40.000	0	0	1.000.000,00	0	0
Produto: Material pedagógico distribuído Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC, 31.12.2008
Obs: Dotação inicial autorizada: R$ 1.000.000,00/ Cancelamento Total: R$ 1.000.000,00

2.3.2.3. Ação 4042 - Capacitação para Promoção da Saúde na Escola

Quadro 17 – Dados gerais da Ação 4042 - Capacitação para Promoção da Saúde na Escola

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar políticas publicas suplementares de saúde, voltadas a alunos da educação básica e contribuir para a identificação e prevenção de problemas ligados à saúde visual e auditiva, bem como aos transtornos emocionais, visando propiciar-lhes melhor desempenho escolar
Descrição	A ação pretende fornecer material educativo (cartilhas, vídeos, cartazes, folders e outros) e kits de atendimento médico às escolas das redes estaduais, municipais e federal do ensino público, e capacitar profissionais da área da educação, em exercício nas escolas, sobre a prevenção de DST/AIDS, orientação sexual, prevenção contra o uso de drogas e promoção de orientação sobre alimentação adequada. Pretende, também, apoiar a Implementação Nacional da Convenção Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco e as demais ações de saúde do escolar articuladas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, realizar estudos para diagnosticar o impacto da implementação do PNAE na saúde do escolar. Haverá a continuidade de ações educativas e de prevenção as DST/Aids, orientação sexual, direito reprodutivo, uso indevido de drogas, álcool e tabaco, e alimentação adequada e, ainda contribuir para a identificação e prevenção de problemas ligados à saúde visual e auditiva, e transtornos emocionais dos estudantes (e professores), regularmente matriculados nas redes de ensino público, visando propiciar-lhes melhor desempenho escolar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SECAD/SEB
Coordenador nacional da ação	Jaqueline Moll
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SECAD e Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica/SEB
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10, Inciso II: propor, fomentar e coordenar ações destinadas à educação básica visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano e ao exercício da cidadania.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, juntamente com a SECAD, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

2.3.2.3.1. Promoção e Desenvolvimento da Saúde da Escola na Educação Básica - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas

A – Objetivo: implementar políticas públicas de educação para saúde no sentido de orientar e formar profissionais de educação e saúde e alunos da educação básica em ações de prevenção e promoção de saúde sexual e saúde reprodutiva e do uso indevido de drogas.

B - Relevância da ação no cenário educacional: No Brasil, está ocorrendo um aumento expressivo e contínuo da gravidez na adolescência. Ao mesmo tempo, pesquisas recentes permitem constatar que a idade da infecção pelo HIV está se tornando cada vez mais precoce, demandando do Estado ações que melhor informem essas populações. Daí decorre a necessidade de implementação de ações educativas que promovam a redução da vulnerabilidade de

adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis (DST), à infecção pelo HIV, à AIDS, ao uso de drogas, por meio do desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde.
O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) abrange medidas para todas as etapas da educação. Entre suas ações, o Programa Saúde nas Escolas (SPE) desenvolve atividades com o objetivo de oferecer assistência, prevenção e promoção da saúde aos estudantes da Educação Básica, em parceria com o Ministério da Saúde. Uma das atividades previstas no PDE é o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) que traz como elementos inovadores a gestão articulada entre os profissionais de saúde e de educação e a introdução das ações do SPE nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas, entre outras atividades.

C - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica; as ações implementadas pela SEB no decorrer do ano de 2008:

- Seminário do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas com a participação de Técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação dos Maiores Municípios e representantes da Undime, para formação e planejamento das ações de Educação e Saúde na Escola. Realizado no período de 27 a 28 de fevereiro de 2008, em Brasília – DF, contou com 200 participantes e a contratação de empresa para sua execução, oferecendo equipamentos e serviços especializados, hospedagem e alimentação.
- Mobilização Nacional de Adolescentes e Jovens para prevenção da Infecção pelo HIV e da AIDS. Formação de representantes das secretarias estaduais de educação e de saúde. O objetivo é socializar informações e promover a prevenção da infecção pelo HIV para jovens, em especial alunos do ensino médio, inclusive para a busca voluntária pela testagem para o HIV, contando com o apoio dos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA e demais serviços de saúde que disponibilizam o diagnóstico do HIV no Sistema Único de Saúde.
- Reprodução e Distribuição de materiais educativos do SPE: 100 mil Guias para Formação de Profissionais de Saúde e de Educação; 100 mil Diretrizes para implementação do Projeto; 500 mil Cadernos das Coisas Importantes e 100 mil kit Testagem "Eu preciso fazer o teste do HIV/AIDS?". Contratação de empresa para reprodução de material pedagógico.
- Realização da III Mostra Nacional Saúde e Prevenção nas Escolas, em Florianópolis – SC, no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 21 a 26 de junho de 2008. Contratação de empresa especializada na execução de serviços de promoção de eventos de grande porte para fornecimento de serviços de hospedagem; alimentação; organização de eventos, locação e operação de equipamentos audio-visuais e de sonorização; decoração; montagem e desmontagem de estrutura; traslado; recursos humanos; e administração para a com estimativa de 1000 (um mil) participantes, na forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

D - Avaliação de desempenho: Os resultados são satisfatórios. Foram formados multiplicadores das ações do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas nas 27 Unidades da Federação e nos 109 Municípios participantes do GT das Grandes Cidades/SEB. A expansão do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas para aproximadamente 500 municípios e a distribuição 800 mil materiais educativos para esses municípios possibilitaram a implementação pelos grupos gestores estaduais e municipais do SPE de ações de formação para profissionais de educação e de jovens formadores, bem como a constituição de novos grupos gestores municipais instituídos em portarias pelos secretários de educação. Os dois quadros seguintes consolidam a execução física e financeira da Ação 4042.

Quadro 18 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 4042

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
559.894	-	-	33.593.680,00	17.546.494,42	52
Produto: Aluno beneficiado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 19 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 4042

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.787.096,30	2.787.096,30	314.557,67	314.557,67
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	29.155.430,00	14.349.398,16	0	0
3.3.90.30	Material de Consumo	410.000,00	409.999,96	0	0
3.3.40.00	Transferências a Municípios	0	0	0	0
4.4.40.00	Transferências a Municípios	0	0	0	0
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.241.153,70	0	0	0
Valor Total - R$		**33.593.680,00**	**17.546.494,42**	**314.557,67**	**314.557,67**

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 20 - Saúde e Prevenção nas Escolas – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
SERVIÇOS	Seminário do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas - Brasília-DF - 18 a 19.03.08	UNESCO	914BRA1095	36.912,63
PASSAGEM		112 - SEB/MEC		39.034,98
		UNESCO	914BRA1095	825.168,98
DIÁRIA		112 - SEB/MEC		5.889,41
		UNESCO	914BRA1095	13.663,92
TOTAL				**920.669,92**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.2.4. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1061

Quadro 21 – Dados gerais da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos;
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Adalberto Domingos da Paz
Unidades executoras	SEB/FNDE
Áreas (da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPG/SEB
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10.

A - Resultados da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1061

Os resultados da ação 2272 indicam um bom desempenho gerencial; os dois quadros a seguir apresentados especificam os itens das despesas e os respectivos valores referentes a essa ação.

Quadro 22 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 2272 – 2008

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
3.3.80.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500.000,00	0	0	0
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.300.000,00	1.300.000,00	0	0
Valor Total - R$		**1.800.000,00**	**1.300.000,00**	**0**	**0**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 23 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 2272

Meta física*			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista R$	Realizada R$	%
-	-	-	1.800.000,00	1.300.000,00	72

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.2.5. Ação 4045– Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica

Quadro 24 - Dados gerais da ação 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência as escolas públicas da Educação Básica das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal
Descrição	As obras didático-pedagógicas são adquiridas de duas formas; no primeiro caso de lançamento de Edital de inscrição e seleção, as obras inscritas pelos detentores de direitos autorais, após triagem, são enviadas à Secretaria-finalística responsável pelas modalidades e níveis de ensino, para serem submetidas a um processo de avaliação e seleção. No segundo caso, as obras são escolhidas diretamente por comissão específica, definida por Portaria Ministerial ou mesmo por determinação da Secretaria finalística. Tais obras, avaliadas e selecionadas são adquiridas pelo FNDE, responsável pelo processo de negociação com os detentores dos direitos autorais. Compreende implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando uma melhoria qualitativa. Integra a operacionalização do Programa, dentre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da lógica compreendida entre o recebimento e a distribuição que é realizada mediante a contratação de empresa especializada. A ação visa promover e estimular a leitura além de propiciar melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas brasileiras na cultura letrada e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos Países do Mercosul.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB e FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPLI/FNDE e COGEAM/SEB
Coordenador nacional da ação	Sonia Schwartz Coelho (aquisição/distribuição) Jane Cristina da Silva (Avaliação)
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, assim como por demais ações afetas à leitura.

2.3.2.5.1. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

A – Objetivo: Avaliar, adquirir e distribuir obras literárias para compor os acervos das bibliotecas públicas escolares. Tem por objetivo dotar as instituições de educação infantil e as escolas públicas que ofereçam as séries/anos iniciais do ensino fundamental e médio, das redes municipal, estadual, federal e do Distrito Federal, de obras de qualidade, adequadas aos interesses e às demandas pedagógicas dos alunos nessas faixas etárias. Esse programa de distribuição de obras de literatura às escolas da rede pública de ensino vem sendo desenvolvido desde 1997. Sua relevância está calcada na necessidade de proporcionar o acesso a textos literários de qualidade aos alunos da rede pública – reconhecidamente oriundos das camadas menos privilegiadas da população - com menores chances de acesso ao livro. Partindo do pressuposto de que o acesso ao livro e à leitura proficiente é condição para a formação integral dos alunos, o MEC tem no Programa Nacional Biblioteca da Escola uma condição necessária para dotar as escolas públicas do ensino fundamental de obras capazes de contribuir para a formação dos alunos.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A distribuição de obras de literatura é uma ação que possibilita o acesso de pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar a textos literários que contribuem para a formação crítica e intelectual dos seus leitores, além de promover o acesso a bens culturais aos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Diante disso, o MEC tem no Programa Nacional Biblioteca da Escola, a ação necessária para dotar as bibliotecas escolares de materiais de qualidade capazes de subsidiar a formação leitora dos alunos da rede pública de ensino.

C - Público alvo: Crianças da educação infantil e estudantes do ensino fundamental e médio, pais, professores e comunidade escolar.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica; por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, instituído em abril de 1997, o MEC avalia, adquire e distribui obras literárias para composição dos acervos das bibliotecas da rede pública de ensino. Esses livros são inscritos no Programa pelos detentores de direito autoral, conforme edital específico, e passam por um criterioso processo de seleção. A avaliação pedagógica, sob a coordenação da SEB, é realizada por instituição pública de ensino superior com notável experiência na área de avaliação e conhecimentos em literatura, linguagens e educação, por meio do estabelecimento de descentralização de recursos. A análise das obras é feita em etapas que correspondem aos lotes de livros, a serem avaliados por equipe formada por pareceristas, coordenadores gerais e consultores. Como produtos da avaliação, essa equipe elabora as fichas de avaliação, os pareceres de cada obra avaliada, além das sinopses e dos acervos montados para aquisição e distribuição pelo FNDE.Tendo em vista a aprovação, em 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a SEB ampliou o atendimento do PNBE às instituições de educação infantil e ensino médio. A distribuição dos acervos ocorre de acordo com o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino. Em 2008, a SEB distribuiu os acervos adquiridos em 2007 para as escolas com matrículas na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, de acordo com os quantitativos de alunos abaixo:

Educação infantil
- escolas que tenham até 150 alunos - 1 acervo com 20 títulos
- escolas que tenham entre 151 e 300 alunos - 2 acervos com 40 títulos
- escolas que tenham mais de 301 alunos - 3 acervos com 60 títulos

Ensino fundamental - séries iniciais
- escolas com até 250 alunos - 1 acervo com 20 livros
- escolas que tenham de 251 a 500 alunos - 2 acervos com 40 títulos
- escolas que tenham de 501 a 750 alunos - 3 acervos com 60 títulos
- escolas que tenham de 751 a 1.000 alunos - 4 acervos com 80 títulos
- escolas que tenham mais de mil alunos - 5 acervos com 100 títulos

Os acervos do ensino médio, por sua vez, são formados por obras de referência na área de Ciência da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e na área de Códigos e Linguagens. A escolha das obras foi feita em 2007, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC que elaborou uma listagem e encaminhou a este Ministério. No primeiro semestre de 2008, o FNDE distribuiu os acervos com 139 títulos para as escolas, conforme o número de alunos matriculados a seguir:

Ensino médio
escolas que tenham até 500 alunos - 1 acervo (139 livros)
- escolas de 5001 A 1000 alunos - 2 acervos (278 livros)
- escolas acima de 1mil alunos - 3 acervos (417 livros).

Além disso, em 2008, a SEB publicou o edital para seleção das obras a serem distribuídas às escolas que oferecem o segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º anos) e o ensino médio, como forma de garantir a alternância entre os níveis de ensino atendidos pelo Programa.
Para realização do PNBE/2009, a SEB encaminhou documento básico contendo as especificações do trabalho para Universidade Federal de Minas Gerais, que, por intermédio do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) realizou também as avaliações para os PNBE 2006 e 2008.
No âmbito desse Programa, foram avaliados 2. 378 livros organizados em 159 lotes. Ao final da avaliação foram montados 3 acervos de literatura, com 100 títulos cada, para o público das séries/anos finais do Ensino Fundamental e 3 acervos com 100 (cem) títulos para o Ensino Médio.

E - Fluxo da ação : A descentralização de recursos foi feita pelo FNDE para a UFMG.

F – Desempenho: A distribuição dos acervos do PNBE/2008 atendeu 29.284.279 de alunos matriculados na rede pública de ensino, de acordo com os dados seguintes dados:

Quadro 25 - Distribuição dos acervos do PNBE/2008

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2008				
	Nº de Alunos atendidos	Nº de Escolas atendidas	Quantitativos de livros	Quantitativo de acervos
Educação Infantil	5.065.686	85.179	1.948.140	97.407
Ensino Fundamental	16.430.000	127.661	3.216.600	160.830
Ensino Médio	7.788.593	17.049	3.956.480	24.728
Total:	29.284.279	229.889	9.121.220	282.965

Fonte: FNDE/MEC

A avaliação do PNBE/2009 foi da ordem de R$ 1.142.907,95 (hum milhão e cento e quarenta e dois mil e novecentos e sete reais e noventa e cinco centavos) para a análise de 2.378 livros, organizados em 159 lotes, a um custo médio de R$ 480,62 por livro. O cronograma foi cumprido, visto que o processo foi realizado em 90 dias, com início em julho e entrega do resultado das obras a esta Secretaria no mês de setembro, inclusive as fichas e pareceres elaborados durante o processo, as sinopses das obras selecionadas e um relatório técnico com informações sobre a avaliação. O prazo para entrega do relatório final da avaliação e do banco de dados do processo do PNBE foi prorrogado para março de 2009.

Quadro 26 – PNBE - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE	Serviço - Projeto gráfico e editoração do documento Pesquisa Avaliativa do PNBE.	UNESCO	914BRA1095	3.200,00
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		3.587,44
		UNESCO	914BRA1095	1.258,24
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		2.176,48
		UNESCO	914BRA1095	120,26
	TOTAL			**10.342,42**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.2.5.2 - Edital de Periódicos

A – Objetivo: Avaliar, adquirir e distribuir periódicos a todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Prover alunos e professores com materiais de qualidade, com vistas a auxiliar o processo de aquisição do conhecimento e dessa forma garantir o acesso da comunidade escolar a bens culturais.

C - Público alvo: Professores e alunos da rede pública do ensino.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Desde o final dos anos 90, este Ministério, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE, tem adquirido e distribuído às escolas públicas de Ensino Fundamental, os seguintes periódicos:

- Revista Nova Escola
- Pátio Pedagógica
- Pátio Infantil
- Ciência Hoje para Crianças

Em 2008, a SEB elaborou também o edital de periódicos com vistas a ampliar a participação de outras revistas no processo de aquisição e distribuição às escolas, seguindo os moldes do PNLD e do PNBE.

2.3.2.5.3 - Aquisição de obras em Domínio Público

A – Objetivo: Selecionar, adquirir e distribuir obras em domínio público a todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Promover o acesso e disseminação da literatura clássica nas escolas, com vistas a garantir o acesso da comunidade escolar a bens culturais.

C - Público alvo: Professores e alunos da rede pública do ensino.

D - Modo de implementação: As obras de domínio público não podem ser adquiridas por meio do PNBE devido às especificidades do Programa. No entanto, entendendo que as escolas precisam ter acesso aos clássicos da literatura brasileira, foi instituída em junho de 2008, uma comissão técnica com a "*atribuição de selecionar obras de literatura de autores brasileiros, dentre aquelas em domínio público, para aquisição aos anos/séries finais do ensino fundamental e às escolas de ensino médio das redes municipal, estadual, federal e do Distrito Federal".*

Por sugestão da comissão, foram encaminhados ofícios aos Departamentos de Letras das universidades públicas brasileiras, às secretarias de estado da educação e entidades especializadas (ALB e ABRALI) solicitando indicação de obras em domínio público que pudessem fazer parte deste acervo do Ministério da Educação. O prazo para o encaminhamento foi até agosto. Em 2008, a SEB reuniu os especialistas para discussão a respeito das listagens encaminhadas, com o objetivo de selecionar o acervo para posterior negociação junto ao FNDE. A lista de obras a serem adquiridas e a minuta do edital encontra-se em elaboração na SEB.

2.3.2.5.4 - Levantamento das bibliotecas escolares e implantação das bibliotecas virtuais

A – Objetivo: Implantar a Rede de Bibliotecas Escolares Eletrônicas da Rede Pública da Educação Básica

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Promover o acesso e disseminação de acervos literários, de pesquisa e de referências em formato digital, com o intuito de promover o acesso à diversidade de materiais da cultura letrada e incentivar a utilização da informática no ambiente escolar.

C - Público alvo: Professores e alunos da rede pública do ensino.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Desde 2007, busca-se o estabelecimento de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT/MCT com o objetivo de implantar a Rede de Bibliotecas Escolares Eletrônicas da Rede Pública da Educação Básica, como uma das ações de formação de leitores, envolvendo estados e municípios. Em 2008, a SEB participou de reuniões junto com o IBICT para definir estratégias para a implantação da Rede. Além disso, foi realizado um levantamento sobre a situação das bibliotecas públicas escolares, a fim de verificar questões referentes ao acesso à internet e quantitativo de bibliotecas que se encontram em atividade.

2.3.2.5.5 - Pesquisa quantitativa sobre as bibliotecas escolares brasileiras

A - Objetivo: Realizar pesquisa avaliativa nas bibliotecas públicas escolares brasileiras, como parte dos estudos a serem realizados no âmbito do programa *Lectura y bibliotecas escolares,* desenvolvido pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Diante da necessidade de conhecer a realidade das bibliotecas públicas escolares de alguns países latino-americanos, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), como parte de seu programa *Lectura y bibliotecas escolares*, propôs a realização de uma pesquisa comparativa sobre a bibliotecas escolares de quatro países - Argentina, Brasil, Chile e México - com vista à elaboração de um diagnóstico sistemático da situação atual das bibliotecas escolares nesses países e à proposição de ações de melhoria e desenvolvimento das bibliotecas escolares.

C - Público alvo: Professores, pesquisadores e demais profissionais da área de educação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Em abril de 2008, foi realizada, em Santiago do Chile, a primeira reunião técnica com os responsáveis de cada um dos países envolvidos, para discussão de um modelo de pesquisa que permitisse a comparação entre as diferentes realidades e, ao mesmo tempo, possibilitasse o conhecimento da situação particular das bibliotecas escolares de cada país, considerando as especificidades locais e regionais.Dessa forma, a pesquisa pretende realizar um trabalho comum que possibilite aos países participantes trocarem experiências e se beneficiarem do trabalho que será realizado de forma simultânea, bem como disporem de dados comparáveis entre as diferentes realidades e experiências históricas. Além disso, o trabalho tem como perspectiva a elaboração de recomendações e a ampla divulgação dos resultados obtidos no âmbito da pesquisa. No Brasil, a OEI, por meio do MEC, convidou a SEB para participar da pesquisa comparativa. Esta Secretaria fez um convite a Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, por meio da Faculdade de Educação/ Departamento de Educação Inclusiva e Continuada dessa Universidade, para realização desse projeto.

E - Fluxo da ação: A descentralização de recursos, oriundos da Ação 0509, para a realização do projeto foi feito pela OEI à Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ.

F - Desempenho: A SEB, por meio de convite e Termo de Referência, contratou a UERJ para realização da pesquisa nas bibliotecas escolares. O valor orçado para execução das atividades foi de R$ 267.350,00.

O repasse desse recurso será feito em três parcelas, de acordo com a entrega dos seguintes produtos:
Produto 1 – apresentação do Plano de Trabalho; Plano Amostral; Instrumentos traduzidos e adaptados, a serem utilizados na pesquisa; e Guia do Pesquisador.
Produto 2 – apresentação do Relatório do Seminário e dos Relatórios de Campo dos pesquisadores envolvidos.
Produto 3 – apresentação do Relatório final da pesquisa, para publicação.

Quadro 27 - Repasse dos recursos

Entrega	Parcela
Produto 1	1ª – 40%
Produto 2	2ª – 40%
Produto 3	3ª – 20%

A UERJ foi convidada devido à proficiência dessa Universidade na realização de pesquisas dessa natureza, atestada em parceria firmada anteriormente com Ministério da Educação para a realização da pesquisa avaliativa do PNBE - Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola / Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas.O estudo deverá ser realizado em um período máximo de 11 meses, conforme cronograma de entrega dos produtos apresentado abaixo:

Quadro 28 - Cronograma de entrega dos produtos

Entrega	Período
Produto 1	Dezembro de 2008
Produto 2	Junho de 2009
Produto 3	Outubro de 2009

2.3.2.5.6 - Pesquisa PNBE: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras

A – Objetivo: Publicar e distribuir a pesquisa do PNBE às escolas de ensino fundamental e às Secretarias de Educação, estaduais e municipais.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A Pesquisa do PNBE será distribuída às escolas públicas de Ensino Fundamental e às Secretarias de Educação, estaduais e municipais, com vistas a ampliar as discussões sobre políticas de leitura que assegurem a efetiva ação de professores, gestores e secretários de educação na promoção da leitura e na organização de bibliotecas e salas de leituras.

C - Público alvo: Professores, pesquisadores, gestores e demais profissionais da educação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE distribui obras de literatura aos alunos da rede pública de ensino desde 1997. Este Programa é uma das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Formação de Leitores do Ministério da Educação e tem por objetivo incentivar a leitura e a organização de espaços voltados para a sua prática, bem como, ampliar o acesso de alunos, professores e profissionais da educação às diversas formas de manifestação da cultura letrada. Diante da necessidade de conhecer os resultados do Programa, bem como suas limitações dentro da realidade da escola, o MEC realizou, no final de 2005, uma pesquisa avaliativa do PNBE. Sabendo da importância da leitura no cotidiano da escola e tendo em vista a formação de professores mediadores de leitura, capazes de estimular a produção e a difusão cultural no ambiente escolar, o MEC decidiu publicar essa pesquisa como fonte de conhecimento sobre a atuação do PNBE nas escolas públicas dos diferentes municípios e estados brasileiros. Em 2008, a SEB elaborou Termo de Referência para contratação de empresa especializada em impressão e distribuição de materiais impressos.

E - Fluxo da ação: Pelo FNDE por meio de contratação de empresa, na modalidade pregão eletrônico.

F – Desempenho: A SEB definiu os critérios de distribuição da Pesquisa do PNBE, com a tiragem de 146.000 exemplares para atender todas as escolas de ensino fundamental, as secretarias estaduais e municipais de educação. Além disso, 570 exemplares são destinados à SEB para atender à solicitações e serem distribuídos em eventos sobre o Programa e/ou leitura.

Quadro 29 - Distribuição da Pesquisa do PNBE

Encomenda (composição)	Destinatário	Nº de exemplares (tiragem)
1 (um) exemplar da *Pesquisa Avaliativa do Programa Nacional Biblioteca da Escola/ PNBE*;	- Escolas urbanas de Ensino Fundamental; - Escolas rurais de Ensino Fundamental; - SEDUC; - SEMED; - Reserva Técnica SEB/MEC	85.835 escolas urbanas; 54.006 escolas rurais; 27 SEDUC; 5.562 SEMED, 570 SEB/MEC
TOTAL:		**146.000**

2.3.2.5.7 - Literatura na Infância: imagens e palavras – Acervos do PNBE 2008 – Educação Infantil

A – Objetivo: Publicar e distribuir o catálogo infantil do PNBE/2008 às escolas de educação infantil e às Secretarias estaduais e municipais de Educação

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Diante da necessidade de auxiliar os professores da educação infantil, a SEB distribuirá o catálogo do PNBE/2008 para que eles possam ampliar seus conhecimentos sobre o universo da literatura infantil e, ao mesmo tempo, fornecer às escolas subsídios para futuras aquisições de obras literárias destinadas a esse público.

C - Público alvo: Professores e alunos da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A partir do PNBE 2008, o Programa passou a atender as bibliotecas das instituições públicas de educação infantil. Foram, assim, selecionadas 60 obras, divididas em três acervos com 20 obras cada, a serem distribuídos às instituições públicas de educação infantil. A avaliação das obras foi realizada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais que, após análise das obras e tendo em vista a qualidade do material, elaborou um catálogo contendo a sinopse das obras (modelo em anexo) para distribuição às escolas que receberam os referidos acervos.
Em 2008, a SEB elaborou Termo de Referência para contratação de empresa especializada em impressão e distribuição de materiais impressos.

E - Fluxo da ação: Pelo FNDE por meio de contratação de empresa, na modalidade pregão eletrônico.

F – Desempenho: A SEB definiu os critérios para distribuição do material para atender as escolas de educação infantil. Além disso, o catálogo será encaminhado às secretarias municipais e estaduais de educação.
Dessa forma, a SEB atenderá às 85.179 escolas públicas de Educação Infantil, 5.562 Secretarias Municipais de Educação, 27 Secretarias Estaduais de Educação e ao Ministério da Educação (Reserva Técnica).

Quadro 30 - Distribuição Catálogo infantil PNBE/2008 (Quadro Resumo)

Encomenda (composição)	Destinatário	Número de exemplares/encomendas
1 exemplar do documento *Literatura na Infância: imagens e palavras*, 1 Carta de Apresentação, 1 Folha de Rosto, todos os itens acondicionados em 1 saco tipo fronha.	85.179 escolas; 27 SEDUC; 5.562 SEMED; Reserva Técnica SEB/MEC	85.179 ex./encomendas; 27 ex./encomendas; 5.562 ex/encom.; 232 ex./encomendas.
TOTAL:		**91.000**

2.3.2.5.8 - Kit de Política de Formação de Leitores

A – Objetivo: Publicar e distribuir o kit de Política de Formação de Leitores às escolas de ensino fundamental e às Secretarias estaduais e municipais de Educação.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A distribuição do documento Política de Formação de Leitores é um ponto inicial para estabelecer uma interlocução entre a SEB, os sistemas de ensino e os professores sobre a questão da formação de leitores com vistas ao desenvolvimento de um trabalho consistente de leitura em sala de aula.

C - Público alvo: Professores, pesquisadores, secretários, gestores e demais profissionais da área de educação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, bem como outras pesquisas educacionais, vem mostrando que a distribuição de acervos, tanto às bibliotecas escolares quanto aos próprios alunos, individualmente, não tem assegurado a melhoria dos indicadores de leitura nas escolas públicas brasileiras. Assim, dentro de uma política mais ampla de promoção e incentivo à prática da leitura que conjuga várias iniciativas, foi elaborado, no âmbito da COGEAM/DPOFORM, um documento, denominado *Política Nacional de Formação de Leitores*, contendo a descrição, etapas e ações para a efetivação de uma política de formação de leitores a ser implementada em parceria com os sistemas públicos de ensino. Neste documento estão previstas, além da distribuição de acervos - executada por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE-, a implantação, por adesão, de Centros de Leitura Multimídia em municípios, a produção de periódico voltado para questões relacionadas à leitura e à biblioteca e a promoção de cursos de formação para professores da rede pública de ensino na área da leitura e da dinamização de bibliotecas. Em 2008, a SEB elaborou Termo de Referência para contratação de empresa especializada em impressão e distribuição de materiais impressos.

E - Fluxo da ação: Pelo FNDE por meio de contratação de empresa, na modalidade pregão eletrônico.

F – Desempenho: A SEB definiu os critérios para distribuição do material para atender as escolas públicas de ensino fundamental, e as secretarias estaduais e municipais de educação. Dessa forma, a publicação atenderá 92.308 escolas públicas, urbanas e rurais, exclusivas de 1ª a 4ª do ensino fundamental, 12.178 escolas públicas exclusivas de 5ª a 8ª do ensino fundamental, 35.355 escolas públicas exclusivas de 1ª a 8ª do ensino fundamental, 5.562 administrações municipais, 27 secretarias estaduais de educação, e ao Ministério da Educação (Reserva Técnica).

2.3.2.5.9 - Revista Leitura

A – Objetivo: Publicar e distribuir os volumes 1 e 2 da Revista Leituras às escolas de ensino fundamental e às Secretarias estaduais e municipais de Educação.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A publicação e distribuição de um periódico voltado para a discussão de questões sobre leitura e formação de leitores é uma das ações previstas na Política de Formação de Leitores. Tendo em vista que o professor é o mediador de leitura preferencial na sala de aula, é necessário colocar a sua disposição materiais com informações atualizadas, orientações didáticas, relatos de experiências exitosas como forma de subsidiá-lo em sua prática pedagógica voltada para a formação de leitores. A distribuição do periódico LeituraS tem por objetivo estabelecer um diálogo constante com os professores tanto por meio da veiculação de informações quanto pela possibilidade de divulgação das experiências de estados e municípios na área da leitura.

C - Público alvo: Professores, alunos, pesquisadores, secretários, gestores e profissionais da área de educação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A publicação de um periódico voltado para a discussão de questões sobre leitura e formação de leitores é uma das ações previstas na Política de Formação de Leitores, cujo objetivo é promover a leitura por meio de ações no ambiente escolar e, com isso, ampliar o acesso de alunos, pais, professores e gestores às diversas manifestações culturais. Para tanto, a formação de professores é condição primordial, posto que são os professores os interlocutores entre a produção cultural, em especial a produção escrita, e os alunos e seus familiares. É o professor o mediador de leitura preferencial, uma vez que detém as informações necessárias para a promoção da leitura entre seus alunos. No entanto, é necessário investir em materiais que levem aos professores informações atualizadas, orientações didáticas, como forma de subsidiá-los em suas práticas pedagógicas voltadas para a formação de leitores. Em 2008, a SEB elaborou Termo de Referência para contratação de empresa especializada em impressão e distribuição de materiais impressos.

E - Fluxo da ação: Pelo FNDE por meio de contratação de empresa, na modalidade pregão eletrônico.

F – Desempenho: A SEB definiu os critérios para distribuição da revista nº 1 e nº 2. Esse material compõe o kit de Política de Formação de Leitores, sendo a encomenda formada por 2 exemplares da revista e um kit de Política com vistas ao atendimento de 92.308 escolas públicas, urbanas e rurais, exclusivas de 1ª a 4ª do ensino fundamental, 12.178 escolas públicas exclusivas de 5ª a 8ª do ensino fundamental, 35.355 escolas públicas exclusivas de 1ª a 8ª do ensino fundamental, 5.562 administrações municipais, 27 secretarias estaduais de educação, e ao Ministério da Educação (Reserva Técnica).

2.3.2.5.10 - Coleção Explorando o Ensino

A – Objetivo : Publicar e distribuir exemplares da Coleção Explorando o Ensino aos alunos das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A Coleção Explorando o Ensino é importante no apoio ao trabalho do professor em sala de aula, visto que é um rico material científico-pedagógico. Nesse sentido, espera-se que por meio dessa obra a SEB possa suscitar debates e reflexões sobre o ensino das ciências, de forma contextualizada.

C - Público alvo: Professores, alunos e secretários das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A Coleção *Explorando o Ensino* reúne um conjunto de textos de aprofundamento e atualização do conteúdo específico, com alternativa de tratamento didático-pedagógico aos diferentes temas no processo de ensino e aprendizagem. Sua concepção tem por objetivos suprir lacunas presentes na formação profissional dos docentes, notadamente em relação à dimensão pedagógica de sua prática em sala de aula e possibilitar ao docente, conhecimentos mais aprofundados acerca de sua disciplina.
Os textos de cada conteúdo disciplinar foram desenvolvidos mediante a contratação de profissionais indicados pelas respectivas sociedades científicas (volumes 1,2, 3, 4, 5, 6, 7), e por equipes de especialistas ligadas à Marinha do Brasil/SECIRM (volume 8); ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, à Agência Espacial Brasileira (volumes 9, 10, 11, 12 e 13).

Até o momento, foram publicados 10 volumes da coleção:
Matemática (volumes 1, 2 e 3); *Química* (volumes 4 e 5); *Biologia* (volume 6); *Física* (volume 7); tiragem média de 72.000 exemplares de cada volume distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio do país.
Geografia (volume 8) teve uma tiragem de 180 mil exemplares. Além das escolas de ensino médio, esse volume foi encaminhado, também, para as escolas públicas de ensino fundamental de 5ª a 8ª série.
Antártica (volume 9) e *O Meio Ambiente Antártico* (volume 10) tiveram uma tiragem de mil exemplares de cada título para lançamento no Fórum do Mercosul, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 2006 e, já se encontra em processo para execução de uma tiragem de 71.534 (v. 9) e 18.603 (v.10) exemplares de cada volume.
Além dos volumes citados, foram elaborados, em parceria com a Agência Espacial Brasileira/MCT, os volumes 11 - *Fronteira Espacial – Astronomia*, 12 – *Astronáutica* – e volume 13 Mudanças Climáticas.
Dando continuidade à Coleção Explorando o Ensino, a SEB concluiu as adequações nas publicações - volume 9 *Antártica,* volume 10 *O Brasil e o Meio Ambiente Antártico e Fronteira Espacial* - volume 11 *Astronomia* e volume 12 *Astronáutica*, tendo em vista a impressão e distribuição desse material às escolas públicas de ensino fundamental e médio.
O volume 13 *Mudanças Climáticas* está sendo finalizado pelos responsáveis pelo conteúdo e diagramação da publicação - Agência Espacial Brasileira.
Em 2008, a SEB elaborou Termo de Referência para contratação de empresa especializada em produção gráfica, impressão e distribuição de materiais impressos.

E - Fluxo da ação: Pelo FNDE por meio de contratação de empresa, na modalidade pregão eletrônico.

F – Desempenho: Ainda no exercício de 2008, a SEB definiu a distribuição dos volumes 9,10,11,12 e 13 da Coleção Explorando o Ensino para atendimento das escolas com matrículas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, perfazendo um total de 309.878 exemplares. O critério de distribuição foi de 1 exemplar de cada volume para escolas do ensino fundamental e para as secretarias de educação, exceto o volume 10, e 2 exemplares para escolas de ensino médio, sendo 1 exemplar do volume 10. Além disso, será encaminhada reserva técnica ao MEC e ao MCT.

Quadro 31- Distribuição da Coleção Explorando o Ensino

Título	Tipo	Beneficiário	Quantidade produzida
Volume 9 - Antártica	Livro	Escolas de Educação Básica	71.276
Volume 10 – O Brasil e o Meio Ambiente Antártico	Livro		18.474
Volume 11- Astronomia	Livro		73.376
Volume 12 - Astronáutica	Livro		73.376
Volume 13 – Mudanças Climáticas	Livro		73.376
TOTAL			**309.878**

Fonte: CGEAM/DPFORM/SEB/MEC

Outras atividades em parceria

Biblioteca do Mercosul
O Grupo Gestor do Projeto Bibliotecas Escolares do Mercosul tem como objetivos (1) criar uma comunidade mercosuriana de leitores; (2) fortalecer a política de leitura dos países do MERCOSUL e (3) resignificar o trabalho realizado com as escolas participantes do Projeto Biblioteca Escolar do MERCOSUL. Para tanto, o Grupo propôs o desenvolvimento de uma plataforma do projeto de Biblioteca Virtual do MERCOSUL que visa à criação de um ambiente virtual, com o propósito de compartilhar informações dos programas de leitura, pesquisas, acervos, experiências exitosas, materiais de formação de professores disponíveis em cada país. Além disso, está sendo realizada uma avaliação do Projeto Bibliotecas Escolares do Mercosul com resultados previstos para o início de 2009. No segundo semestre de 2008, a SEB participou de reuniões e coordenou o trabalho do Grupo Gestor no âmbito da Presidência Pró-tempore do Brasil no MERCOSUL.

Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL
O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura, tem como objetivo assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a todos os segmentos da sociedade brasileira. Como ação do PNLL foi realizado o Fórum Literatura na Escola, nos dias 26 e 27 de julho de 2008, em que especialistas das área de leitura e escritores discutiram a importância do trabalho com a leitura no ambiente escolar.
A partir dessas discussões, foi elaborado um documento de Recomendações do Fórum Literatura na Escola. A SEB, por sua vez, participou de uma das fases do processo de seleção dos projetos participantes do Prêmio VIVA LEITURA e de reuniões do referido Programa.

Quadro 32 – Despesas relacionadas à atividade em 2008

Programa Nacional de Livro e Leitura - PNLL	ITEM DE DESPESA	FONTE	VALOR EM R$
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC	3.101,96
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC	861,91
	TOTAL		**3.963,87**

2.3.2.6. Ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

Quadro 33 - Dados gerais da ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

Tipo	
Finalidade	Prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do Ensino Fundamental, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos Países do Mercosul.
Descrição	As obras didáticas são inscritas pelos detentores de direitos autorais e, depois da triagem, enviadas à Secretaria finalística do MEC, responsável pelo nível/modalidade de ensino, para avaliação pedagógica. Uma vez avaliadas, as obras são listadas no Guia do Livro Didático (instrumento contendo resenha detalhada de cada obra) que é encaminhado aos professores para ajudá-los na escolha do livro mais adequado a sua realidade. Após o envio do formulário de escolha pelas escolas, o que pode ocorrer, também, via Internet, o FNDE processa tais dados, gerando subsídios à negociação e aquisição dos livros didáticos. Faz parte da implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando a sua melhoria qualitativa. Integram a operacionalização do Programa, dentre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição, que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	FNDE
Unidades executoras	FNDE e SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPLI/FNDE e COGEAM/SEB
Coordenador nacional da ação	Sonia Schwartz Coelho (aquisição/distribuição) Jane Cristina da Silva (Avaliação)
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras didáticas inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

2.3.2.6.1 - Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/2010

A – Objetivo: Avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos, nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita.
O Programa Nacional do Livro Didático distribui livros didáticos a todos os alunos matriculados no ensino fundamental, garantindo assim o cumprimento de um direito constitucional. A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras didáticas, nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

À SEB cabe a responsabilidade quanto à elaboração dos critérios de avaliação e a realização da avaliação pedagógica propriamente dita e ao FNDE cabe a aquisição e distribuição das obras. A avaliação pedagógica é feita por meio do estabelecimento de descentralização de créditos para instituições de ensino superior públicas, com experiência em avaliação de materiais didáticos. O processo todo se desenvolve em até dois anos antes da chegada dos livros às escolas, e tem como principais fases: a discussão e definição dos critérios de avaliação para cada área; a elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras didáticas (livros e dicionários); a nomeação de Comissão Técnica do Livro Didático, pelo Ministro da Educação; a realização da avaliação pedagógica (pré-análise e avaliação propriamente dita); a elaboração do Guia de Livros Didáticos (organização dos textos, projeto gráfico e revisão). Por meio deste Guia, são apresentados os critérios que nortearam a avaliação dos livros e as resenhas das obras aprovadas e envio, pelo FNDE, dos Guias às escolas para que os professores escolham os livros que irão utilizar por um período de três anos.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: O livro didático é um instrumento essencial para apoiar aluno e professor no processo pedagógico e na aquisição do conhecimento. Diante disso, é de fundamental importância que o livro a ser distribuído passe por uma criteriosa avaliação, como forma de garantir a disseminação de materiais de qualidade isentos de erros, preconceitos e que não possuam fundamentações de cunho ideológico.

Como resultado do processo de avaliação, a Secretaria de Educação Básica elabora o Guia de Livros Didáticos que, por sua vez, apresenta os critérios que nortearam a avaliação dos livros, bem como as resenhas das obras aprovadas, elaboradas durante o processo de avaliação. Ao ser enviado às escolas, o Guia auxilia o professor a escolher com maior propriedade, as obras que irão utilizar por um período mínimo de três anos.

C - Público alvo: O público alvo do Programa Nacional do Livro Didático/PNLD são os professores e alunos da rede pública do ensino fundamental.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O PNLD é desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica - SEB e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sendo a SEB responsável pela elaboração dos critérios de avaliação e realização da avaliação pedagógica e o FNDE a aquisição e distribuição das obras selecionadas.
As coleções inscritas no âmbito desse Programa são submetidas a um processo de avaliação pedagógica realizada por instituição pública de ensino superior, de reconhecido trabalho na área de ensino e avaliação de materiais didáticos, por meio do estabelecimento de descentralização de recursos.
A avaliação pedagógica é composta por duas etapas: na primeira que consiste na etapa de pré-análise, são verificadas a documentação e a participação das obras em anos anteriores, de acordo com os critérios estabelecidos no edital. Na segunda, a avaliação pedagógica, os coordenadores de área e avaliadores analisam a obra quanto à metodologia utilizada, abordagem do conteúdo e das atividades, conforme os critérios também apresentados no Edital do Programa.

Após o processo de avaliação, as coleções aprovadas têm suas resenhas publicadas no Guia do Livro Didático, que é um instrumento voltado para apoiar o professor no processo de escolha das obras didáticas. No Guia, são apresentados os critérios que nortearam a avaliação dos livros, as fichas de avaliação utilizadas, bem como as resenhas das obras aprovadas. O FNDE é responsável pelo envio do Guia às escolas para auxiliar os professores no processo de escolha dos livros que serão utilizados por um período de três anos consecutivos.

Em 2008, foram realizadas reuniões com a Comissão Técnica, Coordenadores institucionais e de área, para definição de planos de trabalho e cronograma de execução das atividades do PNLD. A pré-análise foi realizada nas universidades, com a participação da equipe técnico-pedagógica da SEB e coordenadores das respectivas áreas do conhecimento.
Com vistas a atender os anos iniciais do Ensino Fundamental de Nove Anos, o PNLD/2010 está avaliando também obras de Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática, adequadas ao atendimento de alunos de seis e sete anos ingressantes na rede pública de ensino.

Em 2008, foram iniciados os trabalhos de avaliação dos livros didáticos para as séries/anos iniciais do ensino fundamental e de elaboração do Guia de Livros Didáticos – PNLD 2010. Com previsão de conclusão para abril de 2009. Além disso, a SEB elaborou os critérios de avaliação das coleções para as séries/anos finais do ensino fundamental, inclusive com a inserção de critérios para obras de língua estrangeira que serão avaliadas no âmbito do edital do PNLD/2011. A primeira versão desse edital foi encaminhada ao FNDE para discussão e posterior publicação.

E - Fluxo da ação: No âmbito do PNLD, o FNDE descentralizou recursos para as seguintes universidades: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, responsável pela área de Ciências; Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, responsável pela área de Língua Portuguesa; Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, responsável por História; Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, responsável por Matemática e, por fim, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, responsável pela área de Geografia.

F – Desempenho: No PNLD/2010, foram inscritas 238 coleções (cada coleção é composta por 08 livros) para avaliação, configurando um total de 913 livros, conforme os quadros abaixo:

Quadro 34 - Coleções inscritas no PNLD/2010

Área	Inscritos e entregues	Excluídos na triagem	Em avaliação
Ciências	46	2	44
Geografia	40	2	38
Geografia Regional	---	---	---
História	43	3	40
História Regional	---	---	---
Let. e Alf. Linguística	63	5	58
Língua Portuguesa	46	3	43
Alfabetização Matemática	50	2	48
Matemática	47	2	45

Fonte: COGEAM/SEB/MEC

Quadro 35 - Livros inscritos no PNLD 2010, por área do conhecimento

Disciplina	Inscritos e entregues	Excluídos na triagem	Em avaliação
Ciências	184	8	176
Geografia	160	8	152
Geografia Regional	62	5	57
História	172	12	160
História Regional	71	8	63
Let. e Alf. Linguística	126	10	116
Língua Portuguesa	138	9	129

Fonte: COGEAM/SEB/MEC

A execução financeira do Programa é de responsabilidade do FNDE, com os seguintes valores descentralizados para as instituições responsáveis pela avaliação:

Quadro 36 – Descentralização de recursos para a execução da avaliação do PNLD

Área	Instituição	Quant. de livros	Valor livro (R$)	Valor total por área (R$)
Ciências	UFSCar	186	**9.174,49**	1.688.105,50
Geografia e Geografia Regional	UFRGS	213	**9.672,94**	2.060.336,80
História e História Regional	UFRN	233	**10. 000,91**	2.330.212,50
Alf. e Língua Portuguesa	UFMG	272	**10.000,00**	2.720.000,00
Alf. e Matemática	UFPE	238	**9.986,84**	2.376.868,80 (+180.000,00)*
Total				**11.355,523,60**

Fonte: SEB/DPOFORM/COGEAM
* Complementação

A SEB definiu junto às universidades o cronograma de execução das atividades do PNLD, com previsão para entrega dos resultados até fevereiro de 2009.

Quadro 37 – Cronograma de trabalho/PNLD 2010

	Pré-análise	Entrega das resenhas ao MEC	Elaboração do Guia do Livro Didático	Divulgação dos resultados
UfsCar	11 e 12/09/2008	Fevereiro de 2009	Fevereiro/Março de 2009	Março de 2009
UFRGS	01 a 04/09/2008			
UFRN	23 a 28/09/2008			
UFPE – Matemática	11 e 12/09/2008			
UFMG	06 a 09/08/2008			

Fonte: SEB/DPOFORM/COGEAM

2.3.2.6.2 - Programa Nacional do Livro Didático – Obras Complementares

A – Objetivo: Avaliar, adquirir e distribuir obras complementares ao livro didático, cujos conteúdos contemplem as áreas de Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e Linguagens e Códigos, aos alunos de 1º e 2º anos das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: As obras complementares serão utilizadas com vistas a ampliar o universo de referências culturais dos alunos de seis e sete anos que estão no início do processo escolar. Além de apoiar o professor nas práticas pedagógicas das áreas de História, Geografia e Ciências, visto que não haverá distribuição de livros didáticos, desses componentes curriculares, aos alunos de 1º e 2º anos.
Assim como as obras didáticas, esses livros são submetidos a um processo de avaliação pedagógica como forma de garantir a aquisição e distribuição de acervos de qualidade, isentos de erros e de preconceitos.

C - Público alvo: O público alvo do PNLD/Obras Complementares são os professores e alunos das séries/anos iniciais da rede pública do ensino fundamental.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O PNLD/Obras Complementares é desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica - SEB e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sendo a SEB responsável pela elaboração dos critérios de avaliação e realização da avaliação pedagógica e o FNDE pela aquisição e distribuição das obras selecionadas. O processo inicia-se com a publicação do edital de convocação para inscrição das obras. As obras inscritas são submetidas a um processo de avaliação pedagógica realizada por instituição pública de ensino superior, por meio da apresentação do Plano de Trabalho e sua respectiva aprovação pela SEB, com o estabelecimento de descentralização de recursos. Na etapa da pré-análise, verifica-se a caracterização das obras, de acordo com o disposto no edital. Na avaliação pedagógica, verifica-se, inicialmente, a pertinência da linguagem ao público alvo e, em seguida, as obras são distribuídas às equipes de avaliadores para análise quanto aos conteúdos e os objetos do saber. Após o processo de avaliação, a universidade elabora o Manual que deverá ser entregue junto aos acervos, e deverá ser organizado em três partes: na parte um, será apresentada a relevância do programa, com foco na alfabetização na perspectiva do letramento, inserindo recomendações de que o material deve ser guardado e usado em sala de aula e deve complementar o livro didático. Na parte dois, serão apresentados comentários sobre os acervos, com os tipos de contribuições em cada área e exemplos gerais dos tipos de obras e do que fazer com elas. Na parte três, serão apresentadas as resenhas das obras selecionadas.

As obras selecionadas serão organizadas em 05 acervos com 30 obras cada, a serem distribuídas, pelo FNDE, juntamente com o Manual, a todas as salas de aula de 1º e 2º ano das escolas públicas do ensino fundamental.
Em 2008, foi iniciado o primeiro processo de seleção de obras complementares, coordenado pela SEB e realizado pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL / UFPE) com o apoio da Comissão Técnica do Livro Didático, com o intuito de não haver incompatibilidade de critérios e seleção desses materiais com as coleções didáticas do PNLD.

Quadro 38 – Obras inscritas no PNLD 2010 - Acervos complementares

AREA DE CONHECIMENTO	Total
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	407
CIÊNCIAS HUMANAS	326
LINGUAGENS E CÓDIGOS	344
Total geral	1.077

Fonte: SEB/DPOFORM/COGEAM

E - Fluxo da ação: A descentralização de recursos foi feita pelo FNDE à Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

F – Desempenho: Foram encaminhadas 936 obras para avaliação pedagógica, posto que 141 obras ficaram retidas na triagem do IPT. O valor total do projeto foi na ordem de R$ 1.376.616,80 (hum milhão, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos) para a avaliação e elaboração do manual e de seu projeto gráfico, perfazendo um custo/livro de R$ 1.470,74 (hum mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e quatro centavos).

Quadro 39 – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		52.076,66
		UNESCO	914BRA1095	28.501,30
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		22.673,79
		UNESCO	914BRA1095	8.835,47
	TOTAL			**112.087,22**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.2.7. Ação 6322 – Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio

Quadro 40 – Dados gerais da ação 6322 – Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do Ensino Médio, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos Países do Mercosul.
Descrição	As obras didáticas são inscritas pelos detentores de direitos autorais e, depois da triagem, enviadas à Secretaria finalística do MEC, responsável pelo nível/modalidade de ensino, para avaliação pedagógica. Uma vez avaliadas, as obras são listadas no Guia do Livro Didático (instrumento contendo resenha detalhada de cada obra) que é encaminhado aos professores para ajudá-los na escolha do livro mais adequado a sua realidade. Após o envio do formulário de escolha pelas escolas, o que pode ocorrer, também, via Internet, o FNDE processa tais dados, gerando subsídios à negociação e aquisição dos livros didáticos. Faz parte da implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando a sua melhoria qualitativa. Integram a operacionalização do Programa, dentre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição, que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	FNDE
Unidades executoras	FNDE e SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPLI/FNDE e COGEAM/SEB
Coordenador nacional da ação	Sonia Schwartz Coelho (aquisição/distribuição) Jane Cristina da Silva (Avaliação)
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras didáticas inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

2.3.2.7.1. - Programa Nacional do Livro didático do Ensino Médio – PNLM

A – Objetivo: Avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física, Biologia, História e Geografia aos alunos das escolas públicas do ensino médio, de forma universal e gratuita. O Programa Nacional do Livro Didático distribui livros didáticos aos alunos das escolas públicas de ensino médio, de forma universal e gratuita, garantindo-lhes o direito de acesso a materiais didáticos de qualidade. A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras didáticas, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Biologia Química, História e Geografia, inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

À SEB cabe a responsabilidade quanto à elaboração dos critérios de avaliação e a realização da avaliação pedagógica propriamente dita e ao FNDE cabe a aquisição e distribuição das obras. A avaliação pedagógica é feita por meio do estabelecimento de descentralização de créditos para instituições de ensino superior públicas, com experiência em avaliação de materiais didáticos. O processo todo se desenvolve em até dois anos antes da chegada dos livros às escolas, e tem como principais fases: a discussão e definição dos critérios de avaliação para cada área; a elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras didáticas (livros e dicionários); a nomeação de Comissão Técnica do Livro Didático, pelo Ministro da Educação; a realização da avaliação pedagógica (pré-análise e avaliação propriamente dita); a elaboração do Catálogo do Livro do Ensino Médio (organização dos textos, projeto gráfico e revisão). Por meio deste Guia, são apresentados os critérios que nortearam a avaliação dos livros e as resenhas das obras aprovadas e envio, pelo FNDE, dos Guias às escolas para que os professores escolham os livros que irão utilizar por um período de três anos.

B - Relevância da Ação no cenário educacional

Sabendo que o livro didático é um instrumento essencial para apoiar aluno e professor no processo pedagógico, a distribuição dessas obras cumpre um dispositivo constitucional de garantir o acesso ao conhecimento e a bens culturais, previstos na Constituição Federal.

C - Público alvo: O público alvo do Programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio - PNLEM são os professores e alunos da rede pública do ensino médio.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Implantado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o programa prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país. Inicialmente, o PNLEM atendeu 1,3 milhão de alunos da 1ª série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam até o início de 2005, 2,7 milhões de livros das disciplinas de Português e de Matemática. Em 2005, as demais séries e regiões brasileiras também foram atendidas com essas obras.

A distribuição é feita pelo FNDE por meio das escolas cadastradas no Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Em 2006, foram adquiridos 7,2 milhões de volumes, para serem utilizados em 2007, por 6,9 milhões de alunos, ficando 300 mil exemplares para compor a reserva técnica. Foram adquiridos, ainda, 1,9 milhão de livros de português e matemática para reposição dos que foram distribuídos no ano anterior. Já em 2007, foram escolhidos os livros didáticos de História e de Química, a serem utilizados em 2008. Em 2008, foram incluídos os livros de Geografia e Física para serem utilizados em 2009, completando, assim, a universalização do atendimento do ensino médio. Além disso, houve uma segunda escolha dos livros de Biologia, Português e Matemática. A SEB realizou também a diagramação dos catálogos do PNLEM - Português, Matemática, Biologia, Geografia e Física e distribuiu às escolas para auxiliar o professor no processo de escolha das obras.

E - Fluxo da ação: Em 2008, não houve descentralização de recursos para avaliação no âmbito do PNLEM.

F – Desempenho: A SEB, junto ao FNDE, distribuiu 01 exemplar do Catálogo do PNLEM – Biologia de acordo com o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino, conforme o seguinte critério:
Escolas públicas de Ensino Médio com até 299 alunos – 1 exemplar
Escolas públicas de Ensino Médio com mais 299 alunos – 2 exemplares

Quadro 41 – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM	Projeto gráfico de dois catálogos do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio	UNESCO	914BRA1095	4.200,00
	Projeto Gráfico da publicação Manual Indique Leitura e Escrita	PNUD	BRA/03/004	3.200,00
	Encontro Estadual da Bahia - Salvador-BA, de 11 a 14.09.08	PNUD	BRA/03/004	53.203,21
	Encontro Estadual de Santa Catarina - Florianópolis-SC - 20 a 23.11.08	PNUD	BRA/03/004	66.959,62
	TOTAL			**127.562,83**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3. Programa 1448 – Qualidade na Escola

Quadro 42 – Dados gerais do Programa Qualidade na Escola

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Expandir e melhorar a qualidade da educação básica
Objetivos Específicos	Universalizar a oferta de Educação Básica de qualidade Elevar a aprendizagem dos alunos da Educação Básica
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Cinara Dias Custódio
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice) Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%) Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%) Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e Professores da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio)

A gestão orçamentária e financeira deste Programa é de responsabilidade do FNDE. As principais ações do Programa, de execução compartilhada com a SEB, são:

SEB (UG) FNDE (UO):

- 6333 – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Prof e Profissionais da Educação Básica.
- 8602 – Disseminação de Tecnologias Educacionais
- 8680 – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
- 8682 – Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Educação Infantil
- 8684 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Fundamental
- 8686 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio
- 8870 – Olimpíadas Escolares
- 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
- 2272 – Gestão e Administração do Programa

2.3.3.1. Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Quadro 43 – Dados gerais da Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas públicos de educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Silvia Marina Ribeiro Amaral da Silva
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para Educação Básica / Coordenação-Geral de Formação de Professores
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 11, Inciso I: propor e apoiar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, a garantia de formação inicial e continuada, visando à valorização dos profissionais da educação básica.

A execução orçamentário-financeira desta ação, no que se refere aos convênios, a partir de 05 de dezembro de 2008, é de responsabilidade do FNDE, nos termos da Portaria Normativa nº 21/2008. Em 2008, antes desta data, a SEB repassou R$ 7.313.409,70, no âmbito dos convênios especificados no Quadro 2. O FNDE também executa a descentralização de créditos orçamentários para as universidades federais.

A SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

Em 2008, a ação 6333 teve um desempenho físico que superou em muito a meta física estipulada. Isso se deu em virtude da reformatação da engenharia de implementação dos programas, orientada para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pela formulação do Plano de Ações Articuladas – PAR/PDE e da capacidade de adequação da oferta dos cursos a essa demanda, possível graças à ampliação do atendimento pelas IFES parceiras dos programas. Há que se levar em conta que a meta física e a previsão orçamentária, quando foram formuladas, se baseavam em um modelo de implementação que foi redefinido ao longo de 2008, tendo incidido positivamente sobre vários aspectos: melhor divulgação dos programas do MEC; formulação das demandas mais eficiente; distribuição geográfica mais racional; e otimização dos recursos e concentração dos gastos em formação.

Por meio dessa Ação é implementada a formação de professores, por meio do Gestar, Pró-Letramento e Rede Nacional de Formação de Professores, cujo desempenho é apresentado a seguir.

2.3.3.1.1. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR

A – Objetivo: o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II é um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial, cujo objetivo é a capacitação de professores dos anos/séries finais do Ensino Fundamental, da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: o programa surgiu da necessidade de investimento na formação de professores, numa demanda explicitada principalmente por escolas que estavam elaborando a situação diagnóstica pelo PDE-Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola) e na consolidação das ações estratégicas do PME (Projeto de Melhoria da Escola). A maioria das unidades escolares solicitava a realização de cursos de Matemática e Língua Portuguesa, segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), nas séries finais do Ensino Fundamental, revelando uma carência na formação desses docentes e a necessidade de aprofundamento de questões prático-teóricas. Além disso, foram considerados os baixos índices apresentados pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) nos últimos anos nessas áreas temáticas. Diante desse cenário e partindo da experiência exitosa do programa em alguns estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, há que se optar por uma política de formação continuada de professores, tendo em vista a melhora do desempenho dos alunos e dos sistemas de ensino.

C - Público alvo: Professores em exercício dos anos/séries finais do ensino fundamental, da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A implementação do Programa deu-se por meio da adesão de Estados e Municípios. A parceria com as Secretarias de Educação é formalizada com a assinatura de um termo de adesão em que se firma o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos. A contrapartida do Município ou Estado é a disponibilização do formador, do coordenador pedagógico e do cursista para freqüentar os encontros presenciais, sua locomoção, alimentação e acomodação, caso seja necessário, sendo responsável também pela certificação e pela realização do curso presencial dos professores cursistas no município. A Instituição de Ensino Superior é a responsável pela certificação, realização do curso presencial e acompanhamento a distância dos formadores e dos coordenadores pedagógicos. O MEC é o responsável pela distribuição dos materiais didático-pedagógicos e dos recursos financeiros para a Instituição de Ensino Superior, além do acompanhamento técnico em momentos presenciais e da formulação do parecer de execução física anexado ao processo.

E - Fluxos da ação e desempenho: O Programa, a partir de 2008, depois de uma experiência exitosa em alguns estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, foi universalizado, passando a ser executado pela Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, em parceria com o Centro de Formação Continuada de Professores – CFORM da Universidade de Brasília – UnB, que integra a Rede Nacional de Formação Continuada, sendo ofertado para todos os Estados e Municípios, por meio de um termo de adesão.

A viabilidade da ação se dá por meio de descentralização de crédito orçamentários à Instituição de Ensino Superior, visando à execução de programa de trabalho. A execução do projeto deu-se de acordo com o Plano de Trabalho proposto pela PROPONENTE e aprovado pela CONCEDENTE e por descentralização de créditos orçamentários à Instituição de Ensino Superior-IES. O valor do repasse considerou o deslocamento para as regiões dos cursos e a quantidade de formadores atendidos, conforme tabela abaixo:

Quadro 44 – Descentralização de Recursos para execução do Gestar

IES	Área	Repasse	Tipo de contrato	Estados atendidos
UnB (Gestar)	Língua Portuguesa e Matemática	R$ 794.720,00	Descentralização	DF, MS, TO, RR, PI, PA, PE, SE, AP, AM
UnB (Gestar II)	Língua Portuguesa e Matemática	R$ 1.371.720,00	Descentralização	Todas as UF – não são todas, são 15: AL, BA, CE, ES, MA, MT, MG, PB, PR, RJ, RN, RS, RO, SC e SP.

Fonte: CGPG/SEB/MEC

Esta ação teve um desempenho surpreendente, extrapolando a meta física. Isso se deu em virtude das demandas formuladas por meio do PAR e da capacidade de adequação da oferta dos cursos a essa demanda, possível graças à ampliação do atendimento pelas IFES parceiras dos programas. A execução, ainda que não possa ser considerada baixa, foi em grande parte prejudicada por dois fatores externos ao gerenciamento da Ação. O primeiro deles foi o atraso nos repasses de recursos, devido às exigências impostas pelo SICONV e pela falha desse sistema que, ao entrar em operação, não dispunha de módulo para o cadastramento de descentralizações, o que retardou os repasses. O segundo fator foi o temor das IFES em firmar parcerias com suas Fundações de Apoio, mesmo nos casos amparados pela legislação vigente para a execução de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Muitas instituições que já estavam com seus termos de cooperação aprovados, declinaram da solicitação ou devolveram os recursos ao MEC após a publicação do Acórdão TCU N° 2731/2008 - Plenário.No ano de 2008, consta da programação quatro metas a atingir:

- Promover um Seminário Nacional do GESTAR II: em 20 de agosto de 2008, foi realizado o 1º Seminário Nacional do GESTAR II, com o objetivo de divulgar as principais ações do Programa e possibilitar a adesão das Secretarias de Educação. Estavam presentes ao evento Gestores e Técnicos-Pedagógicos das capitais e maiores cidades, num total de 300 participantes, que se reuniram na Academia de Tênis, em Brasília - DF.
- Distribuir cartazes de divulgação do GESTAR II para todas as Secretarias de Educação e escolas públicas de 5ª a 8ª séries (6 ao 9º ano): foi realizada entrega de 120.000 cartazes do GESTAR II, para todas as Secretarias de Educação e escolas públicas de 5ª a 8ª séries (6 ao 9º ano), a partir de setembro de 2008.
- Distribuir kits do material didático-pedagógico do GESTAR II para todas as Secretarias de Educação e escolas públicas de 5ª a 8ª séries (6 ao 9º ano): após licitação de R$ 4.730.000,00 para reprodução de material, foi realizada entrega de 67.000 kits de Língua Portuguesa e 67.000 kits de Matemática, com 20 volumes de cada disciplina, para todas as Secretarias de Educação e escolas públicas de 5ª a 8ª séries (6 ao 9º ano), a partir de setembro de 2008. Houve a necessidade de aditivo de R$ 707.608,00, dada a divergência do número de páginas constantes do Termo de Referência encaminhado e o número real de páginas de alguns cadernos.
- Executar a primeira etapa de formação inicial dos cursos para os formadores e coordenadores pedagógicos, em todas as regiões do país.

A previsão inicial era atender na etapa de formação inicial (40h presenciais) uma turma de cada área (Língua Portuguesa e Matemática) em cada unidade federada, num total de 56 turmas e cerca de 688 formadores e coordenadores pedagógicos. Com a divulgação do Programa feita no 1º Seminário Nacional, no *site* do MEC e pelas UNDIMES estaduais e nacional, além do recebimento dos kits do material pelas escolas e secretarias, a expectativa de atendimento foi superada, tendo o Programa uma demanda maior do que a planejada. O MEC e a UnB reorganizaram o atendimento, iniciando a formação em 10 estados. O Quadro 14 resume o atendimento feito de 03/11/08 a 05/12/08.

Quadro 45 – GESTAR II, atendimento por Unidade Federada, Município e Nº de participantes

UF	Nº de Municípios	Nº de Particiapntes
DF	13	35
MS	42	134
TO	12	32
RR	6	25
PI	74	198
PA	11	56
PE	87	323
SE	11	6
AP	3	19
AM	25	75
Total	**284**	**903**

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Dificuldades encontradas na execução da etapa de formação inicial:

- Divergência na tabela de adesão dos municípios apresentada pelo FNDE com a real demanda enviada diretamente para a SEB/MEC, ocasionando dúvidas quanto aos municípios inscritos e uma diminuição do número de turmas que efetivamente foram atendidas nos estados;
- Dificuldade local em agendar o momento presencial, atrasando a divulgação do evento para os municípios;
- Dificuldade de articulação de algumas UNDIMES estaduais, junto aos municípios, ocasionando a ausência de alguns formadores e coordenadores pedagógicos devido à falta de informações sobre o evento;
- Problemas com relação à transição nas Secretarias de Educação, devido às eleições para prefeito, acarretando desistência de alguns municípios e/ou substituição de formadores e coordenadores pedagógicos;
- Crescimento da demanda do número de municípios e formadores inscritos, desproporcional à capacidade de gerenciamento desta Coordenação;

Essas dificuldades foram sendo corrigidas ao longo do processo e apresentam-se equacionadas, para o atendimento, em 2009, de 147.287 professores cursistas, inclusive com recursos transferidos no exercício de 2008.

Quadro 46 – GESTAR – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA	FONTE	VALOR EM R$
Passagem	112 - SEB/MEC	8.122,76
Diária	112 - SEB/MEC	2.627,54
TOTAL		**10.750,30**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.1.2. Projeto de Mobilização pela Qualidade da Educação – Pró-Letramento

A - Objetivo: o Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação é um programa de formação continuada de professores cujo objetivo é a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC mediante a adesão dos Estados e Municípios, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG, UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP

B - Relevância da Ação no cenário educacional: no ensino fundamental, os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica divulgados pelo INEP mostram melhorias na qualidade da educação nas séries/anos iniciais, e no desempenho dos alunos do quinto ano/quarta série na área de matemática, que surpreendeu os pesquisadores. Não é possível afirmar tal melhora está relacionada ao Pró-Letramento, mas é necessário reconhecer que o Pró-Letramento é um programa pioneiro na inclusão da área de matemática nos cursos de formação continuada oferecidos até então por este Ministério. É necessário continuar investindo na formação continuada dos professores das séries/anos iniciais para que os resultados do SAEB conduzam às metas estabelecidas. Com a Formação Continuada dos docentes, o MEC espera melhorar o desempenho geral dos sistemas de ensino.

C - Público Alvo: professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, que estejam em exercício.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da SEB. a implementação do Programa se dá por meio da adesão de Estados e Municípios. A parceria com os sistemas de ensino é formalizada com assinatura da formalisação de um termo no qual se firma o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos. A contrapartida do Município ou Estado é a disponibilização do professor tutor para freqüentar os encontros presenciais, sua locomoção, alimentação e acomodação. As Universidades realizam os cursos presenciais e o acompanhamento a distância destes professores, como também o controle da freqüência, e a entrega e avaliação das atividades a distância e presenciais. Cabe a Universidade certificar o professor que cumpriu todas as atividades do curso. O MEC é o responsável pela distribuição dos materiais e dos recursos financeiros para as Universidades parceiras, além do acompanhamento técnico, em momentos presenciais, e da formulação do parecer de execução física anexado aos processos.
E - Fluxos da ação e desempenho: A Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação foi instituída pela Portaria MEC n° 1.403, de 9 de junho de 2003, observada nas disposições do Edital SEIF/MEC n° 01/2003, de 11 de novembro de 2003. Cada turma participa de duas etapas durante o curso: a Primeira Etapa de Formação e o Revezamento. A Primeira Etapa do curso do Pró-Letramento é composta dos seguintes eventos presenciais: Curso de Formação Inicial (40 horas) e Seminários de Acompanhamento e Avaliação (64 horas), além de 16 horas de estudos à distância. O desenvolvimento do programa foi definido como um valor percentual aproximado em relação ao número de horas que serão cumpridas até o final de 2008 e o número total de horas do curso (120 horas).

A viabilidade da ação se dá por meio de Convênio, cujo Plano de Trabalho é proposto pela CONVENENTE e aprovado pela CONCEDENTE, e por descentralização de créditos orçamentários às Universidades Federais. O valor dos repasses considerou o deslocamento para a região do curso e a quantidade de tutores/cursistas atendidos. Os quatro quadros seguintes consolidam a execução do ano de 2008, que inclui a distribuição de Kits de livros do Pró-Letramento para os municípios.

Quadro 47 – Proletramento – Atendimento em 2008

IES/IFES	Área	Repasse	Tipo de contrato	Estados atendidos
UFES	Mat	R$ 475.000,00	Descentralização	RN, AL, RR, AP, ES, MS, MT
UNB	Ling	R$ 450.000,00	Descentralização	MA, SE, AM, ES, GO
UFRJ	Mat	R$ 585.000,00	Descentralização	CE, SC, RJ, RO. MG
UFPE	Ling	R$ 505.000,00	Descentralização	RN, PE, RJ, AC, RS, MT
UFPA	Mat	R$ 675.000,00	Descentralização	MA, PE, SE, PA, GO
UFMG	Ling	R$ 560.000,00	Descentralização	CE, PB, RR, AP, MG
UNESP	Mat	R$ 620.000,00	Convênio	PI, SP, AM, PR
UEPG	Ling	R$ 620.000,00	Convênio	BA, SC, AL, RO, PR
UNICAMP	Ling	R$ 610.000,00	Convênio	PI, SP, PA, MS
UNISINOS	Mat	R$ 490.000,00	Convênio	BA, PB, AC, RS

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quadro 48 – Proletramento - continuidade dos cursos iniciados no 2º semestre de 2007, atendimento por unidade federada

1ª Turma nos estados*					
UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Tutores Certificados		Cursistas Inscritos
			Alf.	Mat.	
AC	19	38			1.882
AP	15	60			2.968
RO	26	55			2.501
RR	13	41			1.310
Total	**73**	**194**			**8661**

* A1ª turma se refere à primeira vez que o curso do Pró-Letramento desenvolve suas atividades em determinado estado.

2ª Turma nos estados**					
UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Tutores Certificados		Cursistas Inscritos
			Alf.	Mat.	
AL	25	54			2.561
BA	117	268			16.557
CE	18	63			2.552
MA	40	141			6.378
PB	42	76			3.018
RN	33	66			1.508
SE	25	90			3.317
Total	**300**	**758**			**35.891**

** A 2ª turma se refere à volta do curso do Pró-Letramento aos estados para atender os municípios que ainda não haviam participado do programa.

Revezamento de 1ª Turmas de 2006***					
UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Tutores Certificados		Cursistas Inscritos
			Alf.	Mat.	
PB	97	201			7.925
PE	57	122			4.881
SC	48	75	45	29	2.864
SP	110	248			10.743
Total	**312**	**646**			**26413**

*** O Revezamento é uma etapa do curso em que os cursistas que cursaram Alfabetização e Linguagem passam a cursar Matemática e vice-versa. Neste caso, em 2008, concluiu-se o atendimento, com esta etapa, de 1ª turmas que começaram em 2006 em alguns estados

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Todos os cursos acima listados tiveram finalização em 2008, sendo que a maior parte terminou no segundo semestre deste ano, e, por isso, ainda não estão disponíveis os números de tutores efetivamente certificados em alguns estados.

Quadro 49 - Proletramentro - Cursos em estados não atendidos - *atendimento por unidade federada*

1ª Turma nos estados - 1ª Etapa				
UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Cursistas Inscritos	Desenvolvimento até o fim de 2008
AM	53	219	12.524	100%
ES	70	185	10.771	30%
GO	152	263	13.835	30%
MG	354	768	27.464	50%
MS	57	124	4.069	50%
PA	95	332	20.229	100%
PR	223	495	18.510	30%
RS	191	377	11.744	50%
TO	36	67	1.524	60%
Total	**1008**	**2335**	**102160**	

2ª Turma nos estados				
UF	**Nº de Municípios**	**Tutores Inscritos**	**Cursistas Inscritos**	**Desenvolvimento até o fim de 2008**
PE	45	94	4.208	70%
PI	20	38	1.202	30%
RJ	27	98	3.880	70%
SP	57	123	5.314	100%
Total	**149**	**353**	**14604**	

3ª Turma nos estados				
UF	**Nº de Municípios**	**Tutores Inscritos**	**Cursistas Inscritos**	**Desenvolvimento até o fim de 2008**
PB	52	106	3.433	50%
Total	**52**	**106**	**3.433**	

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Em 2008, com o início das primeiras turmas nos estados acima listados, o Pró-Letramento passou a atender a quase totalidade dos estados brasileiros, faltando atender apenas o estado do Mato Grosso e o Distrito Federal.

Quadro 50 - Proletramento - Etapa do Revezamento em alguns estados para 1as turmas e para 2as turmas iniciadas nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Revezamento de 1ª turmas de 2006 ou 2007*				
UF	**Nº de Municípios**	**Tutores Inscritos**	**Cursistas Inscritos**	**Desenvolvimento até o fim de 2008**
AL	63	213	7.118	100%
PI	37	68	2.362	100%
RJ	47	150	6.155	70%
RR	12	30	1.186	50%
SE	11	26	1.317	60%
Total	**170**	**487**	**18138**	
* Em 2008 foi dado início ao Revezamento para 1as turmas nos estados acima, que fizeram a 1ª etapa do curso em 2006 ou 2007.				
Revezamento de 2ª turmas de 2007 e 2008**				
UF	**Nº de Municípios**	**Tutores Inscritos**	**Cursistas Inscritos**	**Desenvolvimento até o fim de 2008**
BA	105	186	8.624	30%
CE	18	41	1.294	60%
PB	38	50	1.925	30%
RN	33	52	1.396	100%
SE	13	72	2.723	60%
SP	44	93	3.357	30%
Total	**251**	**494**	**19319**	
** Em 2008, nos estados acima, teve início a etapa do Revezamento de 2as turmas, que tiveram a primeira etapa do curso nos anos de 2007 ou 2008.				

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quanto à distribuição de Kits de livros do Pró-Letramento para os municípios, após licitação no valor de R$ 2.349.017,20 para reprodução de material, foi realizada compra de 320.904 kits (Linguagem e Matemática) que foram distribuídos para as Secretarias Municipais/Estaduais de Educação, de acordo com o número de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da respectiva rede de ensino, com base no Censo Escolar 2006. Uma parte desse material foi mantida como reserva técnica.

Sobre o acompanhamento das formações realizadas pelas Universidades Formadoras, após a formação dos tutores as Universidades enviam para o MEC um relatório sucinto comentando o que ocorreu na formação. Um dos pontos positivos mais ressaltados nos relatórios se refere à motivação dos professores em se tornarem produtores do conhecimento, e um dos pontos negativos mais recorrente se refere à falta de compromisso das Secretarias de Educação de alguns estados e municípios que não cumprem sua parte na parceria, não dando condições de trabalho para o tutor e muitas vezes não arcando com as despesas mínimas para deslocamento para as formações. Além dos relatórios, são realizadas algumas reuniões entre o MEC e todas as Universidades Formadoras do programa onde são debatidas as principais dificuldades e uma oportunidade para troca de experiências. Várias resoluções conjuntas entre as universidades e MEC são votadas e acertadas nessa reunião.

As IES devido ao aumento das ações a serem executadas em 2008 tiveram que aumentar suas equipes de formadores e fazer parcerias com IES localizadas nos estados atendidos. Por exemplo, no Rio Grande do Norte o formador de Matemática da segunda turma (retorno) foi tutor na primeira turma, e devido a seu bom desempenho foi convidado pelo CeFoCo/UFES para ser formador. No Ceará, ambas as universidades responsáveis pela formação fizeram parceria com IES da localidade, e os formadores da segunda turma (retorno) são professores do próprio Ceará.

As parcerias já estabelecidas no ano anterior foram renovadas. Em alguns casos as Secretarias Estaduais não continuaram a parceria pois tiveram sua demanda de professores para a formação atendida. Em outros casos, as Secretarias Estaduais mesmo sem professores sendo formados, continuaram com a parceria, como é o caso do estado do Ceará. Novas parcerias foram feitas nos estados que ainda não haviam recebido a formação do Pró-Letramento, como RS, PR, GO, TO, AM, PA, MS.

Alguns fatores dificultaram o bom desenvolvimento do Programa, a exemplo do atraso nas licitações relativas à reprodução e distribuição de materiais ocasionando atraso no início dos cursos e interrupções em outros; atrasos no pagamento de bolsas aos tutores, devido a mudanças nos procedimentos para efetuar esses pagamentos; e a irregularidades do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB); dificuldade local em agendar os momentos presenciais, ocasionando atrasos na execução dos trabalhos por parte da Universidade; e crescimento da demanda desproporcional à capacidade de gerenciamento da Coordenação Nacional do Programa.

Essas dificuldades foram sendo corrigidas ao longo do processo e hoje se apresentam quase todas equacionadas e, embora não tenha havido uma avaliação externa do programa, as informações que chegam por meios dos formadores das universidades e por relatos dos gestores municipais é do grande envolvimento de todos os professores nesta formação. Tanto que, em estados com municípios que não haviam feito a adesão na primeira turma, houve a solicitação de nova oportunidade e, por isso, em 2008 abriram-se 2as e 3as turmas.

Em 2009, está previsto o atendimento de 133.000 professores cursistas, inclusive com parte de recursos transferidos no exercício de 2008.

Quadro 51 – Proletramento – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor (em R$)
Serviços	Fornecimento de lanche - Curso de Formação - 150 participantes - 25 a 29.02.08	PNUD	BRA/03/004	3.962,10
	Reunião do "PROLETRAMENTO e GESTAR", Brasília-DF - 29 e 30.04.08	UNESCO	914BRA1095	11.313,48
Passagem		112 - SEB/MEC		73.695,88
		UNESCO	914BRA1095	18.921,26
Diária		112 - SEB/MEC		28.394,96
		UNESCO	914BRA1095	1.687,14
TOTAL				**137.974,82**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.1.3. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica

A - Objetivo

- Institucionalizar o atendimento da demanda de formação continuada;
- Desenvolver uma concepção de sistema de formação em que a autonomia se construa pela colaboração;
- Contribuir com a qualificação da ação docente no sentido de garantir uma aprendizagem efetiva e uma escola de qualidade para todos;
- Contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos docentes;
- Subsidiar a reflexão permanente na e sobre a prática docente;
- Institucionalizar e fortalecer o trabalho coletivo como meio de reflexão teórica e construção da prática pedagógica.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Criada no atual governo, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores institucionalizou a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados às Instituições de Ensino Superior. Constituída em julho de 2004, surgiu justamente como resposta à necessidade de articular a pesquisa, a produção acadêmica à formação dos educadores, processo que não se completa por ocasião do término de seus estudos em cursos superiores. Coube ao Ministério da Educação a iniciativa de estabelecer este vínculo, visando interromper um hiato que se formara entre segmentos de Educação: a Educação Superior e a Educação Básica. Desta parceria resultou a realização de diversos cursos e a produção de múltiplos materiais destinados aos educadores em salas de aula do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

A Rede é formada pelo MEC, Sistemas de Ensino e os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que são parceiros no desenvolvimento e oferta de programas de formação continuada, bem como na implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades escolares e sistemas estaduais e municipais de ensino.A Rede busca, portanto, contribuir com os sistemas de ensino e, particularmente, com a formação dos professores como sujeitos do processo educativo. Tal compreensão, pautada em uma concepção de formação de professores, inicial e continuada, que contemple a tematização de saberes e práticas num contexto de desenvolvimento profissional permanente, implica em considerar os estudantes como sujeitos nesse processo.

C - Público alvo: Professores de Educação Básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação.

D - Modo de implementação

- Celebração de convênios com universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC;
- Execução gerenciada pelo MEC e acompanhada, em cada Centro, por um comitê gestor, constituído por três membros: coordenador do Centro, representante da universidade indicado pelo reitor e representante da SEB;
- Visitas técnicas para orientações e acompanhamento da execução do PTA;
- Estabelecimento de acordos de cooperação, por meio de convênios, contratos, que aumentem o alcance dos programas desenvolvidos pelos Centros.

A execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Em abril de 2007, estabeleceu-se o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que prevê um conjunto de ações em parceria com os entes federados, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil para mobilizar os esforços e as capacidades em favor de uma educação de qualidade. Dentre as ações propostas, uma implica em grande parceria entre as instituições de ensino e os entes federados: O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O Compromisso oficializado pelo Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, reflete um conjunto de ações e diretrizes a serem alcançadas pelos entes federados em parceria com o Governo Federal. Entre essas diretrizes está a formação dos profissionais da educação no seu inciso XII – "Instituir programa próprio ou em regime de colaboração para a formação inicial e continuada de profissionais da educação", constituindo assim um dos pilares para a conquista da qualidade na educação. As adesões ao Compromisso norteiam o apoio às redes públicas de educação básica, no caso desta Coordenação, significa responder à demanda por formação continuada de professores.

O Plano de Metas estabelece em seu art. 9º o PAR – Plano de Ações Articuladas, que será a base para o termo de convênio ou de cooperação firmado entre o Ministério da Educação e o ente federativo. Esses Planos, elaborados a partir de um diagnóstico minucioso sobre as necessidades do estado ou município resultou, após análise, em uma grande demanda por formação continuada de professores. Demanda essa, de cerca de 49.765 profissionais da educação que, para ser atendida, desencadeou por parte do MEC novas descentralizações de recursos, para as IES que constituem a Rede.

A Rede Nacional de Formação Continuada é constituída por 19 Universidades públicas e comunitárias que são constituídas por Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. São cinco as áreas prioritárias de formação estabelecidas:

- Alfabetização e Linguagem
- Educação Matemática e Científica
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais
- Artes e Educação Física
- Gestão e Avaliação da Educação

Embora organizados por áreas de formação e sediados em regiões diversas, cada Centro deve consolidar a sua ação visando atender à demanda nacional em sua área de formação e à demanda da diversidade das áreas em sua região, criando formas de relação com os demais Centros e com outras Instituições de Ensino Superior. Nessa malha de articulações é que se vai tecendo a capilaridade que o MEC/SEB espera da Rede Nacional de Formação Continuada.

E - Fluxos da ação e desempenho: A viabilidade da ação se dá por meio de Convênio, visando à execução descentralizada de programa de trabalho a cargo da CONCEDENTE, mediante a transferência de recursos destinados ao projeto de implantação da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, observando as disposições do Edital SEIF/MEC n° 01/2003, de 11 de novembro de 2003. A execução do projeto se dá de acordo com o Plano de Trabalho proposto pela CONVENENTE e aprovado pela CONCEDENTE e por descentralização de créditos orçamentários às Universidades Federais.

A Rede por meio dos Centros concebeu e produziu material didático (livro-texto, guia didático, programa de vídeo DVD) para a realização de cursos, com carga horária variando de 40 a 360 horas bem como material didático para orientação da ação docente e uso em sala de aula, como por exemplo: jogos destinados ao ensino do sistema alfabético de escrita acompanhado de manual didático.

O ano de 2005 e boa parte de 2006 foram dedicados à constituição de equipes formadoras, elaboração de cursos e materiais. Em 2007, houve aumento na oferta e no atendimento da demanda dos cursos oferecidos pelos Centros. Atualmente, a Rede de Formação constituída está em pleno funcionamento. O último Seminário, realizado em novembro de 2008, em Brasília, contou com a participação dos 19 Centros da Rede, os quais tiveram a oportunidade de apresentar os trabalhos desenvolvidos ao longo dos 4 anos do projeto, bem como a apresentação dos resultados alcançados no ano de 2008 que totalizou 33.554 (trinta e três mil, quinhentos e cinqüenta e quatro) profissionais da educação atendidos. O valor desembolsado foi destinado para a execução de quatro ações:

- Desenvolvimento de programas e cursos de formação continuada de professores e gestores para as redes de educação infantil e fundamental, à distância e semi-presenciais, incluindo a elaboração de material didático para a formação docente (livros, vídeos, softwares).
- Desenvolvimento de projetos de formação de tutores para os programas e cursos de formação continuada.
- Desenvolvimento de tecnologia educacional para o ensino fundamental e a gestão de redes e unidades de educação pública.
- Associação a instituições de ensino superior e outras organizações para a oferta de programas de formação continuada e a implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades e redes de ensino.

Em 2008, os resultados alcançados com o atendimento às demandas oriundas do PAR/PDE totalizaram 33.554 profissionais da educação atendidos, segundo o acompanhamento sistemático da ação, mediante visitas técnicas à universidade e reuniões do Comitê Gestor. Os dois quadros a seguir consolidam o atendimento da Rede Nacional.

Quadro 52 - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – Atendimento em 2008

IES/IFES	Área	Repasse FNDE	Tipo de contrato	Estados atendidos
UFRN	Artes e Educação Física	R$ 906.711,00	Descentralização	AI, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE, TO
UFRGS	Artes e Educação Física	R$ 1.541.764,67	Descentralização	AC, AM, AP, BA, GO, MS, MT, RO, RR, RS, SC
UFJF	Gestão e Avaliação	R$ 1.955.543,00	Descentralização (devolvido)	AC, AM, AP, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
UFC	Ciências Humanas e Sociais	R$ 1.478.748,19	Descentralização	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
UFPE	Alfabetização e Linguagem	R$ 2.099.134,70	Descentralização	AL, CE, PB, PE, PI, RN, SE
UFMG	Alfabetização e Linguagem	R$ 2.099.134,70	Descentralização	AP, MG, MS, MT, PA, RO
IES/IFES	**Área**	**Repasse SEB**	**Tipo de contrato**	**Estados atendidos**
UEPG	Alfabetização e Linguagem	R$ 1.746.137,20	Convênio	PE, PR, RS, SC
UNESP	Matemática e Ciências	R$ 1.949.828,50	Convênio	AM, MS, MT, PI, SP
UNICAMP	Alfabetização e Linguagem	R$ 1.267.136,00	Convênio	ES, RJ, SP
UNISINOS	Matemática e Ciências	R$ 1.259.455,00	Convênio	GO, PR, RS, SC, TO
PUC-SP	Artes e Educação Física	R$ 407.947,00	Convênio	ES, MG, RJ, SP
PUC-MG	Ciências Humanas e Sociais	R$ 682.906,00	Convênio	ES, MG, RJ, RS, SC, SP

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quadro 53 - Rede - Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor em R$
Serviços	V Seminário da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica - Brasília-DF - 24 a 26.11.08	UNESCO	914BRA1095	19.924,00
Passagem		112 - SEB/MEC		63.476,04
		UNESCO	914BRA1095	14.343,50
Diária		112 - SEB/MEC		10.754,89
		UNESCO	914BRA1095	3.631,84
TOTAL				**112.130,27**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 54 - Execução físico-financeira – Ação 6333

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
51.473	263.067	511	32.712.182,00	25.879.144,33	79
Produto: Profissional beneficiado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 55 - Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 6333

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.30.41	Contribuições	6.512.062,70	5.256.286,24	4.963.101,70	4.963.101,70
3.3.50.41	Contribuições	2.350.308,00	2.350.308,00	2.350.308,00	1.667.402,00
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0	0	0	0
3.3.90.30	Material de Consumo	111.700,00	23.970,18	0	0
3.3.40.00	Transferências a Municípios	0	0	0	0
3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	256.368,00	220.247,00	53.490,69	53.490,69
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.978.661,30	16.264.774,95	2.741.851,02	2.741.851,02
3.3.90.14	Diárias - Civil	103.104,00	1.979,96	1.979,96	1.979,96
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.001.122,00	1.001.122,00	536.945,45	59.637,19
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.398.856,00	760.456,00	344.846,29	344.846,29
3.3.80.00	Transferências ao Exterior	0	0	0	0
3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
Valor Total - R$		**32.712.182,00**	**25.879.144,33**	**10.992.523,11**	**9.832.308,85**

Fonte: SIMEC - 31.12.2008

2.3.3.2. Ação 8602 – Disseminação de Tecnologias Educacionais

Quadro 56 – Dados gerais da Ação 8602

Tipo	Atividade
Finalidade	Disseminar tecnologias educacionais inovadoras, como referencial de qualidade, para utilização por escolas e sistemas de ensino da educação básica pública visando promover um melhor atendimento educacional.
Descrição	Disseminar tecnologias educacionais inovadoras, como referencial de qualidade, para utilização por escolas e sistemas de ensino da educação básica pública visando promover um melhor atendimento educacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Cláudio Fernando André
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para Educação Básica / Coordenação-Geral de Formação de Professores
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 11, Inciso II: Propor, apoiar e estimular a produção de tecnologias educacionais inovadoras para a educação básica.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

2.3.3.2.1. Guia de Tecnologias Educacionais

A – Objetivo: O Guia de Tecnologias Educacionais tem como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras, que apresentem condições de promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades.

São objetivos específicos:

- Pré-qualificar tecnologias educacionais como referencial de qualidade, para utilização por escolas e sistemas de ensino;
- Disseminar padrões de qualidade de tecnologias educacionais que orientem a organização do trabalho dos profissionais de educação básica;
- Estimular especialistas, pesquisadores, instituições de ensino e organizações sociais para a criação de tecnologias educacionais que contribuam para elevar a qualidade da educação básica;
- Fortalecer uma cultura de produção teórica voltada à qualidade na área da educação básica e seus referenciais concretos.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: O Ministério da Educação (MEC), em consonância com sua política de melhoria da qualidade da educação no Brasil, lançou o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), cujo principal objetivo é alcançar uma educação básica de qualidade. A complexidade de tarefas que essa empreitada

demanda corresponde à complexidade de fatores que levaram a educação no Brasil a atingir, nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, a média 3,8 em uma escala de zero a dez.

O Guia de Tecnologias se encontra no âmbito das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação é parte do conjunto de esforços que se dá por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), elaborado com cada município, Estado ou Distrito Federal. Ele contém a descrição e informações de cada tecnologia pré-qualificada, com propósito de auxiliar gestores a identificar e conhecer aquelas que possam contribuir para a melhoria da educação em suas redes de ensino.

C - Público alvo: Gestores e professores das escolas da rede pública de ensino

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Para o processo de implementação de pré-qualificação das tecnologias, o MEC/SEB concebe, supervisiona e orienta os procedimentos de avaliação. No ano de 2008, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi convidada para fazer a gestão do processo de avaliação das tecnologias, por intermédio do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (CINTED). Os seguintes procedimentos são adotados:

a) O MEC/SEB publica o edital de convocação no Diário Oficial da União (DOU), orientando os proponentes a fazerem suas inscrições por meio do *site* http://cte.mec.gov.br/, mediante preenchimento de formulário eletrônico.
b) Ao realizar as inscrições *on-line*, os proponentes se comprometem a enviar os materiais para compor o conjunto de informações que serão levadas em consideração no processo de avaliação. No caso de algumas tecnologias, como, por exemplo, portais *web*, sistemas de gestão eletrônicos ou *sites* educacionais, é necessário o envio de *login* e senha para acesso da MEC/SEB a detalhes da proposta inscrita.
c) Enquanto as inscrições estão em andamento, a MEC/SEB faz uma série de reuniões com a UFRGS/CINTED e avaliadores/pareceristas para debater e prestar esclarecimentos sobre o processo de avaliação, cronograma, sistematização e consolidação da avaliação. As equipes são formadas por especialistas de todo território nacional, escolhidos mediante avaliação das informações disponíveis na Plataforma Lattes.
d) Após o encerramento das inscrições, as propostas inscritas são distribuídas de forma que pelo menos dois pareceristas se encarreguem da leitura e avaliação detalhadas do formulário preenchido e do material recebido. Os avaliadores preparam seus respectivos pareceres e, no caso de desacordo inicial entre eles, a coordenação e os avaliadores debatem sobre um possível consenso. Caso não ocorra o consenso, um terceiro parecerista é convidado para fazer a avaliação e, junto com a coordenação, os três concluem o processo daquela tecnologia que está sendo analisada para pré-qualificação. No caso das instituições que solicitaram avaliação *in loco*, esse processo ocorre simultaneamente às demais ações de análise e discussões sobre a tecnologia inscrita.
e) Após concluir o processo de avaliação para pré-qualificação, o resultado é publicado no DOU e, a partir da data de publicação, as instituições que não tiveram suas tecnologias pré-qualificadas têm 15 dias para entrar com recurso. Havendo recurso, os pareceristas são novamente chamados para avaliá-lo e fazer suas considerações, a partir da manifestação dos proponentes.
f) Após a análise dos recursos, o resultado final do edital de pré-qualificação é publicado no DOU.

Para consolidar o uso racional e efetivo de tecnologias nas escolas e sistemas educacionais brasileiros, MEC/SEB planeja ainda realizar duas outras etapas subseqüentes à pré-qualificação: o acompanhamento do uso das tecnologias e sua aprovação ou certificação, que deve ocorrer após um ciclo de pré-qualificação, acompanhamento e avaliação com a finalidade de coletar informações que possibilitem:

a) Verificar se as características das tecnologias de fato correspondem às encontradas na pré-qualificação;
b) Verificar se e em qual extensão o uso das tecnologias contribuiu para melhoria da qualidade da Educação nas redes de ensino;
c) Estabelecer parâmetros para a efetiva avaliação das tecnologias.

Os sistemas públicos de educação básica que, ao elaborarem seu PAR, incluírem como demanda as tecnologias que consideram importantes para o desenvolvimento de seu trabalho poderão, mediante análise do MEC, ser atendidos pelo Ministério. Os demais sistemas poderão consultar diretamente as empresas responsáveis pelas tecnologias pré-qualificadas para adquiri-las.

Somente após o período de acompanhamento será possível ao MEC realizar a última etapa, de nova análise e classificação das tecnologias de fato aprovadas e certificadas como instrumentos que podem promover a qualidade da Educação. Para fundamentar as ações de pré-qualificação, acompanhamento e certificação das tecnologias foram iniciados estudos e pesquisas.

E - Fluxos da ação e desempenho: A viabilidade da ação de pré-qualificação para o Guia de Tecnologias Educacionais dá-se por meio do MEC/SEB que faz a supervisão e orientação dos trabalhos por meio da descentralização de recursos para o desenvolvimento das atividades. Neste ano de 2008, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi convidada para participar do processo de gestão das atividades de avaliação e pré-qualificação das tecnologias educacionais.

O repasse do recurso foi feito mediante descentralização de crédito orçamentário do FNDE para a UFRGS, no valor de R$ 355.940,00, para a impressão e distribuição da primeira versão do Guia de Tecnologias. O pregão eletrônico vencido pela empresa “Jofafe Comunicação e Marketing Ltda” teve seu valor fixado em R$ 114.049,00. No mês de dezembro, foi iniciado o processo de estudos e pesquisas de fundamentação política, envolvendo o valor de R$ 530.011,00, descentralizados para a UFRGS.

Em 2008, consta da programação desenvolver as seguintes ações: supervisionar, gerenciar e orientar o processo de pré-qualificação das tecnologias; encaminhar a impressão e distribuição de 8.506 Guias de Tecnologias Educacionais; e desenvolver estudos, pesquisas e documentos de fundamentação política de tecnologias para educação básica. Das três ações mencionadas, as duas primeiras foram totalmente atendidas, conforme o quadro a seguir; a terceira ação, iniciada no mês de dezembro, terá seu pleno desenvolvimento em 2009.

Dificuldades que foram encontradas pela Coordenação para a execução do projeto: Tempo de impressão do Guia para ser divulgado para o público interessado; Dificuldade na entrega do Guia as Secretarias de Educação, devido à greve dos correios; e Falta dos estudos e pesquisas para fundamentar as ações do Programa de Disseminação das Tecnologias.

Quadro 57 - Execução físico-financeira – Ação 8602

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
162.000	0	0	R$ 3.134.000,00	3.084.227,79	98
Produto: Kit tecnológico educacional distribuído Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC, 31.12.2008

Quadro 58– Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 8602

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.30.41	Contribuições	2.621.318,08	2.614.238,79	2.329.186,54	2.286.487,84
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	114.792,37	114.049,00	0	0
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	355.940,00	355.940,00	355.940,00	355.940,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	41.949,55	0	0	0
Valor Total - R$		**3.134.000,00**	**3.084.227,79**	**2.685.126,54**	**2.642.427,84**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 59 – Tecnologias Educacionais – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
PASSAGEM	112 - SEB/MEC		31.921,25
	UNESCO	914BRA1095	3.354,84
DIÁRIA	112 - SEB/MEC		12.017,88
	UNESCO	914BRA1095	1.398,47
TOTAL			**48.692,44**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3. Ação 8680 – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Quadro 60 – Dados gerais da Ação 8680

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, ampliar a capacitação dos docentes da educação básica e desenvolver modelos gerenciais que propiciem melhorias de gestão às secretarias municipais de educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Descrição	Incentivo a formação inicial e continuada de professores e criação de condições para a estruturação da carreira docente; promoção de cursos para sensibilização e capacitação de equipes gerenciais, estudantes e conselhos vinculados à educação nos Estados, Distrito Federal e Municípios; produção de material didático impresso e/ou em multimídia, produção de vídeos e áudios didáticos e/ou de disseminação da ação, videoconferências, realização de encontros estaduais e/ou regionais; orientação sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, organização do estudante com vistas a promover a discussão da escola e da qualidade da educação; e para apoio à implementação de modelos de desenvolvimento gerencial de secretarias municipais de educação ou no conjunto de secretarias de municípios de pequeno e médio porte da região do semi-árido brasileiro e/ou que possuam indicadores de qualidade que revelam uma realidade de comprometimento da qualidade da educação, permitindo o aperfeiçoamento do processo de planejamento, a estruturação das funções estratégicas, da modernização administrativa, inclusive com implantação de sistema de informações gerenciais para monitoramento de indicadores educacionais. Assim, a ação se propõe a: Implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais; ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica; desenvolver modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação de forma que priorizem a gestão democrática nos sistemas de ensino e a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Cleuza Rodrigues Repulho
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 12

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados. Eventualmente, em casos de repasse de convênios firmados pela Secretaria, antes da Portaria nº 21/2008, ou em casos de licitação, o recurso é repassado para execução pela SEB. Em 2008, as licitações na SEB, com recursos da ação 8680, totalizaram R$ 315.680,00, conforme especificado no Quadro 2.

A SEB injetou recursos da ordem de R$ 300.000,00, da Ação 8680, no PRODOC BRA/03/00O – o projeto "Implantação de uma Política Nacional para o Ensino Fundamental", aprovado em 2003, foi concebido com o objetivo de superar a reconhecida fragmentação da intervenção da União neste domínio, por meio da criação de programas que articulassem as ações dos diferentes órgãos do Ministério da Educação e seus parceiros nos Estados e Municípios. Esse Projeto tem como órgão executor a Secretaria de Educação Básica.

2.3.3.3.1. Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho

A – Objetivo: o Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho tem por objetivo ampliar a capacidade de atuação dos conselheiros municipais de educação. O Pró-Conselho incentiva e qualifica a participação da sociedade na tarefa de avaliar, definir e fiscalizar as políticas educacionais e assim garantir a universalização dos direitos básicos que promovam o exercício da cidadania.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Os Conselhos Municipais de Educação (CME) ocupam posição fundamental na efetivação da gestão democrática dos sistemas de ensino, assim como na consolidação da autonomia dos municípios no gerenciamento de suas políticas educacionais. São órgãos de composição plural e de ampla representatividade social que permitem a participação efetiva e criadora dos cidadãos, compreendida como estratégia primordial para a melhoria da qualidade da educação do país e para a inclusão social.

C - Público alvo: Conselheiros Municipais de Educação; Técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais de Educação; e Técnicos e dirigentes das Secretarias Municipais de Educação

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O programa realiza encontros estaduais onde são capacitados Conselheiros Municipais de Educação - CME, por meio de dinâmicas diferenciadas: palestras, oficinas pedagógicas, relatos de experiências e grupos de trabalho, responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade para a dar prosseguimento à formação de Conselheiros. Na segunda fase do Programa, aos municípios que já contavam com CMEs, foram disponibilizadas duas vagas, sendo uma para o executivo municipal e as demais para conselheiros representantes das distintas categorias que compõem o conselho. Considerando a necessidade de ampliar o atendimento aos Conselheiros Municipais de Educação, no ano de 2008, foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina um ambiente virtual de aprendizagem, que após teste, será o espaço de oferta de vagas em cursos à distância para capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

E - Fluxos da ação e desempenho: Para viabilizar as ações do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação foram realizadas diversas parcerias, principalmente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além de convênios com universidades para a implementação de ações.

A realização das ações previstas para 2008 foi prejudicada pelo processo eleitoral. No que se refere a Encontros Presenciais de Formação do Programa, foi realizado um encontro, nos dias 2 e 3 de junho, com a participação de 43 Coordenadores Estaduais da Uncme e Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação.

Durante o ano de 2008, foi desenvolvido o Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde serão ofertados os Cursos a Distância de Capacitação para Conselheiros Municipais de Educação. Esse espaço também será utilizado na formação continuada de Conselheiros, uma vez que mesmo não estando matriculado em um curso, o Conselheiro poderá trocar experiências com outros Conselheiros, bem como participar de Fóruns de Discussão. Foi elaborada a publicação Perfil dos Conselhos Municipais de Educação – 2007. Esta publicação será distribuída a todos os Conselhos Municipais de Educação, além das Secretarias Municipais de Educação, Uncme e outros órgãos afins.

Quadro 61 – Pró-Conselho - Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor (em R$)
Serviço	Projeto Gráfico da publicação Perfil dos Conselhos Municipais de Educação - 2007	PNUD	BRA/03/004	3.400,00
	Projeto Gráfico da publicação Manual Indique Leitura e Escrita	PNUD	BRA/03/004	3.200,00
	Encontro Estadual da Bahia - Salvador-BA, de 11 a 14.09.08	PNUD	BRA/03/004	53.203,21
	Encontro Estadual de Santa Catarina - Florianópolis-SC - 20 a 23.11.07	PNUD	BRA/03/004	66.959,62
Passagem		UNESCO	914BRA1095	101.964,36
		112 - SEB/MEC		33.544,92
Diária		UNESCO	914BRA1095	31.901,69
		112 - SEB/MEC		8.600,77
TOTAL				**302.774,57**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3.2. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

A - Objetivos

- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- apoiar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares;
- instituir políticas de indução para implantação de Conselhos Escolares;
- promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação à distância;
- estimular a integração entre os Conselhos Escolares;
- apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Um dos objetivos e prioridades expressos no Plano Nacional de Educação é a democratização da gestão do ensino público e uma de suas metas é a criação de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e tendo como um dos princípios a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. Os Conselhos Escolares inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada que expressam a vontade da sociedade na formulação e aplicação de políticas públicas educacionais. Assim, a gestão por conselhos representa uma estratégia de

democratização das ações do Estado, uma vez que assumem o papel de mediador entre a sociedade e o ambiente escolar de forma a situar as ações do Estado na lógica da cidadania. O Ministério da Educação, desde 2004, vem desenvolvendo ações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, da Secretaria de Educação Básica, que visam ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, bem como instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de Conselhos Escolares, além de promover também em parceria, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância.

C - Público alvo: Conselheiros Escolares; Técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais de Educação; Técnicos e dirigentes das Secretarias Municipais de Educação.

D - Modo de implementação: Para que o Programa atinja, de forma efetiva, uma maior clientela, diferentes estratégias são utilizadas, sendo empregados meios instrucionais presenciais e à distância. A produção e distribuição de material didático especificamente elaborado com a finalidade de capacitar Conselheiros Escolares constituem-se também em uma estratégia de ação, que subsidia os conselheiros escolares e toda a comunidade escolar e local com temáticas fomentadoras das discussões sobre as potencialidades do Conselho Escolar, mobilizando e responsabilizando todos os atores envolvidos. As ações de capacitação desenvolvidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares dividem-se em Encontros Presenciais e Cursos de Extensão a Distância. Os Encontros Presenciais são realizados em 3 dias, onde são proferidas palestras, desenvolvidas oficinas e apresentados relatos de experiências. Os Cursos de Extensão a Distância são realizados em convênio com universidade, têm carga horária de 80 horas e são realizados totalmente pela internet. Nas capacitações são trabalhados os 12 cadernos que compõem o material didático elaborado para o Programa

E - Fluxos da ação e desempenho: Para viabilizar as ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foram realizadas diversas parcerias, principalmente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além de convênios com universidades para a implementação de ações. A realização das ações previstas para 2008 foi prejudicada em razão da determinação do cancelamento de encontros nos meses de setembro e outubro, decorrente do processo eleitoral. Os seguintes encontros presenciais de Formação do Programa foram realizados, conforme detalhado no Quadro a seguir.

Quadro 62 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – atendimento em 2008

Ano	Mês	Dia	UF/Município	Participantes	Público Alvo
2008	Junho	18, 19 e 20	AM	255	Técnicos da Secretaria Estadual e das Municipais
	Julho	3, 4 e 5	RN	251	Técnicos da Secretaria Estadual e das Municipais
	Julho	10, 11 e 12	BA	393	Técnicos da Secretaria Estadual e das Municipais
	Agosto	4, 5 e 6	PA	211	Técnicos da Secretaria Estadual e das Municipais
	Agosto	18 e 19	Maceió - AL	1200	Conselheiros Escolares
	Agosto	27, 28 e 29	PI	216	Técnicos da Secretaria Estadual e das Municipais
	Novembro	3 e 4	DF	3.072	Conselheiros Escolares
	Novembro	26, 27 e 28	Fortaleza - CE	1.400	Conselheiros Escolares
	Dezembro*	9	Mata de São João/BA	200	Conselheiros Escolares
	TOTAL			**7.198**	

Fonte: CGS/DF/GE/SEB/MEC

Durante o ano de 2008 foram realizadas ofertas de turmas no Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares Fase I (cadernos 1 a 5) e Fase II (cadernos 6 a 10), a saber:

- Fase I Nacional – Oferta do Curso de Extensão a Distância que tem como público-alvo técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação - 786
- Fase I SEDUC – Oferta do Curso de Extensão a Distância que tem com público alvo, somente técnico das Secretarias Estaduais de Educação - 322
- Fase II Nacional – Oferta do Curso de Extensão a Distância que tem como público-alvo participantes que concluíram a Fase I com aproveitamento - 274.
- Fase II Natal – Oferta do Curso de Extensão a Distância para Conselheiros Escolares das escolas de Natal/RN que concluíram a Fase I com aproveitamento - 126.

Ainda em 2008, foram distribuídos: kits do Programa para apoio aos sistemas de ensino e para atender a demanda de instituições e técnicos ligados à educação; materiais, mediante apresentação de projetos de capacitação de conselheiros escolares; e foram elaboradas duas publicações que integram o material didático-pedagógico do Programa: Caderno 11 – Conselho Escolar e Direitos Humanos (elaborado em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos); e Caderno 12 – Conselho Escolar e sua organização em Fórum.

Quadro 63 - Conselhos Escolares – Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor (em R$)
Serviço	Impressão Gráfica de Certificados	PNUD	BRA/03/004	540,00
	Elaboração de uma publicação não-periodica impressa, contendo o resultado de estudo sobre a organização de fóruns estaduais e municipais de Conselhos Escolares	PNUD	BRA/03/004	4.445,00
	Elaboração de Capacitação Continuada do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, através de adaptação do Curso à Distância 1 para linguagem mais dinâmica e interativa e a oferta dos Cursos 1 e 2, na modalidade de educação a distância, com a utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem, além da realização de Encontros Estaduais e Municipais de formação continuada.	PNUD	BRA/03/004	470.061,33
	Elaboração do manual de avaliação e monitoramento do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita nas escolas.	PNUD	BRA/03/004	4.450,00
	Projeto Gráfico da Publicação: Caderno Conselho Escolar Fórum de Conselhos Escolares	PNUD	BRA/03/004	4.500,00
	Projeto Gráfico da Publicação: Caderno Conselho Escolar e Direitos Humanos	PNUD	BRA/03/004	3.900,00
	Impressão Gráfica de publicações não periódicas com pareceres - Conselho Escolar e os Direitos Humanos e Conselhos de Educação e os Direitos Humanos	PNUD	BRA/03/004	26.000,00
	Encontro de Formação – Evento em Manaus-AM – 18 a 20.06.08	PNUD	BRA/03/004	109.720,00
	Encontro de Formação – Evento em Natal-RN – 03 a 05.07.08	PNUD	BRA/03/004	43.112,36
	Encontro de Formação – Evento em Salvador-BA – 10 a 12.07.08	PNUD	BRA/03/004	131.287,30
	Encontro de Formação – Evento em Belém – 04 a 06.08.08	PNUD	BRA/03/004	111.208,00
	Encontro de Formação – Evento em Teresina-PI – 27 a 29.08.08	PNUD	BRA/03/004	79.361,00
Passagem		112 - SEB/MEC		42.644,82
		UNESCO	914BRA1095	27.376,04
Diária		112 - SEB/MEC		18.697,42
		UNESCO	914BRA1095	10.390,69
TOTAL				1.087.693,96

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3.3. Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação

A – Objetivo: Acompanhar a implementação e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais (estaduais e municipais) Correspondentes, com a participação da sociedade civil organizada e capacitar técnicos, gestores e dirigentes das secretarias de educação, utilizando metodologias específicas de planejamento das políticas educacionais articuladas entre união, estados e municípios.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: É um programa de apoio ao sistema de ensino focado no acompanhamento e avaliação dos planos decenais de educação. Envolve diversos segmentos ligados à educação, sobretudo dirigentes, técnicos e gestores das secretarias estaduais e municipais de educação, visando implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional em vigor, em consonância com as diretrizes do PDE e as ações explicitadas nos Par estaduais e municipais.

C - Público alvo: Dirigentes, técnicos e gestores das secretarias estaduais e municipais de educação e segmentos da sociedade civil organizada ligados à área de educação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Inicialmente, para a realização das atividades foram adotados como metodologia no projeto o desenvolvimento de uma pesquisa demográfica junto ao IBGE e uma pesquisa educacional junto ao INEP com a finalidade de preparar um relatório de diagnóstico dos Estados e Municípios. Os relatórios resultantes da pesquisa foram discutidos nos seminários regionais de acompanhamento e avaliação do PNE e Planos Decenais Correspondentes. O Programa possui três estratégias para apoiar e orientar a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Educação:

- **Formação Presencial:** Seminários Estaduais de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Decenais e Reuniões

Técnicas com especialistas das secretarias estaduais e Municípios - têm como objetivos envolver os diversos segmentos sociais ligados à educação na discussão do plano e capacitar os secretários, gestores e técnicos das Secretarias de Educação para elaborar, revisar e avaliar os Planos Estaduais e Municipais de Educação.

- **Apoio a Formação:** Encaminhamento de documentos técnico para apoiar e orientar os secretários, gestores e técnicos das Secretarias estaduais e municipais de Educação e demais segmentos da sociedade civil organizada – ligados à área de educação - quanto à elaboração e avaliação dos Planos.
- **Orientação à distância:** Encaminhamento de orientações por meio eletrônico, telefone e envio de documentos, no sentido de dirimir dúvidas quanto à elaboração e avaliação dos Planos.

E - Fluxos da Ação e desempenho: A ação é realizada por intermédio de assistência técnica e pedagógica fundamentadas em orientações sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, mediante Seminários / encontros de sensibilização e capacitação do público alvo nos Estados e Municípios e reuniões técnicas com atores diretamente envolvidos nas questões dos planos decenais.

Embora o Ministério da Educação seja o responsável direto pela execução das ações que levam ao alcance dos objetivos ou das metas fixadas para o sistema de ensino da União e pela iniciativa das ações que promovam a realização de um grande número de objetivos e metas assinaladas no PNE, por força da própria Lei, essa responsabilidade deve ser compartilhada por todos os entes federados.

Nesse sentido atuam como parceiro do Programa junto ao MEC: Conselho Nacional de Educação - CNE (dentre as competências que a lei nº 9.131/95 lhe atribui, esta a de subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do plano nacional de educação - art. 7º, § 1º); Fundo das Nações Unidas para Infância - Unicef; a Câmara dos Deputados e Senado Federal (Comissão de Educação e Cultura); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação – Uncme; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Confederação Nacional de Trabalhadores de Educação – CNTE; Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação; Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – Consed, dentre outros;

Atividades desenvolvidas de janeiro/2008 a dezembro/2008:

- **Seminários Estaduais** - Foram realizados 07 seminários promovidos pelos estados:

a) Rio do Sul (SC), realizado no período de 14 a 16 de maio/08, com a participação de 25 municípios prioritários da área de gestão da Associação Municipal do Alto Vale do Itajaí - AMAVI com a participação de 156 técnicos (secretários, gestores, técnicos, coordenadores pedagógicos e representantes de entidades ligadas à educação); com o objetivo de orientar a elaboração dos PME em consonância com as Diretrizes do PDE, tendo com referência as ações do PAR. Na ocasião foram apresentadas as Diretrizes do PDE e os Instrumentos do PAR
b) Ilhéus (BA), realizado no período de 26 e 27 de maio/08 com o objetivo de participar do Fórum de Debates – "As Políticas e as Reformas Educacionais no Contexto Atual," promovido pela UFSC/Ilhéus/BA, como expositor do tema "O Plano Municipal de Educação sua Importância para o Planejamento Educacional no Município," no qual estavam presentes 120 participantes (técnicos, professores, estudantes, conselheiros) e debatedor no Painel sobre os "Procedimentos para a Elaboração do PME em consonância com as Diretrizes do PDE, e as ações do PAR."
c) Salvador (BA), realizado no período de 15 a 17 de junho/08, com a participação de 13 técnicos da SEDUC, e de 15 municípios representados por 35 pessoas (secretários, gestores, técnicos, coordenadores pedagógicos e representantes de entidades ligadas à educação); com o objetivo de orientar a elaboração dos PME, trabalho conjunto entre o MEC e a SEDUC do Estado da Bahia por intermédio do Programa de Apoio à Educação Municipal –PROAM,
d) São Luis (MA), realizado no período de 23 a 24 de julho/08, com a participação de 20 técnicos da SEDUC e 40 técnicos da Assessoria aos Municípios para Desenvolvimento da Educação – AMDE, com o objetivo de orientar a elaboração do PEE do Estado e capacitar os técnicos e assessores para orientar os PME, por intermédio da AMDE, em consonância com as Diretrizes do PDE, tendo com referência as ações do PAR.
e) Porto Velho (RO), realizado no período de 29, 30 e 31 de julho/08 com a participação de 20 técnicos da SEDUC, com o objetivo de orientar a elaboração do PEE do Estado e capacitar os técnicos da SEDUC para orientar os PME, trabalho conjunto entre o MEC e a SEDUC do Estado de Rondônia
f) Aracaju (SE), realizado no período de 15, 16 e 17 de Setembro/08 com a participação de 60 técnicos da SEDUC com o objetivo de orientar a elaboração do PEE do Estado e capacitar os técnicos das 10 diretorias regionais da educação para orientar os PME, trabalho conjunto entre o MEC e a SEDUC do Estado de Sergipe, de acordo com as Diretrizes do PDE, tendo com referência as ações do PAR.
g) Goiânia (GO), realizado no período de 25, 26 e 27 de novembro/08 com o objetivo de participar do lançamento do PEE, acompanhar os trabalho de estudos dos grupos dos técnicos da SEDUC, no processo de construção do Planejamento Estratégico de Implantação, Implementação, Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação com vigência de 2008/2017 e capacitar 50 técnicos da SEDUC e das 38 diretorias regionais da educação para apoiar a elaboração dos PME, trabalho conjunto entre o MEC e a SEDUC de Goiás, em consonância com as Diretrizes do PDE, tendo com referência as ações do PAR.

- **Reunião Técnica e Oficina Temático**

a) **1ª Reunião Técnica e Oficina Temática**, realizada em 10 de março/08, em Brasília, com a participação de 20 técnicos e diretores representantes das Secretarias Estaduais de Educação dos Estados de: AL; SE; MA; PI; GO; TO; MT e RO, e da UNDIME; UNCME; e CEE, com o objetivo de definir uma estratégia de elaboração, revisão e avaliação dos Planos Estaduais de Educação em atendimento ao que prescreve o art. 2º da Lei nº 10.172/2001, e em consonância com as diretrizes do PDE as ações explicitadas nos PAR.

- **Participação em Conferências e Seminários** na área de Educação, promovidos por entidades federais, estaduais

e municipais – nessas atividades Programa atuou disponibilizando recursos humanos e envio de material técnico-pedagógico:

a) Participação na Conferência Nacional de Educação Básica em Brasília, promovida pelo Ministério da Educação, em Brasília, no período de 14 a 18 de abril de 2008.
b) Participação na Audiência Pública realizada em 17/06/08 pela Secretaria Municipal de São Francisco do Conde – BA, para lançamento do processo de elaboração do PME do Município como palestrante sobre o tema "A Importância do Plano Municipal de Educação no contexto Educacional das Escolas Municipais e para a Educação no Município." A audiência teve a participação de 480 representantes da sociedade civil.
c) Participação na Conferência Municipal de São Francisco do Conde/BA para lançamento do PME, como palestrante sobre a importância do PME para a Educação do Município e Coordenador dos Colóquios temáticos do evento, no período de 20, 21 e 22 de outubro de 2008 A conferência teve a participação de 800 pessoas representando todos os segmentos da sociedade

- **Outras atividades gerenciais**

a) Distribuição de 1.181 kits – para estados, municípios, entidades e órgãos ligados à educação, com o objetivo de apoiar a elaboração do Plano Municipal e Estadual de Educação composto de: "Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação"; Subsídios para Planejamento de Rede Escolar com Base na Experiência em Minicenso "Educacional", "Subsídios para Planejamento de Conferência Municipal de Educação";
b) Distribuição de: 350 exemplares do documento preliminar, contendo a síntese da avaliação de órgãos federais com relação às metas dos Planos Decenais;
c) Distribuição de 380 CDs-ROOM regravados com base de dados demográficos e educacionais para apoiar a elaboração do Plano Municipal de Educação;
d) Assessorias técnica à distância 180 atendimento para dirimir dúvidas sobre a elaboração do Plano Municipal de Educação, realização de Minicenso e Conferência Municipal de Educação;
e) Realização de 10 reuniões técnicas no âmbito do MEC e de outros órgãos para discutir temas ligados ao PNE e Planos estaduais e municipais decenais correspondentes.

- **Trabalho conjunto realizado pelos Programas: PME e PRADIME**

a) Encontro de Gestores e de Dirigentes Municipais, realizado em 14 e 15 de agosto de 2008, em Campo Grande/MS, no qual participaram representantes de 50 municípios com um total de 60 técnicos e dirigentes municipais.
b) Seminário Extraordinário da Undime/MG, realizado no período de 21 e 22 de agosto de 2008 na cidade de Belo Horizonte/MG; contou com a participação de 226 técnicos e representantes das secretarias municipais, com destaque para 96 dirigentes dos municípios mineiros.
c) Reunião técnica promovida pela REMEC/SP, com os Dirigentes Municipais de Educação a qual se realizou no período de 27 e 28 de agosto de 2008 na cidade de São Paulo. Participaram do evento 350 técnicos e representantes das secretarias municipais, num total de 113 municípios do estado de São Paulo.
d) I Seminário Educação em Foco promovido pela UNDIME - PB , com os Dirigentes Municipais de Educação a qual se realizou no período de 10 a 11 de setembro de 2008 na cidade de Campina Grande - PB. Participaram do evento 80 técnicos e representantes das Secretarias Municipais de Educação, dentre eles 27 dirigentes municipais do estado da Paraíba.

Quadro 64 - PNE – *Outros itens de despesas relacionados à atividade em 2008*

Item de Despesa		Fonte	Projeto	Valor - R$
Serviço	Seminário Estadual - Piauí - Brasília-DF - 05 a 07.012.08	UNESCO	914BRA1095	17.502,00
	Serviços gráficos e material logístico para atender ao programa de acompanhamento de avaliação do PNE	UNESCO	914BRA1095	4.700,00
Passagem		112 - SEB/MEC		7.625,79
		UNESCO	914BRA1121	7.923,02
Diária		112 - SEB/MEC		3.409,53
		UNESCO	914BRA1121	2.447,83
TOTAL				**43.608,17**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3.4 Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME

A – Objetivo: Fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação frente à gestão pública.

B - Relevância da Ação: O Pradime é um espaço permanente de apoio aos dirigentes municipais de educação. Em todas as suas ações, o programa, buscou transmitir aos dirigentes municipais de educação informações organizadas e sistematizadas com base na legislação e nas políticas educacionais em vigor, bem como discutir a formulação e a execução de políticas educacionais no âmbito da competência municipal. O intuito das ações foi de atualizar e capacitar dirigentes municipais de educação em temas relacionados às diferentes dimensões da gestão educacional: administrativa, pedagógica, financeira/orçamentária e de recursos humanos.

C - Público-Alvo: O Programa destina-se aos dirigentes municipais de educação de todos os municípios brasileiros.

D - Modo de Implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O Pradime vem desenvolvendo dois tipos de formação: presencial e a distância. O primeiro tipo consiste em encontros presenciais realizados em cidades pólo, em todas as regiões do país, com duração de quatro dias, nos quais a carga

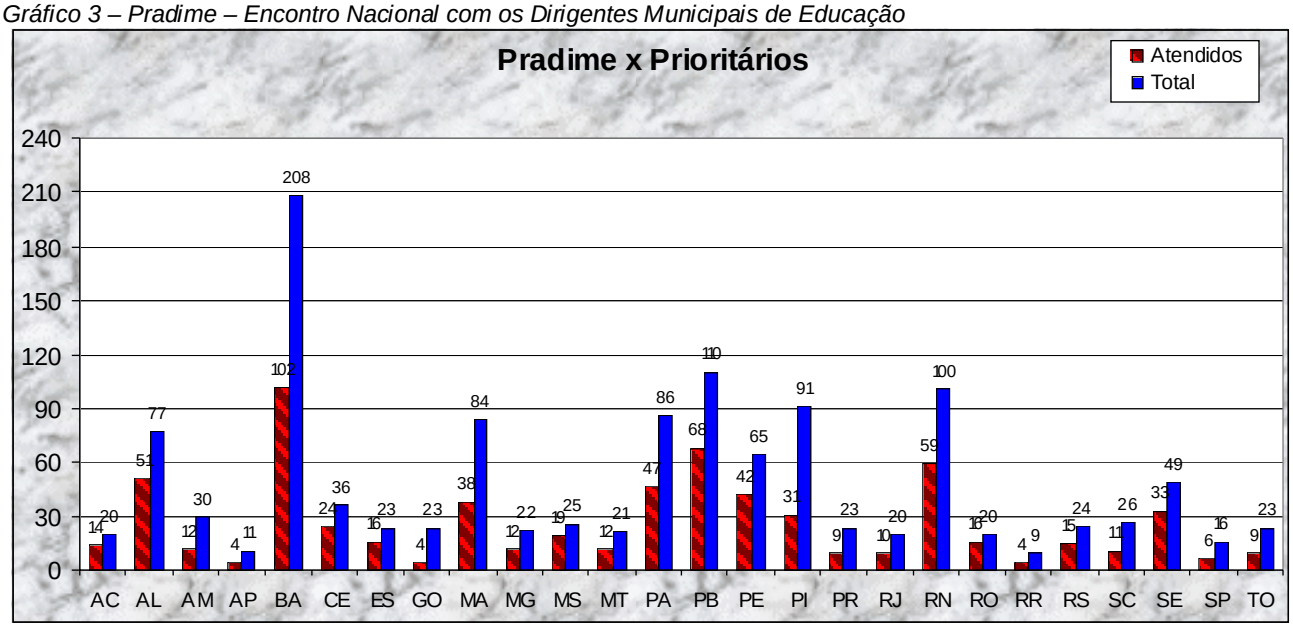
horária é dividida em palestras, oficinas pedagógicas sobre as 09 temáticas descritas acima, relatos de experiências e painéis. Esses encontros propiciam a participação e a interação dos dirigentes em palestras, oficinas e apresentação de exemplos de gestão da educação municipal.

E - Fluxo de Ação e desempenho: A forma de implementação da ação abrange a execução direta e a execução indireta por meio de transferências voluntárias - recursos repassados por mediante a celebração de convênios. No início de março do corrente ano**,** foi celebrado um convênio nº 700001/2008, entre o FNDE e a UNDIME, no valor de R$ 8.882564,13. Neste convênio foi inserido o pacote de trabalho do Pradime para a realização da principal ação do programa neste ano, a saber: "Encontro Nacional 2008".

Este ano apresentou uma particularidade na realização das atividades do Pradime: transição da gestão municipal. Este período é marcado pela descontinuidade das políticas públicas e experiências desagradáveis em relação a organização das secretarias municipais de educação, além de ser um dos maiores impeditivos para o desenvolvimento do regime de colaboração entre os entes federativos. Considerando está realidade, o Pradime elaborou e publicou o documento "Memorial da Gestão da Educação Municipal". Esta publicação tem o objetivo de auxiliar os Dirigentes Municipais de Educação a elaborarem um relatório de gestão que juntamente com Plano de Ações Articuladas, possibilita um momento de reflexão e de planejamento para garantir a continuidade das políticas públicas educacionais, no período de transição da gestão municipal. Para impressão do Memorial da Gestão da Educação Municipal foram utilizados recursos do acordo BRA 1095, resultado 1.2, atividade 1.2.6, Linha orçamentária: 21.01.

Impresso o material, o Pradime realizou, em Brasília – DF, de 27 a 29/03/08, um Encontro Nacional com os Dirigentes Municipais de Educação dos municípios com baixo Índice de IDEB, priorizados conforme a resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de junho de 2007. Neste encontro, apresentamos uma nova temática dentro da inauguração de um novo eixo de planejamento e avaliação de políticas educacionais. Os dirigentes tiveram a oportunidade de participar de uma conferência sobre: Planejamento da educação: do processo pedagógico ao instrumento de gestão. Foi trabalhado dentro de uma visão sistêmica a articulação dos diversos instrumentos de planejamento seus nexos e aplicabilidades numa perspectiva de perceber a importância de integrá-los para construir um planejamento que possa alcançar os objetivos republicanos, garantindo o direito de aprender e a melhora da qualidade social da educação promovendo o desenvolvimento local, regional e nacional. Participaram do encontro 697 Dirigentes Municipais de Educação, sendo 668 representantes de municípios prioritários. No total, cerca de 900 pessoas participaram do encontro - gráfico 3.

Gráfico 3 – Pradime – Encontro Nacional com os Dirigentes Municipais de Educação



Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC

Posteriormente ao Encontro Nacional 2008, o Pradime participou de várias agendas, a saber:

- 6° GT das grades cidades realizado em 9 de maio de 2008;
- Encontro de Gestores de Dirigentes Municipais, que se realizou nos dias 14 e 15 de agosto de 2008 na cidade de Campo Grande_MS;
- Seminário Extraordinário da Undime/MG. O qual se realizou no período de 21 e 22 de agosto de 2008 na cidade de Belo Horizonte-MG;
- Reunião técnica promovida pela Remec-SP, com os Dirigentes Municipais de Educação a qual se realizou no período de 27 e 28 de agosto de 2008 na cidade de São Paulo;
- I Seminário Educação em Foco promovido pela UNDIME - PB , com os Dirigentes Municipais de Educação a qual se realizou no período de 10 a 11 de setembro de 2008 na cidade de Campina Grande - PB.

Em todos estes encontros foi abordada a construção da Transição Republicana no contexto da educação Municipal como forma de mitigar a descontinuidade das políticas públicas educacionais bem sucedidas e assim contribuir para a

garantia do direito de aprender e a melhora da qualidade social da educação. O quadro 23 resume o atendimento aos municípios prioritários.

Quadro 65 – Pradime - atendimento aos municípios prioritários

Alcançe de municípios prioritários		
Demanda	alcançado	%
1.242	668	53,78
Demandas explicitadas no PAR e aprovadas pela comissão		
Demanda para 2008	alcançado	%
524	235	44,84
Alcance de municipíos prioritários (novo arranjo)		
Demanda	alcançado	%
1.788	702	39,26

Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC

Para atender os dirigentes que não participaram de nenhum dos momentos de capacitação do programa, os vários órgãos, organismos nacionais e internacionais e diversas entidades ligadas ao segmento educacional das três esferas de governo que nos solicitaram o envio de exemplares do Memorial da Gestão da Educação Municipal, o Pradime solicitou serviços de reimpressão deste material por meio do processo , na tiragem de 4.600 exemplares.

Os Memoriais elaborados pelos Dirigentes Municipais de Educação refletem o cenário atual da educação municipal após um período de gestão. Bem como, sinalizam as potencialidades que podem ser desenvolvidas no próximo período de gestão para melhoria da educação no âmbito municipal. Portanto, este poderoso instrumento tem a capilaridade de ser uma resposta institucional a comunidade local, do patamar alcançado na área educacional e ao tempo que promove a sensibilização e a conscientização social para o envolvimento de toda a sociedade em favor da institucionalização e continuidade das políticas públicas educacionais que garantem o direito republicano de aprender e a qualidade social da educação.

Quadro 66 - PRADIME – Outros Itens de despesa relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		**Fonte**	**Projeto**	**Valor (em R$)**
Serviços	Impressão gráfica de publicações para atender ao Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRADIME	UNESCO	914BRA1095	50.520,00
	ADITIVO - impressão gráfica das publicações do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME 2008	UNESCO	914BRA1095	4.000,00
	Fornecimento de 500 envelopes bolhas	PNUD	BRA/03/004	4.450,00
Passagem		112 - SEB/MEC		40.619,84
		UNESCO	914BRA1095	1.507,74
Diária		112 - SEB/MEC		12.656,06
		UNESCO	914BRA1095	779,98
TOTAL				**114.533,62**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3.5. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica

A - Objetivos

Objetivos gerais:

- Formar, em nível de especialização (Lato Sensu), gestores educacionais efetivos das escolas públicas da Educação Básica, incluídos aqueles de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional.
- Contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social.

Objetivos específicos:

- Incentivar os gestores a refletir sobre a gestão democrática e a desenvolver práticas colegiadas de gestão no ambiente escolar que favoreçam a formação cidadã do estudante.
- Propiciar aos gestores oportunidades de lidar com ferramentas tecnológicas que favorecem o trabalho coletivo e a transparência da gestão da escola.
- Propiciar oportunidades aos gestores para o exercício de práticas inovadoras nos processos de planejamento e avaliação da gestão escolar.

- Possibilitar aos gestores oportunidades para ampliação de capacidades para: analisar e resolver problemas, elaborar e desenvolver projetos e atividades na área de gestão com o suporte das novas tecnologias de informação e comunicação.
- Desenvolver uma compreensão pedagógica de gestão escolar, situada nos contextos micro e macro da escola, superando as concepções fragmentadas do processo educacional e contemplando as dimensões da construção e formação como objeto do trabalho pedagógico.
- Estimular o desenvolvimento de práticas de gestão democrática e de organização do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: O Programa Escola de Gestores surgiu da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas de ensino. A prioridade de melhoria da qualidade de ensino, com foco no desempenho da gestão escolar, encontra-se sustentada em um conjunto de avaliações e análises sobre indicadores educacionais.

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. O indicador tem o mérito de considerar direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho. Simultaneamente, foi desenhado o Plano de Ações Articuladas – PAR, instrumento que possibilita aos municípios alcançar as metas estabelecidas para a melhoria do IDEB. Este instrumento pode situar agentes envolvidos com e no Curso de Especialização em Gestão Escolar e refere-se aos princípios que orientam as escolhas conceituais e metodológicas para o curso de formação de diretores, por meio de um amplo processo de formação continuada em parceria com os sistemas de ensino, as IFES e entidades educacionais.

O curso é em nível de pós-graduação lato-sensu e requer aprofundamento teórico que permita a compreensão sobre o alcance, as possibilidades e os limites das práticas de gestão, é realizado em serviço, organizado na modalidade à distância, para diretores e vice-diretores que se encontram em efetivo exercício nas escolas públicas estaduais e municipais de todo país.

C - Público alvo: diretores e vice-diretores, em exercício, totalizando, no máximo, dois participantes por escola pública da educação básica, integrantes dos sistemas de ensino estadual e municipal.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica integra um conjunto de ações que teve início com o curso piloto em Gestão Escolar, ofertado pelo INEP, e que, sob a coordenação da SEB/MEC, teve início com a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* – Curso de Especialização em Gestão Escolar - com carga horária de 400 horas, realizado por meio da educação à distância, voltado para a formação continuada de dirigentes da educação básica, sobretudo a equipe gestora da escola, formada pelo diretor e vice-diretor.

O Curso está sendo operado numa estrutura descentralizada, sob responsabilidade de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que integram os estados federados do país, sob a coordenação da SEB/MEC e em colaboração com a SEED e o FNDE. Tendo por base critérios mínimos, cada universidade realizará processo seletivo para o ingresso no curso de especialização. A formação está baseada na dialética entre teoria e prática, valorizando o exercício profissional como momento de ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e constante problematização. A metodologia proposta é a de resolução de problemas, permitindo que a aprendizagem se desenvolva no contexto da prática profissional do cursista. O currículo é organizado em blocos temáticos, articulados por três eixos norteadores vinculados entre si: direito à educação e a função social da escola básica, políticas e gestão na educação e planejamento e práticas na gestão escolar. A avaliação do cursista dará ênfase ao processo de aprendizagem, envolvendo procedimentos de auto-avaliação, avaliação à distância e presencial, participação no projeto vivencial e elaboração de trabalho de conclusão de curso. A certificação obedecerá às normas da universidade sede do curso.

E - Fluxos da ação e desempenho: Para viabilizar as ações do Programa Nacional Escola de Gestores foram realizadas diversas parcerias, principalmente com as IFES, CONSED, UNDIME, UNESCO, ANDIFES, ANPED, ANPAE, FNDE/Fundescola, CEINF/MEC, SEED/MEC, FORUNDIR e CNTE, e foram descentralizados créditos orçamentários da ordem de R$ 2.430.000,00 para as seguintes IFES – Quadro 24.

Quadro 67 - Programa Nacional Escola de Gestores – Descentralização de créditos orçamentários

Estado	Universidade	Demanda	Valor (R$)
TO	Universidade Federal do Tocantins	400 vagas	400.000,00
RN	Universidade Federal do Rio grande do Norte	500 vagas	500.000,00
RS	Universidade Federal do rio Grande do sul	700 vagas	700.000,00
DF	Universidade Federal de Brasília	400 vagas	400.000,00
BA	Universidade Federal da Bahia	30 vagas	30.000,00
AP	Universidade Federal do Amapá	400 vagas	400.000,00
Total		**2430 vagas**	**2.430.000,00**

Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC

Atualmente o Curso de Especialização em Gestão Escolar está implementado em 27 IFES, com previsão para atender as escolas e municípios prioritários de acordo com o PAR. As IFES que participaram do Projeto Piloto, concluíram o Curso de Especialização em Gestão Escolar em 2008 e formaram 2.412 gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica, em nível de especialização.

Quadro 68- Programa Nacional Escola de Gestores – execução física

Estado	Universidade	Matriculados	Alunos Formados	Data de Conclusão
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	400	248	Mai/08
PE	Universidade federal de Pernambuco	420	203	Ago/08
MT	Universidade federal do mato Grosso	387	216	Ago/08
ES	Universidade Federal do espírito Santo	400	317	Ago/08
PI	Universidade Federal do Piauí	400	236	Ago/08
TO	Universidade federal do Tocantins	387	216	Ago/08
CE	Universidade Federal do ceará	403	266	Ago/08
BA	Universidade Federal da Bahia	416	276	Set/08
UFRGS	Universidade Federal do rio Grande do Sul	455	253	Ago/08
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	377	181	Ago/08
Total		**4045**	**2412**	**-**

Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC

Quadro 69 - Programa Nacional Escola de Gestores – Cursos de Especialização iniciados em 2008

Estado	Universidade	Demanda	Início	Previsão de Término
AL	Universidade Federal de Alagoas	400	Mai/08	Mai/09
AM	Universidade Federal do Amazonas	400	Out/08	Out/09
AP	Universidade Federal do Amapá	400	Jul/08	Jul/09
DF	Universidade de Brasília	400	Set/08	Ago/09
GO	Universidade Federal de Goiás	400	Ago/08	Ago/08
MA	Universidade Federal do Maranhão	400	Set/08	Set/09
MS	Universidade federal do mato Grosso do Sul	400	Ago/08	Jul/09
PA	Universidade Federal do Pará	400	Ago/08	Jul/09
PB	Universidade Federal de Pernambuco	400	Set/08	Set/09
PR	Universidade Federal do Paraná	400	Ago/08	Jul/09
RO	Universidade Federal de Rondônia	400	Jun/08	Jun/09
RR	Universidade Federal de Roraima	200	Jun/08	Jun/09
RJ	Universidade federal do Rio de Janeiro	400	Out/08	Out/09
SP	Universidade federal de São Carlos	400	Out/08	Out/09
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	400	Ago/08	Jul/09
MG	Universidade Federal de Uberlândia	400	Jun/08	Nov/09
MG	Universidade Federal de Viçosa	400	Ago/08	Jul/07
	Total	**6.600**	**-**	**-**

Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC

Quadro 70 - Escola de Gestores – Outros Itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
SERVIÇOS	Confecção de materiais para atender à Etapa de expansão do Programa Escola de Gestores da Educação Básica.	UNESCO	914BRA1095	51.350,00
	Reprodução de material áudio-visual (CD-ROM) de apoio para a Capacitação de Gestores Educacionais da Educação Básica	UNESCO	914BRA1095	48.300,00
	Emenda de Prazo e Valor - Alteração nas matrizes do CD ROM audio visual de apoio para a Capacitação de Gestores Educacionais da Educação Básica.	UNESCO	914BRA1095	2.415,00
	Encontro das Agências Formadoras – AGF - Florianópolis-SC - 28 a 29.02.08	UNESCO	914BRA1095	16.969,56
	Encontro das Agências Formadoras – AGF - Recife-PE - 06 a 07.03.08	UNESCO	914BRA1095	13.428,00
	Encontro das Agências Formadoras – AGF - Palmas-TO - 17 a 18.03.08	UNESCO	914BRA1095	17.894,40
	Reunião com as Agências Formadoras – AGF - Brasília-DF - 28.04.08	UNESCO	914BRA1095	6.610,00
	Encontro para discussão, planejamento e definição de precedimentos técnicos operacionais do Programa Nacional Escolas de Gestores da Educação Básica.	112 - SEB/MEC		7.278,00
CONSULTORIA		UNESCO	914BRA1095	63.000,00
PASSAGEM		112 - SEB/MEC		98.806,84
		UNESCO	914BRA1095	211.634,69
DIÁRIA		112 - SEB/MEC		17.785,60
		UNESCO	914BRA1095	19.893,21
TOTAL				**575.365,30**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.3.6. Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação no Semi Árido – Proforti

A – Objetivo: O objetivo do programa é proporcionar elementos para que gestões municipais da região atendam com qualidade às necessidades de sua população, no que tange a educação. Para a sua consecução, tomou-se como meio a formação em serviço das equipes das secretarias de educação, os gestores educacionais, e a oferta de subsídios didáticos e didático-tecnológicos de forma que possam reestruturar a secretaria em conformidade aos novos marcos legais e ao desenvolvimento de uma política de fortalecimento da educação básica com qualidade e inclusão social.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: A região semi-árida do Brasil, identificada em 11 estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), com uma população de 26,4 milhões de habitantes e, aproximadamente, 11 milhões de crianças e adolescentes (Unicef, 2003) é uma região que requer especial atenção devido à histórica dificuldade de resposta às necessidades de melhoria das condições de vida. Dados recentes do IDEB demonstram que 71% dos municípios prioritários (com IDEB inferior a 2,8) encontram-se nesses 11 estados e que 50% do total dos prioritários pertencem à região semi-árida. Com base nestes dados e nos princípios constitucionais da eqüidade, qualidade e gestão democrática da educação, o MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Básica, instituiu o PROFORTI.

C - Público alvo: O programa se destina às secretarias municipais de educação dos municípios pertencentes ao semi-árido brasileiro. Os critérios prioritários de seleção são os municípios de pequeno porte, com até 10.000 alunos matriculados na sua rede municipal aproximadamente, com baixo índice de desenvolvimento humano e com condições de infra-estrutura necessárias ao pleno desenvolvimento do projeto.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A estratégia de implantação do programa consiste na capacitação das equipes das secretarias de educação dos municípios por meio de encontros presenciais e de acompanhamento no local de trabalho, além da utilização de material impresso e de recursos de informática. Cada município recebe um total de 78 horas de capacitação, sendo 30 horas para o encontro presencial e mais 48 horas para a capacitação no local de trabalho. As universidades parceiras e a UNDIME são as disseminadoras no processo de capacitação que consiste em três eixos temáticos:

- Gestão/organização das secretarias;
- Gestão orçamentária e financeira e
- Gestão da informação.

A implementação do Programa conta com a parceria da Unicef, Undime, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação da UFBA, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e Centros de Extensão das Universidades Públicas.

E - Fluxos da ação e desempenho: Em 2008, o Programa continuou a sua execução com o orçamento de 2007. Nenhuma descentralização ou convênio foi feito com o orçamento de 2008.

Quadro 71 - Proforti – execução em 2008

Tipo	Entidade	Valor – R$	Ação	Status
Descentralização	UFBA	29.739,15	09HK	Pago total em 2007
Descentralização	UFMG	134.171,10	09HK	Pago total em 2007
Descentralização	UFES	133.178,75	09HK	Pago total em 2007
Descentralização	UFCG	127.955,75	09HK	Parte pago em 2007 e 2008
Descentralização	UFRPE	133.300,00	09HK	Pago total em 2008
Descentralização	UFMA	41.655,25	09HK	Pago total em 2008
Total da Ação 09HK		**600.000,00**	**(**)**	
Descentralização	UFMA	149.531,63	0509 (*)	Pago total em 2008
Descentralização	UFAL	126.674,75	0509 (*)	Pago total em 2008
Convênio	UNEB	138.291,52	0509 (*)	Pago total em 2008
Total pago pelo FNDE		**414.497,90**		

Fonte: CGS/DFIGE/SEB/MEC
(*) Houve complementação dos recursos para viabilizar as descentralizações por meio de destaque do FNDE para a SEB da Ação 0509 e convênio direto pelo FNDE, uma vez que R$ 300.000,00 dos recursos previstos foram redirecionados e R$ 100.000,00 ficou na rubrica investimento (orçamento de 2007).
(**) Houve também devolução de créditos no total de R$ 3.418,47, ficando o empenhado no total de R$ 596.581,53.

Em maio de 2008, o programa estava finalizando a edição II do Proforti, iniciado em 2007 por meio de convênio com a Undime (orçamento de 2006). Este atuou em 5 estados (CE, MA, PI, RN e SE) capacitando 1200 pessoas em 75 municípios no total. Até dezembro/2007 o Programa havia capacitado 560 pessoas em 35 municípios e, em 2008, 640 pessoas nos outros 40 municípios. Ressalta-se que o presencial foi realizado com os 75 municípios em 2007.

O orçamento de 2007 contemplou a edição III do Proforti (AL, BA, PB, PE, MG e ES) que foi viabilizada por meio de descentralizações diretas com as universidades com exceção da BA que, em função da universidade ser estadual, foi realizado convênio. Com morosidade, o processo de liberação dos créditos só começou em outubro/2007 e por isso apenas 3 estados conseguiram realizar o encontro presencial (MG, PB e ES com 45 participantes no total) e somente 4 municípios de Minas Gerais tiveram o acompanhamento *in loco* (64 pessoas capacitadas), até dezembro/2007. A meta prevista em 2007 era de 50 sistemas modernizados em relação ao orçamento disponibilizado, então, até dezembro/2007, iniciou-se a modernização de 45 sistemas, sendo que somente 30 foram pagos. Com isso, a maior parte da execução do Proforti III deu-se em 2008, com a realização dos outros 3 presenciais (AL, BA e PE com 45 participantes no total) e o acompanhamento *in loco* em mais 86 municípios dos 6 estados. O Proforti III totaliza 1440 pessoas capacitadas em 90 municípios.

Quadro 72 – Proforti – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA	FONTE	VALOR EM R$
PASSAGEM	112 - SEB/MEC	8.330,80
DIÁRIA	112 - SEB/MEC	3.136,07
TOTAL		**11.466,87**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

O Proforti iniciou, em 2007, ação destinada à modernização dos sistemas no que diz respeito à informatização. O objetivo foi criar um sistema de gestão de informações educacionais para as secretarias municipais de educação, que possibilita a geração de informações para o MEC (especialmente para o Projeto Presença e Censo da Educação), desenvolvido inteiramente em software livre e em conformidade com os novos marcos legais e padrões do MEC. A duração do projeto é de 12 meses e poderá atender os 5.564 municípios brasileiros. Os créditos de R$ 191.186,88, destinados à UFMA que desenvolve o sistema em parceira com a UFES, só foram pagos em março de 2008. Com previsão de término no 1º semestre de 2009, o desenvolvimento do sistema por módulos encontra-se em 83%. Na avaliação do Proforti II, realizada por especialistas que acompanharam a execução do programa, além de constatado o cumprimento de todas as metas físicas, alguns pontos merecem destaque:

Por parte das equipes das universidades:

- "p Proforti, foi concebido como uma política intensa e duradoura, condição essencial para a produção das desejadas e necessárias mudanças;
- o Proforti assume o contorno de um desafio à lógica centralizadora que tem caracterizado as políticas educacionais;
- como educadores, entendemos o significado de políticas como essa para os que lidam no dia a dia com problemas cuja magnitude só pode ser avaliada na convivência e no enfrentamento de tais questões";
- "o programa tem uma visão extremamente profunda quanto as reais necessidades dos municípios selecionados no semi-árido piauiense e reflete seus resultados em aspectos importantes tornando-se um grande aliado na organização das Secretarias Municipais de Educação";
- "em linhas gerais, os avanços foram concretizados e novos passos foram dados, sempre pontuando o alerta para o encurtamento das distâncias e para as propostas que criem raízes e dêem frutos";
- "o Proforti foi um dos únicos programas, que possibilitou um olhar preciso na área administrativa – financeira pedagógica, sócio-político e de sistema que cria possibilidades da reestruturação e reorganização das Secretarias Municipais de Educação;
- "evidência do papel do programa, no mínimo, como demandador de uma reflexão que permitiu o redirecionamento da ação gestora em alguma medida;
- a efetividade dos resultados só teremos certeza a médio e longo prazo, pois essa fase apontou alguns ganhos, sendo o principal deles, a potencialização das ações para democratização da gestão educacional a partir do fortalecimento dos colegiados, um dos pontos principais do Proforti" (equipe da UFS);
- da necessidade da criação de extensões universitárias para o acompanhamento dos municípios.

Por parte dos municípios:

- a mudança de percepção e de postura de gestores municipais em relação ao enfrentamento dos inúmeros desafios postos à educação municipal;
- a preocupação na (re)elaboração de instrumentos regulatórios e organizacionais;
- a estruturação tecnológica para melhorar a informatização das escolas e secretaria;
- a elaboração de projetos que visam a qualificação de servidores em cursos técnico-profissionalizantes;
- a elaboração e implantação de instrumentos de gestão (PMEs, PES etc);
- a busca constante por novos parceiros e pelo ajuste das parcerias existentes;
- a continuidade das ações oriundas dos programas do MEC;
- a busca pela efetividade como gestor financeiro, dentre outros.

Por parte da coordenação nacional:

- "Com toda certeza, é um dos únicos programas do Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Educação Básica do MEC, a focar as entranhas das redes de ensino dos municípios mais pobres e deprimidos do Brasil, na perspectiva de contribuir para a superação das dificuldades reais e latentes";
- "O ponto de consenso do Proforti, aquele de maior convergência de concordâncias e que demonstra a força de sua pertinência e oportunidade, reside no eixo da produção de institucionalidades. Este ponto é fundamental para convencer os participantes de que ali está o meio mais eficaz de enfrentamento do atraso político que marca majoritariamente o contexto do semi-árido brasileiro".

A prestação de contas do Proforti II foi apresentada e aprovada em 2008, dentro dos prazos regulamentares, sendo que ainda será executado, em 2009; sobre o Proforti III, uma reunião de avaliação no Estado da Bahia e mais uma rodada de visitas *in loco* no Estado de Alagoas porque ambos conseguiram otimizar seus recursos financeiros.

Quadro 73 – Execução físico-financeira - Ação 8680

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
40.700	19.629	48	18.750.000,00	10.119.072,95	54
Produto: Agente educacional capacitado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 74 – Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8680

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.30.41	Contribuições	200.000,00	0	0	0
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	127.900,72	0	0	0
3.3.90.30	Material de Consumo	2.168,00	2.168,00	0	0
3.3.40.00	Transferências a Municípios	1.180.000,00	0	0	0
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.875.000,00	0	0	0
3.3.80.41	Contribuições	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
3.3.80.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	285.000,00	285.000,00	285.000,00	285.000,00
3.3.50.00	Transf a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.500.000,00	0	0	0
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.347.451,28	9.574.424,95	30.893,13	30.893,13
4.4.40.00	Transferências a Municípios	1.875.000,00	0	0	0
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	172.400,00	72.400,00	21.200,00	21.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	34.480,00	34.480,00	4.240,00	4.240,00
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	135.600,00	135.600,00	1.800,00	1.800,00
Valor Total - R$		**18.750.000,00**	**10.119.072,95**	**358.133,13**	**358.133,13**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

De um modo geral, as atividades desenvolvidas por meio da Ação 8680 tiveram seu desempenho afetado em virtude do calendário eleitoral. O desempenho dos programas foi igualmente afetado pelas reformulações internas à gestão dos programas, necessárias em razão do aumento considerável das demandas por formação oriundas do PAR. A execução orçamentária foi em grande parte prejudicada por dois fatores externos ao gerenciamento da Ação. O primeiro deles foi o atraso nos repasses de recursos, devido às exigências impostas pelo SICONV e pela falha desse sistema que, ao entrar em operação, não dispunha de módulo para o cadastramento de descentralizações, o que retardou os repasses. O segundo fator foi o temor das IFES em firmar parcerias com suas Fundações de Apoio, mesmo nos casos amparados pela legislação vigente para a execução de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Muitas instituições que já estavam com seus termos de cooperação aprovados, declinaram da solicitação ou devolveram os recursos ao MEC após a publicação do Acórdão TCU N° 2731/2008 - Plenário.

2.3.3.4. Ação 8682 – Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Educação Infantil

Quadro 75 – Dados gerais da Ação 8682

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e disseminar estudos junto às redes públicas e privadas sem fins lucrativos de educação infantil sobre a proposta pedagógica, práticas e recursos pedagógicos, bem como apoiar os sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada de trabalho de tempo integral.
Descrição	A ação visa atender o direito das crianças de 0-6 anos a uma educação de qualidade; oferecer subsídios para o desenvolvimento e o aprimoramento de práticas educativas que promovam a qualidade social da educação infantil; propiciar condições para a melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil, garantindo materiais pedagógicos, adequados às características desta faixa etária e à diversidade cultural do país. Será viabilizada por meio de estudos sobre elaboração de propostas pedagógicas, assistência técnica e pedagógica e apoio financeiro às unidades federadas, propiciando condições de elaboração e revisão das propostas, subsídio aos Sistemas Estaduais de Ensino na implementação do atendimento em tempo integral; produção e divulgação de publicações de experiências docentes relevantes para os sistemas municipais e estaduais de educação e para a Secretaria de Educação do DF, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a reflexão e aprimoramento da prática do professor da educação infantil; seleção e distribuição de materiais pedagógicos, estabelecendo parâmetros de qualidade para sua utilização nas instituições de educação infantil que considerem as demandas e as características dessa faixa etária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia de Freitas Correia
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica, Coordenação-Geral de Educação Infantil
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10, Incisos I a VI, no que se refere à educação infantil.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

2.3.3.4.1. Pesquisas e estudos pedagógicos sobre a educação infantil

I - Estudos sobre Alimentação Escolar na Educação Infantil

a) Objetivo: Contribuir para o aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito da educação infantil.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: O Artigo nº 29 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) considera que a Educação Infantil "tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". A indissociabilidade entre educação e cuidado no atendimento às crianças da Educação Infantil constitui uma das diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 2005). Dessa forma, professores e demais profissionais que atuam nessas instituições precisam valorizar igualmente atividades relacionadas a diferentes áreas de conhecimento que incidem sobre o crescimento e o desenvolvimento dessa faixa etária, incluindo a alimentação.

c) Público alvo: Todos os municípios, crianças atendidas em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

d) Modo de implementação: Reuniões com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE), por meio da Coordenação Geral do PNAE com o objetivo de promover discussões sobre as especificidades das crianças de até 6 anos, além de mobilizar parceiros e articular ações tendo em vista o aprimoramento do PNAE no âmbito da educação infantil. Participação no IV Encontro Nacional do PNAE.

e) Fluxos da ação: A execução das ações está sendo realizada pelo FNDE em parceria com a COEDI/DCOCEB/SEB/MEC.

f) Desempenho: Ação em andamento sem resultados avançados.

II - Estudo sobre a Oferta da Educação Infantil no Brasil

a) Objetivo: Realizar estudo sobre a oferta da educação infantil no Brasil, tendo em vista subsidiar a definição e avaliação de políticas do MEC.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: Proporcionar análises quantitativa e qualitativa detalhadas da educação infantil no Brasil, tendo em vista o alcance das políticas nacionais, as normas e os meios para a expansão do atendimento e a qualidade da oferta dessa etapa da educação básica, bem como o impacto da educação infantil no ensino fundamental.

c) Público alvo: Gestores municipais, estabelecimentos de educação infantil, públicos e privados, e famílias usuárias.

d) Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Parceria MEC/BID. O estudo terá quatro componentes principais: (i) aplicação de instrumento comum de pesquisa numa amostra de escolas para estimar o grau de implementação da política nacional e dos parâmetros nacionais de qualidade, com o objetivo de gerar indicadores para monitorar e avaliar as políticas e orientar os recursos aplicados; (ii) estimativa do impacto da política de educação infantil e sua relação com o ensino fundamental; (iii) análise crítica do âmbito e alcance do FUNDEB no que se refere à educação infantil; e (iv) divulgação dos resultados.

e) Fluxos da ação: Estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica; definição da amostra; escolha da agência executora; coleta de dados nos municípios; processamento dos dados, análise e divulgação. A seleção dos municípios foi considerada a partir da composição da oferta dos serviços de educação infantil e das indicações oferecidas pelo MEC.

f) Desempenho: O MEC solicitou apoio do BID para a realização de estudo sobre a oferta da educação infantil no Brasil. O estudo incluirá creches e pré-escolas, serviços públicos prestados e aqueles fornecidos por meio de parceria público-privado (conveniadas).

O custo total desta Cooperação Técnica (CT) é de US$ 1.000.000,00. Do montante total, US$ 750.000,00 serão imputados aos recursos do Programa Especial de Emprego, a Redução da Pobreza e o Desenvolvimento Social, em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; o Fundo Social e US$ 250.000,00 serão contrapartida do MEC, dimensionados em termos de apoio à realização da atividade proposta, como tempo de trabalho do pessoal técnico, viagens, apoio logístico, etc. Essa contrapartida será não-financeira.

III - Produção de Estudo sobre a Condição Docente na Educação Infantil

a) Objetivo: Realizar estudo sobre a situação de trabalho e emprego na educação infantil pública e privada do País, no âmbito dos sistemas de ensino; oferecer subsídios para formulação e implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada, para a elaboração de diretrizes de carreira e salário dos professores da educação infantil.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: No Brasil, conhece-se pouco sobre o trabalho e o emprego na educação infantil nos estabelecimentos públicos e privados de ensino; pouco se sabe sobre as condições de trabalho em instituições de educação infantil, sobretudo porque nesta etapa da educação básica há uma grande variedade de

situações e instituições que respondem pelo atendimento tanto público quanto privado. No que se refere aos trabalhadores da educação infantil, as pesquisas nos últimos anos têm se dedicado mais ao tema da formação e identidade dos educadores/professores desde meados dos anos 1990, e ainda há carência de estudos abrangentes sobre o estatuto profissional e o trabalho nas creches e pré-escolas no Brasil. Não há estudos na área que permitam conclusões mais amplas sobre quem trabalha (perfil sócio-demográfico), onde trabalha, sobre sua situação funcional e trabalhista, sua formação, ou sobre as categorias de trabalhadores/profissionais e requisitos para ingresso, contratação, carreiras, renda e salário.

c) Público alvo: Professores e profissionais atuando na educação infantil pública e privada dos municípios de Belo Horizonte e Florianópolis.

d) Modo de implementação: Em 2008 foi elaborado Plano de Trabalho de Cooperação Técnica. Em 2009 será firmado o Plano de Trabalho de Cooperação Técnica entre o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica e a Universidade Federal de Minas Gerais.

e) Fluxo da ação: As ações previstas e realizadas, para 2008, foram: a contextualização da temática no conjunto das políticas do MEC; definição de critérios para a escolha da universidade; definição das unidades de execução e acompanhamento; elaboração do plano. A descentralização de recursos e desenvolvimento das ações previstas serão realizados e executados no exercício de 2009. O projeto prevê ações em duas direções principais. (A) De um lado, investigação das situações de trabalho e emprego por meio de levantamento de fontes documentais, legislação, estatísticas, entrevistas e observações, e de outro, (B) a construção de quadro de referência teórico (categorias interpretativas) para a análise da(s) realidade(s) brasileira(s).

f) Desempenho: O Plano de Trabalho de Cooperação Técnica MEC/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está sendo discutido e elaborado desde setembro de 2008, com início de execução previsto para o mês de abril/2009 e término em dezembro do mesmo ano. Envolve a participação de bolsistas de diferentes áreas (pedagogia, informática) da UFMG e da UFSC. A coordenação geral no MEC é da SEB, por meio da Coedi e, na Universidade, é da Faculdade de Educação da UFMG e da UFSC. Conta, ainda com a assessoria técnica de pesquisadoras de reconhecimento nacional e internacional na área de educação infantil.

O Plano contempla as seguintes atividades:

- Realizar pesquisa sobre a situação trabalhista e funcional dos profissionais da educação infantil que atuam nos estabelecimentos de ensino (creches e pré-escolas) públicos e privados, em Belo Horizonte e em Florianópolis
- Realizar revisão de literatura sobre o trabalho na educação infantil nos últimos dez anos, tendo como base de dados principais portais e acervos disponíveis em meios eletrônicos e físicos.
- Coletar e analisar uma série histórica de dados produzidos pelo INEP, compilados nas sinopses estatísticas dos Censos da Educação Básica e nos Censos Especiais, identificando os indicadores relacionados aos profissionais da educação infantil, sua distribuição por regiões, modalidade de atendimento (creche e pré-escola), formação profissional e tipo de instituição em que atuam (dependência administrativa)

Para a escolha das universidades, foram estabelecidos os seguintes critérios: ser instituição pública, possuir grupo de pesquisa sobre a condição docente na educação infantil, ter desenvolvido outros projetos com o MEC e ter possibilidade de estabelecer outras parcerias com instituições públicas no âmbito do projeto.
Dadas as dificuldades de negociação entre as partes em relação a adequações no Plano, tanto no que se refere ao conteúdo quanto ao planejamento orçamentário, a descentralização de recursos e desenvolvimento das ações previstas ficaram para o exercício de 2009.

IV - Revisão da Base de Dados do Censo Escolar, relativos à Educação Infantil

a) Objetivo: Analisar a base de dados do Censo Escolar, propor alterações no seu instrumento de coleta e levantar informações e dados específicos para a educação infantil.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: Considerando o atual quadro de expansão do atendimento na Educação Infantil e levando-se em conta o processo de implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), torna-se imprescindível realizar diagnósticos em âmbito nacional acerca dessa etapa da Educação Básica, para a definição de políticas e diretrizes de atendimento a crianças dessa faixa etária.

c) Modo de implementação: a ação é executada diretamente pela Coordenação-Geral de Educação Infantil e pelo INEP. Cabe ao INEP participar de reuniões e fornecer a base de dados para análise. À Coedi cabe analisar, propor alterações e demais ações pertinentes à realização do trabalho.

d) Fluxos da ação: para viabilizar a realização da ação foi contratado consultor para elaboração de documento técnico contendo a análise da base de dados do Censo Escolar do INEP, sugestões de alterações no instrumento de coleta, conclusões e recomendações, o qual servirá para subsidiar a Coedi nas negociações com o INEP.

e) Desempenho: Foram realizadas reuniões entre a SEB e o INEP no intuito de mostrar a necessidade da realização dessa revisão. O estudo solicitado pela Coedi, ao apresentar a análise das informações referentes à Educação Infantil, visando a possibilidade de construir diagnósticos sobre a atual realidade brasileira, foi realizado pelo consultor contratado. As principais despesas foram de contratação, passagens e diárias para o consultor. A contratação foi realizada pelo Projeto Unesco BRA 1095. Os resultados foram parcialmente atingidos.

Quadro 76 - Pesquisas e Estudos Pedagógicos sobre Educação Infantil – outros itens de despesa em 2008

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
PASSAGEM	112 - SEB/MEC		5.170,74
	UNESCO	914BRA1095	1.426,86
DIÁRIA	112 - SEB/MEC		1.926,52
	UNESCO	914BRA1095	481,04
TOTAL			**9.005,16**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.4.2. Elaboração de orientações curriculares para educação infantil

A – Objetivos: Organizar e sistematizar "Orientações Curriculares para as Práticas Cotidianas na Educação de Crianças de 0 a 3 anos nas escolas de Educação Infantil"; Elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes em exercício.

B - Relevância da ação no cenário educacional: A LDB 9394/96, ao organizar a Educação Nacional, delega aos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios - a competência de elaborar diretrizes político-pedagógicas para que os estabelecimentos educacionais construam propostas curriculares que orientem as práticas pedagógicas cotidianas em todas as etapas e níveis da educação. O MEC, como coordenador da educação nacional, tem papel fundamental de indutor e orientador de políticas junto a estados e municípios. Neste sentido, está constituindo um grupo coordenador para discussões e encaminhamentos que deflagrem, em nível nacional, a discussão sobre base curricular comum para as etapas da educação básica, articulando, no processo de discussão, diferentes entidades e órgãos, gestores e dirigentes municipais e estaduais, conselheiros, professores, além de especialistas na área de currículo. Destaca-se a importância do desenvolvimento de um trabalho que sistematize, organize e explicite as posições do campo da educação infantil sobre currículo, com ênfase nas práticas pedagógicas cotidianas com crianças de até 3 anos de idade.

C - Público Alvo: Gestores municipais, instituições de educação infantil, professores, conselhos estaduais e municipais de educação, entidades que atuam na área, fóruns de educação infantil, entre outros.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Foi elaborado Plano de Trabalho de Cooperação Técnica, firmado entre o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As ações foram realizadas a partir de levantamento das propostas pedagógicas de educação infantil em desenvolvimento nos sistemas educacionais e de Bibliografia Anotada acerca das pesquisas e publicações de educação infantil do período compreendido entre 2000 e 2007. Duas questões se colocam como estruturantes deste trabalho: o que caracteriza de forma específica a educação de crianças de até 3 anos em estabelecimentos educacionais e como organizar um documento de orientações curriculares que subsidie o debate da educação infantil no contexto do processo deflagrado pelo MEC, ou seja, na ação "Currículo em Movimento".

E - Fluxo da ação e desempenho: Contextualização da temática no conjunto das políticas do MEC, definição de critérios para a escolha da universidade; definição das unidades de execução e acompanhamento; elaboração do plano, descentralização de recursos e desenvolvimento das ações previstas.

O Plano de Trabalho de Cooperação Técnica MEC/UFRGS foi discutido e elaborado a partir de janeiro de 2008, com início previsto para abril e término em novembro do mesmo ano. Envolve a participação de bolsistas de diferentes áreas (pedagogia, informática, letras) da UFRGS, bem como com o apoio da UFSC e da USP de Ribeirão Preto. A coordenação geral no MEC é da SEB, por meio da Coedi e na Universidade é da Faculdade de Educação da UFRGS. Conta com a assessoria técnica de pesquisadoras de renome nacional e internacional na área da educação infantil.

Um conjunto de ações vem sendo desenvolvido. Em parceria com a Undime estão sendo levantadas e analisadas 80 (oitenta) propostas pedagógicas, implementadas por municípios de grande, médio e pequeno porte. Foi realizada consulta a pesquisadores, a professores e gestores municipais, a fóruns estaduais de educação infantil sobre as especificidades do trabalho pedagógico na educação infantil, com destaque para práticas com crianças de até 3 anos, além da bibliografia que tem informado estas práticas cotidianas. O *Seminário Nacional de Educação Infantil "Currículo e práticas cotidianas na educação infantil, desafios políticos e pedagógicos no contexto do FUNDEB"*, com a participação dos fóruns estaduais de educação infantil, conselheiros, secretarias do MEC, pesquisadores da área, professores, dirigentes municipais, gestores municipais de educação, entidades (UNCME, ANPED, UNDIME, MIEIB), entre outros, com, aproximadamente, 450 participantes. Neste evento foram apresentados relatórios parciais da pesquisa e realizadas discussões e encaminhamentos para consolidar o documento "Currículo e práticas cotidianas na educação infantil".

Foi definido o recorte para a pesquisa - bibliografia que informa e subsidia práticas cotidianas na educação infantil - além de questões básicas para a estruturação dos trabalhos (fontes de pesquisa, documentos a serem pesquisados, palavras-chave, entre outros), fluxo de informações entre as equipes das diferentes universidades envolvidas, definições para elaboração do banco de dados e posterior publicação dos resultados.

Dadas as dificuldades de negociação entre as partes em relação a adequações no Plano, tanto no que se refere ao conteúdo quanto ao planejamento orçamentário, e, num segundo momento, em relação a encaminhamentos burocráticos para a liquidação da carta de crédito no âmbito da universidade, o cronograma foi ajustado para outubro a dezembro de 2008 e mantidas as ações previstas, que estão em andamento, conforme o descrito.

A descentralização de recursos possibilita um processo mais ágil em comparação com a contratação de consultores, por meio de edital, mas, sobretudo, permite que a educação infantil seja tratada de forma institucionalizada, gerando competências institucionais e não pessoais para a área.

Quadro 77 - Orientações Curriculares Para Educação Infantil – outros itens de despesa em 2008

ITEM DE DESPESA - Orientações Curriculares Para EI	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
PASSAGEM	112 - SEB/MEC		4.139,68
	UNESCO	914BRA1095	3.746,12
DIÁRIA	112 - SEB/MEC		1.397,74
	UNESCO	914BRA1095	938,04
TOTAL			**10.221,58**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.4.3. Produção, Aquisição e Distribuição de Materiais para a Educação Infantil

A - Objetivo

- Reimprimir e distribuir os seguintes documentos: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil; Critérios para um Atendimento em Creches que Respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças; Álbum Seriado O que é Vida Saudável?.
- Revisar, publicar e distribuir o documento Panorama da Política de Educação Infantil, produzido ao final do Projeto de Revisão das Políticas e Serviços para Primeira Infância, parceria OCDE/UNESCO/MEC.
- Elaborar, imprimir e distribuir os números 46 e 47 da Revista Criança.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: Para assegurar a qualidade na educação de crianças de zero a seis anos, o MEC tem como meta subsidiar os sistemas de ensino no desenvolvimento de suas políticas educacionais locais. Com este objetivo vem desenvolvendo ações em parceria com os sistemas que resultam na consolidação de documentos orientadores.

Neste sentido, os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* e *Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil* são documentos que contêm referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizados pelos sistemas educacionais e instituições de educação infantil, orientando medidas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e explicitando padrões de infra-estrutura da rede física.

O documento *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças,* elaborado na perspectiva de uma auto-avaliação da instituição educacional, evidencia a exigência e a importância da garantia, pelas creches, dos direitos da criança como: direito à saúde, à atenção individual, à brincadeira, a um ambiente seguro, ao contato com a natureza, à alimentação sadia, à proteção, ao afeto e à amizade, a uma atenção especial durante seu período de adaptação à creche, a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa.

A publicação do *Álbum seriado "O que é Vida Saudável?"*, produzido pelo Ministério da Saúde, tem o objetivo de contribuir para o trabalho das equipes de saúde e educação, apoiando as ações de promoção da saúde e fornecendo subsídios para a discussão do tema vida saudável, com ênfase na alimentação. A Coedi considera que um dos aspectos da qualidade na educação oferecida em creches e pré-escolas é a promoção da alimentação saudável, que deve estar inserida no cotidiano das instituições como uma prática de bem–estar e de socialização. Paralelamente, constata-se que no âmbito dos sistemas de ensino são atualmente insuficientes as orientações sobre as especificidades da alimentação institucional de bebês, o que é um dos objetivos específicos do álbum seriado. Como o material é apresentado de forma a ficar exposto na creche, ele cumpre ainda o importante papel de esclarecer as famílias.

O documento *"Panorama da Política de Educação Infantil"* é decorrência da realização de um estudo avaliativo pela UNESCO/OCDE e MEC dos serviços educacionais oferecidos às crianças até os seis anos de idade, incluindo questões de acesso, qualidade, recursos, coordenação governamental e dados de pesquisas. O estudo possibilita uma visão abrangente e subsidia a implementação de projetos e programas mais adequados à realidade.

A *Revista Criança*, por sua vez, é reconhecida como instrumento para o desenvolvimento da prática docente e de formação continuada dos profissionais de Educação Infantil. Trata-se de um relevante canal de comunicação com os professores para a melhoria da qualidade do ensino. Para muitos educadores é o único canal de atualização. A publicação aborda questões teóricas e práticas, estimulando o debate e a análise de temas relativos ao trabalho pedagógico na Educação Infantil. Atualiza os docentes e valoriza o trabalho do professor, bem como proporciona a troca de experiências através do relato de trabalhos desenvolvidos pelos professores com seus alunos e incita à leitura constante, fundamental a todo profissional docente.

C - Público alvo: Professores de instituições de educação infantil das redes pública e privada sem fins lucrativos, Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Instituições do Proinfância, Conselhos Estaduais de Educação, UNCME – Estaduais, Conselhos Municipais de Educação – Ativos, UNDIME – Estaduais, Fóruns de Educação Infantil, Rede Nacional de Formação.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A ação é executada diretamente pela Coordenação-Geral de Educação Infantil e pelo FNDE. Ao FNDE cabe contratar a empresa responsável pela impressão e distribuição; o acompanhamento da execução deste contrato cabe à Coedi e ao FNDE. A produção da Revista Criança, atribuição da Coedi, envolve a definição da pauta de cada número, a contratação e coordenação do trabalho de consultores na área de educação infantil e jornalismo, a contratação de empresa para realizar revisão ortográfica e diagramação e de empresa para realizar arte e diagramação de demais documentos, além do acompanhamento e a revisão final.

E - Fluxos da ação e desempenho: A ação é executada diretamente pelo MEC e FNDE. Dentro desta ação, foram feitas licitações visando contratar empresa para a reimpressão das publicações *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil* e *Álbum Seriado O que é Vida Saudável?*. Para as publicações *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças; Panorama da Política de Educação Infantil e Revista Criança número 46* estão sendo realizadas atividades de arte, diagramação e revisão ortográfica por meio do Projeto Unesco BRA 1095. A *Revista Criança número 47* está em fase de finalização de reportagens e entrevistas. Para o documento *"Panorama da Política de Educação Infantil"* foi contratada uma consultora para realizar a revisão técnica e a elaboração de introdução através do Projeto Unesco BRA 1095.

A Coedi propôs no seu Plano de Trabalho para o exercício de 2008 a reimpressão de documentos anteriormente produzidos pela própria Coordenação e por outros órgãos da administração pública federal, bem como a impressão de novas publicações. Desde então, esteve envolvida com a produção textual e gráfica desses documentos. Para tanto foram elaborados e encaminhados "Termos de Referência" para contratação de pessoas físicas para realização de serviços jornalísticos referentes a reportagens, entrevistas e saídas de fotojornalismo para a Revista Criança, bem como contratação de empresas especializadas para produção de arte, diagramação, elaboração de ficha catalográfica e serviços de impressão gráfica.

Devido a orientações inadequadas recebidas sobre os procedimentos a serem adotados, as solicitações iniciadas em março de 2008 retornaram várias vezes para serem refeitas e não foram deliberadas até novembro de 2008. Na tentativa de resolver a questão, encaminhou-se Nota Técnica de reimpressão/impressão de todas as publicações finalizadas para aprovação do Comitê de Publicações, sem sucesso. Após ter sido editada a Resolução nº 2, que dispõe informações pertinentes e necessárias para sua análise e aprovação junto ao Comitê de Publicações, ficou decidida a necessidade de elaboração de Notas Técnicas individuais as quais foram reenviadas para aprovação do referido Comitê. À vista do acima exposto, nem todos os processos foram finalizados devendo, portanto, sua execução ter continuidade em 2009.

2.3.3.4.4. Componente Pedagógico do Proinfância

A – Objetivo: Fortalecer o caráter pedagógico do Proinfância vinculando-o a ações de assessoramento técnico para os municípios organizarem o funcionamento das instituições de educação infantil, contribuindo, assim, com a construção da Política Municipal de educação infantil.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: O Proinfância foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Embora a qualidade dos prédios escolares seja reconhecida pela legislação, estudos e dados do Censo Escolar revelam que um grande número de instituições ainda funciona com infra-estrutura deficiente, sem serviços de água, esgoto e rede elétrica. Conforme pesquisas, 53,3% das crianças estão matriculadas em instituições que não possuem parque infantil e 44,4% delas freqüentam instituições que não possuem sanitários adaptados.

Por meio do Proinfância, o governo federal, através do FNDE, presta assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios definidos como prioritários. Os recursos são destinados à construção, reforma, pequenos reparos e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas. A construção de novas creches e pré-escolas contribui para expansão do atendimento nesta etapa da Educação Básica, contudo não garante a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido nestas instituições. Desta forma, considera-se fundamental que, ao reestruturar e equipar a rede escolar pública de educação infantil, o MEC ofereça assessoramento pedagógico e apoio técnico na organização do funcionamento das instituições entendidos como subsídio à política municipal de Educação Infantil. A intencionalidade do trabalho desenvolvido e a clareza sobre a função social das instituições de educação infantil ajudam a construir práticas significativas na educação das crianças.

C - Público alvo: 956 municípios conveniados.

D - Modo de implementação: Considerando a abrangência do Proinfância foi proposto um conjunto de estratégias a serem implementadas pela SEB/COEDI em parceria com o FNDE. Em 2008 foram executadas as seguintes ações: realização de 23 reuniões técnicas de acompanhamento do programa com a participação de técnicos das Secretarias Municipais de Educação e técnicos do Setor de Obras dos municípios contemplados; levantamento das demandas e realização do atendimento aos municípios na elaboração e implementação da política de Educação Infantil; distribuição de materiais que sirvam de subsídio para os municípios implementarem atendimento de qualidade nas instituições.

E - Fluxos da ação e desempenho: A seleção dos municípios contemplados foi realizada pelo FNDE considerando os seguintes critérios: 1) Situação Populacional: projeção de População de 0 a 5 anos; percentual de população urbana; estimativa da taxa de crescimento populacional – 0 a 5 anos; 2) Situação Educacional: taxa de defasagem idade-série, 1ª a 4ª séries; percentual de professores de Educação Infantil com nível superior; 3) Vulnerabilidade Social: percentual de mulheres chefes de família; percentual de pobres de 0 a 14 anos; disponibilidade de Recursos para Financiamento da Educação Infantil.

Os municípios que manifestaram interesse e foram selecionados pelos critérios acima expostos, bem como municípios prioritários do Plano de Ações Articuladas (PAR) que apresentaram demanda para instituições de Educação Infantil foram contemplados pelo Proinfância e convidados a participar das reuniões técnicas realizadas em 2008.

Para viabilizar a ação foi realizada a contratação de uma consultora, por meio do Projeto Unesco 914 BRA 1095, sendo que a esta coube organizar e acompanhar as reuniões técnicas, realizar o levantamento das demandas e assessorar os municípios nas questões relacionadas ao funcionamento pedagógico das instituições. As reuniões técnicas foram realizadas com o apoio de entidades, universidades e secretarias de educação que viabilizaram o local, equipamentos e serviços para a realização dos encontros. Apenas um encontro, em Brasília, que reuniu representantes de municípios que não participaram do encontro realizado em seu estado, foi executado com recursos do Projeto Unesco BRA 1095.

Em 2008, durante os meses de abril e maio, foram realizadas 23 reuniões técnicas de acompanhamento do Proinfância com o objetivo de oferecer apoio técnico e subsídios à política de Educação Infantil, tanto no que se refere à estrutura física quanto ao funcionamento pedagógico da instituição. Os municípios foram inicialmente organizados em 21 pólos, tendo como critério a proximidade geográfica. Tendo em vista possibilitar a participação de municípios que não puderam comparecer à reunião realizada em seu pólo, foram promovidos mais dois encontros para atender a estes municípios, sendo um em Florianópolis e outro em Brasília.

A articulação com parceiros locais, para viabilizar a realização dos encontros, teve resultados satisfatórios. Na maioria dos estados, os parceiros disponibilizaram os espaços, equipamentos e pessoal de apoio para realização das reuniões. A metodologia de trabalho proporcionou o debate e a troca de experiências entre os participantes, além de oportunizar a articulação entre técnicos da área da educação e técnicos de engenharia e promover a socialização de temáticas relativas à política de educação infantil e ao Proinfância. O quadro 28 consolida a execução dos encontros.

Quadro 78 – Política de Educação Infantil - encontros em 2008

Estados	Pólo	Data
GO e MG	Brasília	07/04
GO e MG	Uberlândia	08/04
SC	Florianópolis	08/04
CE eRN	Fortaleza	09/04
MG	Belo Horizonte	09/04
RS	Porto Alegre	09/04
MG	Montes Claros	11/04
PR	Maringá	11/04
PB, RN e PE	João Pessoa	11/04
SP	Campinas	22/04
BA e ES	Vitória	22/04
MT	Cuiabá	22/04
TO	Palmas	24/04
MG e RJ	Rio de Janeiro	24/04
MS	Campo Grande	24/04
RO	Porto Velho	24/04
MA e PI	Teresina	24/04
MA	São Luis	28/04
MG	Varginha	29/04
AL, SE e BA	Aracajú	30/04
Região Sul – municípios que não participaram da reunião realizada no seu estado	Florianópolis	07/05
Regiões Centro Oeste, Norte, Nordeste e Sudoeste - municípios não participantes da reunião no seu estado	Brasília	08/05

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

Quadro 79 – Proinfância – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

Item de despesa	Fonte	Projeto	Valor em R$
Consultoria	UNESCO	914BRA1095	42.700,00
Passagem	112 - SEB/MEC		13.849,40
	UNESCO	914BRA1095	7.280,36
Diária	112 - SEB/MEC		5.385,47
	UNESCO	914BRA1095	3.216,15
TOTAL			**72.431,38**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Levantamento de demandas: Durante as reuniões técnicas foi realizado o levantamento das demandas de cada município participante. Estas demandas foram avaliadas e sintetizadas pela consultora contratada, tendo em vista subsidiar as próximas ações da COEDI dentro do Proinfância. Entre as ações que resultaram deste levantamento, cita-se a proposta de aquisição de brinquedos para as instituições do programa.

Assessoria aos municípios: Municípios que entraram em contato com o MEC receberam orientações para a elaboração e implementação da educação infantil. Inicialmente, foi planejada a realização de visitas técnicas aos municípios, com o objetivo de assessorar e subsidiar a implementação e elaboração da política de educação infantil local. Porém, estas visitas não foram realizadas, pois o assessoramento *in loco* estava previsto para acontecer paralelamente ao andamento da obra, de acordo com as informações apresentadas pelo relatório de monitoramento, realizado pelo FNDE. A assessoria, portanto, aconteceu a partir dos questionamentos encaminhados via correio eletrônico e em reuniões no Ministério da Educação, com representantes das secretarias de educação dos municípios.

Distribuição de materiais de apoio: Todos os municípios participantes dos encontros receberam um kit com as publicações da COEDI com o objetivo de orientá-los na elaboração de sua política municipal de educação infantil e subsidia-los na formação continuada de professores que atuarão nas instituições. Foram distribuídos os seguintes documentos: Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação; Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil; Brincar para todos; Família Brasileira Fortalecida; Revista Criança.

Quadro 80 – Política de Educação Infantil - reuniões técnicas em 2008

POLOS	Mun. Previstos	Mun. Participantes	Convidados previstos	Convidados participantes
BRASÍLIA	52	23	156	74
UBERLÂNDIA	29	22	87	60
FLORIANÓPOLIS	39	12	117	34
FORTALEZA	47	41	141	124
BELO HORIZONTE	55	57	165	140
PORTO ALEGRE	81	39	243	119
MONTES CLAROS	35	30	105	105
MARINGÁ	64	61	192	124
JOÃO PESSOA	30	26	90	98
CAMPINAS	74	70	222	211
VITÓRIA	12	8	36	21
CUIABÁ	34	27	102	84
PORTO VELHO	4	3	12	4
TERESINA	13	13	39	39
RIO DE JANEIRO	20	20	60	52
CAMPO GRANDE	35	33	105	142
PALMAS	10	10	30	27
SÃO LUIS	3	7	9	22
VARGINHA	30	38	90	127
SÃO JOSE DO RIO PRETO	86	81	258	273
ARACAJÚ	10	11	30	38
BRASÍLIA	94	44	282	110
FLORIANÓPOLIS	37	35	111	97
TOTAL	**894**	**711**	**2682**	**2125**

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

A principal despesa realizada no exercício de 2008 refere-se à contratação de consultora para acompanhar, organizar e assessorar os municípios contemplados pelo programa. A fonte de financiamento foi o Projeto UNESCO 914 BRA 1095. Os recursos humanos envolvidos abrangem uma consultora, a equipe técnica da coordenação, representantes locais de entidades ligadas à área educacional e especialistas em educação infantil. Entre os recursos materiais envolvidos destacam-se as publicações do MEC/COEDI.

Quadro 81 – Política Nacional de Educação Infantil – outras despesas relacionadas à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor em R$
Serviço	Evento "O papel da Educação Infantil na Formação do Leitor" - Brasília-DF - 11.08.08	UNESCO	914BRA1095	4.528,50
	Seminário Regional de Educação Infantil - Campo Grande-MS - 18 a 19.08.08	UNESCO	914BRA1095	6.706,00
	Seminário Regional de Educação Infantil - Belém-PA - 18 a 19.08.08	UNESCO	914BRA1095	6.860,00
	Seminário Regional de Educação Infantil - Rio de Janeiro-RJ - 25 a 26.08.08	UNESCO	914BRA1095	6.394,00
	Seminário Regional de Educação Infantil - Salvador-BA - 25 a 26.08.08	UNESCO	914BRA1095	6.866,00
	Seminário Regional de Educação Infantil - Florianópolis-SC - 01 a 02.09.08	UNESCO	914BRA1095	6.170,00
	Seminário Regional de Educação Infantil - São Paulo - 01 a 02.09.08	UNESCO	914BRA1095	4.530,00
Consultoria - Revisão das Políticas e Serviços para Primeira Infância		UNESCO	914BRA1095	31.050,00
Passagem		112 - SEB/MEC		53.014,14
		UNESCO	914BRA1095	80.320,34
Diária		112 - SEB/MEC		17.414,90
		UNESCO	914BRA1095	21.378,39
TOTAL				**245.232,27**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.4.5. Apoio técnico para o desenvolvimento da educação infantil

I - Formulação de Orientações para a Política de Conveniamento na Educação Infantil

a) Objetivo: Elaborar, publicar e distribuir documento de orientações para a elaboração da política de conveniamento.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: O Fundeb incluiu na distribuição dos recursos as matrículas da rede conveniada de educação infantil. Atualmente, um número relevante de crianças ainda é atendido pelas instituições de educação infantil filantrópicas, confessionais e comunitárias, principalmente crianças de até 3 anos. A relevância da ação tem forte vínculo com a necessidade de orientar os sistemas de ensino nas questões legais para o estabelecimento de convênio com essas instituições.

c) Público alvo: Dirigentes municipais, conselheiros, especialistas, representantes das redes públicas e conveniadas de educação infantil e dos trabalhadores da educação, entre outros.

d) Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. No âmbito do MEC, foi instituído Grupo de Trabalho composto por entidades parceiras, tais como Undime, Mieib, Uncme, Contee, Unesco, com o objetivo de elaborar documento orientador. A versão preliminar foi debatida em 6 (seis) Seminários Regionais de Educação Infantil com gestores, conselheiros, pesquisadores, especialistas, professores, entre outros. As sugestões ao documento foram consolidadas em uma única versão e discutidas no Grupo de Trabalho. O documento encontra-se pronto para ser publicado e, posteriormente, distribuído.

e) Fluxos da ação e desempenho: Para viabilizar o trabalho foi constituído Grupo de Trabalho com representações de entidades parceiras, contratada uma consultora e realizadas reuniões do GT e Seminários Regionais. A consultora apresentou produto com análise dos documentos de conveniamento de diferentes prefeituras municipais, o qual subsidiou a versão debatida nos Seminários Regionais.

Ações programadas e executadas em 2008: organização do GT; elaboração de cronograma das ações e das reuniões ordinárias do GT; elaboração da versão preliminar do documento; realização de Seminários Regionais; apresentação da versão final para publicação.

A Coedi coordenou o trabalho realizando, ao longo de 2008, 4 reuniões com o GT visando discutir as ações necessárias à elaboração do documento base. A partir deste, o GT preparou a versão preliminar que foi debatida nos Seminários Regionais. Os Seminários foram realizados em agosto e setembro de 2008 e contaram no total com a participação de cerca de 600 pessoas, entre elas representantes de entidades, secretarias municipais de educação e de assistência social, conselhos estaduais e municipais de educação e assistência social, sindicatos, ONGs. Estiveram presentes também especialistas, pesquisadores, professores da rede pública municipal, Universidades, representantes de pais, gestores e dirigentes de instituições. O documento final apresenta recomendações e sugestões dos participantes dos Seminários Regionais e está pronto para ser publicado. A participação de representantes das entidades e sua experiência no assunto específico foram fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos, enriquecimento dos documentos e para o cumprimento do cronograma estabelecido.

Os Seminários Regionais foram organizados em parceria com Universidades, Remec (RJ e SP), MIEIB, Uncme, Secretarias de Educação, entre outros. Para sua realização foram contratados serviços de som, multimídia e coffe-break. O MEC ficou responsável pelas passagens e diárias dos membros do GT para participarem das reuniões em Brasília, assim como dos representantes das entidades parceiras para participarem dos Seminários Regionais.

O cronograma do trabalho foi cumprido pelo GT. Está sendo providenciada contratação de empresa especializada para produção de arte, diagramação e elaboração de ficha catalográfica, para que a publicação e a distribuição aconteçam em 2009.

Quadro 82– Política de Educação Infantil - Cronograma do trabalho do GT

Local	Data	Representações	Número de pessoas
Belém	18 e 19 de agosto'	MIEIB (3), UNDIME (5), UNCME (7), GT conveniamento (1), GT indicadores (4), CONTEE (1), UNICEF (1).	93
Campo Grande	18 e 19 de agosto	MIEIB (4), UNDIME (2), UNCME (2), CONTEE (3), Anped (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (3).	103
Rio de Janeiro	25 e 26 de agosto	MIEIB (2), UNDIME (2), UNCME (2), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento ( ), GT indicadores (4)	105
Salvador	25 e 26 de agosto	MIEIB (5), UNDIME (7), UNCME (7), CONTEE (2), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (5)	103
Florianópolis	01 e 02 de setembro	MIEIB (3), UNDIME (3), UNCME (2), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (4)	52
São Paulo	01 e 02 de setembro	MIEIB (2), UNDIME (1), UNCME (1), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (??)	158

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

Quadro 83 – Apoio Técnico para o Desenvolvimento da Educação Infantil – outros itens de despesas em 2008

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
PASSAGEM	112 - SEB/MEC		88.732,64
	UNESCO	914BRA1095	42.579,02
DIÁRIA	112 - SEB/MEC		26.833,11
	UNESCO	914BRA1095	17.534,92
TOTAL			**175.679,69**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

II - Construção de Indicadores de Qualidade na Educação Infantil

a) Objetivo: Elaborar, publicar e distribuir documento de Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Possibilitar que as instituições de educação infantil realizem auto-avaliação participativa.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: Construir um instrumento de auto-avaliação participativa das instituições de educação infantil, com base em indicadores qualitativos, com o objetivo de implementar ações voltadas para a garantia do direito à educação infantil de qualidade.

c) Público alvo: Crianças, professores, profissionais não docentes, gestores, familiares e comunidade local envolvidos com as instituições de Educação Infantil, técnicas/os e dirigentes das Secretarias e Conselhos de Educação.
d) Modo de implementação: O projeto é coordenado pelo MEC, por meio da Coedi, pela Ação Educativa, pelo Unicef, pela Fundação Orsa e pela Undime. Foi instituído um Grupo Técnico do Projeto, composto por representantes das principais instituições, entidades e especialistas de referência na área da educação infantil, com o objetivo de contribuir para a elaboração do instrumento. Este GT realizou o levantamento de bibliografia, legislação e leitura analítica. Aconteceram 4 reuniões do Grupo Técnico ao longo de 2008, bem como diversas reuniões dos coordenadores do projeto e alguns especialistas convidados. A versão preliminar foi debatida em 6 (seis) Seminários Regionais de Educação Infantil com gestores, conselheiros, pesquisadores, especialistas, professores, entre outros. As sugestões ao documento, feitas nos Seminários, foram incorporadas em uma única versão e discutida no Grupo Técnico. Tendo em vista que as questões referentes às especificidades das crianças de até 3 anos não estavam plenamente contempladas no documento foi necessária a contratação de especialistas para uma revisão neste sentido. Após análise dos relatórios foi produzida a nova versão. Os testes foram realizados com Instituições de Educação Infantil nos municípios de Santarém/PA, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Bauru/SP, Ribeirão Preto/SP, Brasília/DF e Curitiba/PR. O documento foi consolidado pela Ação Educativa e encontra-se pronto para ser publicado e, posteriormente, distribuído.

e) Fluxos da ação e desempenho: O projeto desenvolvido no âmbito da parceria MEC/UNICEF repassou recursos para a que a instituição Ação Educativa prestasse serviços de consultoria técnica.

A COEDI, Ação Educativa, Unicef, Undime e Fundação Orça coordenaram o trabalho do Grupo Técnico do Projeto, realizando 4 reuniões ao longo de 2008 para discutir as ações necessárias à elaboração do documento. Este Grupo foi composto pelas seguintes entidades: MEC/SEB/DCOCEB/COEDI, Ação Educativa, ANFOPE, ANPEd, Avante, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CEALE/UFMG, CEERT, CENPEC, CINDEDI, Conselho Nacional de

Educação, Fé e Alegria, FEUSP, Fórum de Educ. Infantil do Amazonas, Fundação Abrinq, Fundação Carlos Chagas, Fundação Orsa, Fundação Victor Civita, Instituto Avisa Lá, Instituto Girassol, IPEA, MIEIB, OMEP, Todos pela Educação, UFAL, UFC, UFPA, UNCME, UNDIME, UNESCO, Unicamp, Unicef. A partir do documento base, o GT propôs as alterações que resultaram na versão preliminar a qual foi debatida nos Seminários Regionais. A participação de representantes dessas entidades foi fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos e cumprimento do cronograma estabelecido. Os principais custos da SEB/Coedi foram passagens e diárias dos membros do GT para participarem das reuniões em Brasília ou São Paulo e dos representantes das entidades parceiras para participarem dos Seminários Regionais. Foram repassados para Ação Educativa recursos para subsidiar a realização do trabalho.

Os Seminários Regionais foram organizados em parceria com Universidades, Remec (RJ e SP), MIEIB, Uncme, Secretarias de Educação, conforme quadro que segue:

Quadro 84 - Construção de Indicadores de Qualidade na Educação Infantil - Cronograma do trabalho

Local	Data	Representações	Número de pessoas
Belém	18 e 19 de agosto'	MIEIB (3), UNDIME (5), UNCME (7), GT conveniamento (1), GT indicadores (4), CONTEE (1), UNICEF (1).	93
Campo Grande	18 e 19 de agosto	MIEIB (4), UNDIME (2), UNCME (2), CONTEE (3), Anped (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (3).	103
Rio de Janeiro	25 e 26 de agosto	MIEIB (2), UNDIME (2), UNCME (2), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento ( ), GT indicadores (4)	105
Salvador	25 e 26 de agosto	MIEIB (5), UNDIME (7), UNCME (7), CONTEE (2), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (5)	103
Florianópolis	01 e 02 de setembro	MIEIB (3), UNDIME (3), UNCME (2), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (4)	52
São Paulo	01 e 02 de setembro	MIEIB (2), UNDIME (1), UNCME (1), CONTEE (3), ANPED (1), GT conveniamento (1), GT indicadores (??)	158

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

Foi programado e executado em 2008: organização do GT; elaboração de cronograma das ações e das reuniões ordinárias do GT; elaboração da versão preliminar do documento; realização de Seminários Regionais; apresentação da versão final para publicação. O documento está pronto para ser publicado e o cronograma do trabalho para a sua elaboração foi cumprido pelo GT. A contratação de empresa especializada para produção de arte e diagramação e elaboração de ficha catalográfica, assim como sua publicação e distribuição serão realizadas em 2009. Está previsto o seu lançamento para maio/09 no Encontro Nacional da Undime.

III - Definição de Diretrizes sobre a organização do Currículo na educação infantil - tratamento da questão de:

<u>Igualdade Racial</u>

a) Objetivos: Implementar política de combate a desigualdade racial na educação infantil; incluir a educação infantil na política de promoção da igualdade racial; definir estratégias e ações de construção da Política de Promoção da Igualdade Racial na Educação Infantil.

b) Relevância da Ação no Cenário Educacional: Construir uma proposta de orientações para a implementação de política de combate a desigualdade racial na educação infantil coloca um problema complexo que se manifesta de formas diferentes nas regiões brasileiras, exigindo um amplo debate social na construção de acordos entre os vários atores deste processo para garantir resultados concretos. É necessária e urgente a constituição de uma política educacional comprometida com a promoção da igualdade racial desde a educação infantil.

c) Público Alvo: Gestores municipais, conselhos estaduais e municipais de educação, professores, fóruns estaduais de educação infantil.

d) Modo de Implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Foi contratado consultor para a análise das ações, programas, documentos, grupos de trabalho, comissões e outros trabalhos desenvolvidos pela SEB cujo objetivo fosse o tratamento das desigualdades raciais no âmbito do atendimento da Educação Infantil, no período de 2003 a 2007. Elaboração de documento analítico com caráter teórico-prático com indicação das principais críticas e desafios a serem enfrentados na promoção da igualdade da educação infantil, elaboração de indicadores de avaliação de implementação de política de combate a desigualdade racial na educação infantil e elaboração de proposta de orientações para a implementação de política de combate a desigualdade racial na educação infantil.

e) Fluxo da Ação e desempenho: subsidiar a sistematização de orientações que possibilitem à SEB/COEDI a inclusão de propostas de políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil assegurando-lhe o necessário destaque nas políticas produzidas pelo MEC, repercutindo na produção de materiais de apoio e na formação de educadores promotores de igualdade racial.

É oportuna a construção de um programa neste campo, visto que existe uma indisfarçável ausência de programas, ações, comissões ou outras formas de organização para tratar do tema no âmbito do MEC. A ausência na SEB de uma política de tratamento das desigualdades raciais no âmbito do atendimento da criança de 0 a 5 preocupa, pois já está constatado por diversas pesquisas científicas que a primeira infância é um período decisivo na formação do indivíduo, sendo os primeiros anos fundamentais para sua constituição.

É um desafio, mas os aportes científicos recentes podem contribuir para a implantação de práticas pedagógicas e políticas relativas à primeira infância voltadas à promoção da cultura do respeito ao outro através do fomento de formas de educação e cuidado da criança que contribuam para que esta possa resolver seus conflitos de modo pacífico e não-violento, lidando de maneira respeitosa e generosa com o outro e com o ambiente e confrontando-se com a realidade de maneira construtiva e inclusiva em relação às diferenças.

Neste momento, o desafio para o MEC/SEB/DCOCEB/COEDI é a construção de uma política de orientação aos sistemas e redes de ensino para que a promoção da igualdade racial esteja presente, a partir da educação infantil.

Educação do Campo

A - Objetivos

- Reconhecer as especificidades e a diversidade das populações do campo.
- Consolidar competências sobre educação infantil do campo, no âmbito do Ministério da Educação e em outras instâncias.
- Subsidiar a elaboração e a implementação de políticas municipais e estaduais para a área, na perspectiva do regime de colaboração.

B - Relevância da ação no cenário educacional: Nas discussões sobre educação infantil, estão pautadas questões referentes às diversidades. Dentre elas, a diversidade das populações do campo. Tendo em vista os diferentes tipos de produção sócio-econômica e cultural nas comunidades campesinas, muitos desafios se colocam para área educacional, pois as realidades são diversas e pouco conhecidas.

A oferta de matrículas nas áreas rurais concentra-se nos anos iniciais do ensino fundamental que representam 60% do total do atendimento educacional do campo. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, demanda atenção especial, sobretudo a creche, cujas matrículas correspondem a apenas 1,5% deste atendimento.

Conquistas recentes no âmbito da educação infantil, entre elas, a aprovação da lei do FUNDEB, que garante o repasse diferenciado para matrícula de áreas rurais, abre a possibilidade de ampliação da oferta de educação infantil e da melhoria da qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho Educação Infantil do Campo (GTEICampo) cumpre um papel determinante no que se refere ao reconhecimento e à articulação dos trabalhos desenvolvidos pelos movimentos sociais; à inclusão das especificidades da área na definição da políticas do MEC, com destaque para a formação; ao diagnóstico da situação da educação infantil do campo; à ampliação e adequação da rede física para o atendimento às crianças de até 6 anos residentes no campo e à qualidade dos materiais a serem distribuídos. Vale ressaltar, ainda, a importância de pautar a discussão para que os sistemas de ensino estabeleçam e implementem diretrizes para a educação infantil do campo em suas políticas.

C - Público Alvo: Gestores municipais, instituições de educação infantil, professores, conselhos estaduais e municipais de educação, fóruns estaduais de educação infantil, entre outros.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Constituição do Grupo de Trabalho com a seguinte composição: representações da Coordenação Geral de Educação no Campo (CGEC) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Coedi; do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – (PPIGRE), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA-PRONERA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário; discussões conceituais; definição do quadro de ações e desenvolvimento das ações; inclusão da temática em encontros e ações de outras instâncias, entidades e movimentos sociais.

E - Fluxo da ação e desempenho: Constituição do Grupo de Trabalho Educação Infantil do Campo, definição de plano de ações do grupo; implementação das ações; articulações políticas. A Coedi estabeleceu interlocução com a CGEC com o objetivo de pautar as especificidades da educação infantil. A partir desta demanda foi constituído um Grupo de Trabalho - GTEICampo, no âmbito da SECAD em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário tendo em vista os programas e ações desenvolvidos por este Ministério no que diz respeito à educação do campo, tais como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

O GT iniciou os encontros com discussões conceituais sobre educação infantil, sobre crianças e infâncias. A partir de então, foi debatido e elaborado plano de trabalho, além de identificar e convidar para o debate diferentes atores, na perspectiva da inclusão das especificidades da educação infantil nas diversas instâncias, entidades, movimentos sociais, entre outros implementadores de políticas públicas no país, na perspectiva da institucionalização da discussão.

Quadro 85- Proposta de Trabalho do Grupo Interinstitucional para Educação Infantil no Campo – GT Educação Infantil no Campo - MEC/SECAD/SEB/MDA

Eixos	Ações	Execução
Seminário Apresentação do GT	Realização do Seminário para apresentar e discutir o Plano de Ação para a educação infantil no campo proposto pelo GT.	Ocorrido em 30 e 31 de julho de 2008 80 participantes: movimentos sociais, pesquisadores, UNDIME, UNCME Relatório em fase de consolidação.
Estudos a serem desenvolvidos	**A**.Levantamento e caracterização das experiências de educação infantil no campo em desenvolvimento **B**. Levantamento da demanda de atendimento de educação infantil no campo, considerando as diferentes populações: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, reibeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas.	Descentralização de recursos em andamento, na SECAD.
Elaboração de orientações curriculares para a educação infantil do campo	Reuniões ampliadas de discussão das propostas curriculares em desenvolvimento: MST; CONTAG; FRETAF e outras.	7/11/08 reunião com pesquisadores e entidades. 20 pessoas.
Formação de Professores	Reunião ampliada para a discussão e definição de encaminhamentos sobre a temática com a SEB: Diretoria de Formação e Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica, CAPES e SEED.	7/11/08 Reunião com Diretoria de Formação, DECOCEB, CAPES, pesquisadores da área.
Produção e Distribuição de Material Didático/Pedagógico	Definição de material específico para a educação infantil - kit de brinquedos Aquisição de kit pedagógico e literário para o ensino fundamental.	Em andamento. Formação de comissão para avaliação de material na SECAD.
Infra-Estrutura	Proposta: a) adequação dos parâmetros de infra-estrutura das instituições de educação infantil no campo. b) adequação de espaços - construção de instituições de educação infantil no campo.	4/07/08 reunião no FNDE - providências em andamento.
Seminário Nacional	Definir estrutura do Seminário - 200 participantes. Objetivos: socializar o andamento dos estudos discussões sobre: currículo, materialidade, infra-estrutura; formação definir próximos encaminhamentos.	Para o início de 2009.

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

Além das ações descritas, a Coedi participou como palestrante e debatedora no encontro da educação do campo com os conselhos de educação, tendo em vista a discussão sobre a atualização da normatização para o funcionamento das instituições de educação infantil, no sentido de atender às diversidades. Vale ressaltar que está constituída no âmbito da SECAD a Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC, da qual participam representantes de entidades, movimentos sociais e órgãos governamentais. O GT participou de uma reunião.

IV - Formação do Leitor na Educação Infantil

a) Objetivo: ampliar o debate sobre alfabetização e letramento na infância e o papel da educação infantil na formação do leitor; subsidiar a definição de ações do MEC; e discutir aspectos da formação do professor da educação infantil, em relação à prática de leitura.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: a Educação Infantil tem um papel importante na formação do leitor. Considerando a perspectiva das múltiplas linguagens, o trabalho com crianças em creches e pré-escolas deve garantir o acesso à vivência de diferentes práticas de leitura e escrita. Não é objetivo específico da Educação Infantil priorizar a aquisição do sistema de escrita. Porém, numa situação de desigualdade social, quando, muitas vezes, é a instituição do sistema educacional que vai proporcionar o primeiro contato da criança com a leitura e a escrita, torna-se necessário refletir sobre a importância do professor como mediador entre as crianças e o conhecimento.

Como primeira etapa do processo educacional da educação básica, a Educação Infantil pode e deve proporcionar às crianças o contato com os diferentes textos reais, que "circulam no universo da criança, para ela se aproprie do sistema de escrita vivenciando-o tal como é usado nas práticas sociais" (SOARES, 2007, p. 3), pois a leitura e a escrita de textos precisam ser praticadas, concretizadas e exercidas. No contexto de elaboração de orientações curriculares torna-se imprescindível um trabalho articulado com a questão específica da alfabetização.

c) Público alvo: representantes de países ibero-americanos, entidades representativas ligadas à área da educação, dirigentes municipais de educação.

d) Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Considerando a abrangência do tema, o MEC, por meio da Coedi, propõe um conjunto de estratégias a serem desenvolvidas em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI:

- realização de Reunião Técnica com representantes de países ibero-americanos e entidades governamentais e não-governamentais representativas ligadas a área da educação;
- realização de um Seminário Nacional, em Brasília/DF, no primeiro semestre de 2009, com todos os municípios prioritários do Plano de Ações Articuladas (PAR) que demandaram programas de educação infantil e de apoio à leitura, municípios contemplados com o programa Proinfância, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação,

representantes de países ibero-americanos e entidades governamentais e não-governamentais representativas, ligadas à área da educação;

- promoção, em parceria com a OEI, de Colóquio sobre o Papel da Educação Infantil na Formação do Leitor, no escopo do Simpósio Latino Americano de Educação Infantil, a ser promovido pela Organização de Estados Americanos (OEA), no segundo semestre de 2009;
- contratação de consultoria para sistematizar os resultados dos eventos – Reunião Técnica, Seminário Nacional e Colóquio realizado no Simpósio Latino-americano de Educação Infantil – em documentos interpretativos e críticos sobre o papel da educação infantil na formação do leitor;
- edição e publicação destas sistematizações para subsidiar os debates em nível nacional e local.

e) Fluxos da ação e desempenho: Realização de reunião técnica "O papel da Educação Infantil na formação do leitor", em Brasília, com a participação de 27 pessoas. Esta reunião teve o objetivo de analisar questões prioritárias referentes à alfabetização e ao letramento na Educação Infantil, destacar práticas desenvolvidas em creches e pré-escolas do Brasil e propor ações estratégicas que possam ser desenvolvidas pelo MEC em parceria com a OEI. O evento contou com a participação de pesquisadores, representantes de entidades que atuam na área da educação infantil e alfabetização, representantes de secretarias estaduais de educação, dirigentes e técnicos do MEC, MINC e OEI. A reunião técnica alcançou seus objetivos. A partir de então foi estabelecido um acordo com as entidades representadas para que estas apresentem sugestões de ações estratégicas, para serem desenvolvidas pelo MEC em parceria com a OEI, que subsidiem os municípios na política pedagógica da educação infantil.

Está sendo elaborado acordo de Cooperação Técnica Internacional entre o MEC/SEB e a OEI para operacionalizar esta ação dentro do projeto "Fortalecimento institucional das secretarias municipais de educação na formulação e implementação da política municipal de educação infantil". Este projeto tem por objetivo a criação de condições humanas e operacionais para disseminação e consolidação das práticas do planejamento participativo na elaboração de propostas político-pedagógicas das instituições de educação infantil que fazem parte do *Proinfância*. Associado a esse propósito, as ações previstas destinam-se à capacitação de professores, dirigentes e coordenadores pedagógicos, além da produção de materiais de apoio às práticas educacionais das crianças em creches e pré-escolas.

A principal despesa realizada no exercício de 2008 refere-se à contratação de serviços de hospedagem, alimentação, mão de obra e serviços de promoção da reunião técnica. A fonte de recursos para custear as despesas da reunião técnica foi o Projeto UNESCO 914 BRA 1095. Contratação de consultor, realizada pela OEI, para elaboração da síntese da discussão realizada na reunião técnica. A fonte de recursos financeiros para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional provém do orçamento do MEC, por meio do Programa 1448 - Ações Orçamentárias: 8682 - Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e recursos pedagógicos para a Educação Infantil; 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Foi contratada uma consultoria para conceber e elaborar o documento síntese da reunião técnica e demais encontros que serão realizados. Este documento subsidiará as ações do MEC/COEDI e servirá de referência para as discussões no Seminário Nacional e Simpósio Latino Americano de Educação Infantil que serão realizados em 2009.

A parceria estabelecida com a OEI, por meio do Projeto de Cooperação Internacional, contribuirá para que os resultados desta ação sejam alcançados, tendo em vista que a entidade irá apoiar o MEC/SEB na execução das atividades técnicas previstas participando da supervisão, acompanhamento e avaliação dos trabalhos executados; irá colaborar e assistir ao MEC/SEB com especialistas de seu quadro.

V - Assistência Técnica e pedagógica aos Sistemas Municipais de Ensino

A - Objetivo: Contribuir para qualificação e implementação das políticas públicas.

B - Relevância da Ação no cenário educacional: É papel do MEC apoiar tecnicamente os municípios na definição, fortalecimento e implementação da política de educação infantil.

C - Público alvo: Municípios e estados.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Atendimento a demandas de municípios.

E - Fluxos da ação e desempenho: Execução direta da equipe Coedi, que apoia os sistemas municipais para assumir sua responsabilidade com a educação infantil. Esse apoio se dá por meio de orientações relativas à política de educação infantil e ao fazer pedagógico nas creches e pré-escolas. O apoio nas questões políticas diz respeito à orientação aos municípios no cumprimento da legislação em relação à organização dos sistemas de ensino e dos Conselhos Municipais de Educação, à elaboração de normas para regulamentação, credenciamento e funcionamento das creches e pré-escolas, à elaboração de propostas pedagógicas com a participação dos professores e da comunidade, à organização de programas de formação de professores leigos que atuam na Educação Infantil em articulação com instituições formadoras e com secretarias estaduais, à realização da passagem das creches da assistência para a educação e à discussão de financiamento para a educação infantil. Essas orientações são fornecidas diretamente a técnicos, gestores municipais e às coordenações e direções de instituições de educação infantil, por meio de parecer técnico sobre programas e projetos, correspondências (via correio e via e-mail), por telefone, pessoalmente na sede da COEDI e em eventos dos quais a coordenação participa.

O apoio na área pedagógica envolve orientações sobre planejamento, avaliação e currículo, entre outros. Essas orientações são dadas diretamente aos técnicos de secretarias e das instituições que atendem às crianças de até seis

anos de idade e aos professores de educação infantil, por meio de correspondências (via correio e via e-mail), contatos telefônicos, pessoalmente na sede da COEDI e em eventos dos quais a coordenação participa.

Quadro 86 - Assistência Técnica e pedagógica aos Sistemas Municipais de Ensino - Participação em Eventos - 2008

DATA	MUNICÍPIO/UF	EVENTO
11 e 12/02/2008	Ribeirão Preto/SP	XIII Encontro Científico do CINDEDI - Políticas Públicas e Práticas Sociais de Acolhimento à Criança
14/2/2008	Palmas/TO	Encontro de Educação Infantil
21 e 22/02/2008	Fortaleza/CE	III Seminário de Educação Infantil da Região Nordeste e o I Seminário de Educação Infantil do Ceará, com o tema "A Qualidade na Educação Infantil sob vários olhares"
28/2/2008	Fortaleza/CE	Encontro da UNCME - Ceará
1/4/2008	Rio de Janeiro/RJ	Fórum Permanente de Educação Infantil
11/4/2008	Florianópolis/SC	XXII Congresso da ABMP "Direitos Humanos da Criança e do Adolescente"
14 a 18/04/2008	Brasília/DF	Conferência Nacional de Educação Básica
8/5/2008	Vitória/ES	Encontro sobre educação infantil
12 a 16//05/2008	Washington/USA	IX reunião das Autoridades do Comitê Executivo do CIE e XIII Reunião Ordinária do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI) da Organização dos Estados Americanos
21/5/2008	Campo Grande/MS	19º Encontro Estadual de Educação Infantil e Primeiros Anos do Ensino Fundamental E 5º Seminário Internacional da OMEP/BR/MS
28/5/2008	São Paulo/SP	Reunião sobre o projeto "Creche para Todas as Crianças".
02 e 03/06/2008	Brasília/DF	1ª Oficina dos Conselhos de Educação na Construção de Marcos Regulatórios da Educação Básica
5/6/2008	Belém/PA	I Seminário Estadual de Educação Infantil "Educação Infantil: Desafios presentes"
6/6/2008	São Paulo/SP	I Assembléia Ordinária do Fórum Paulista de Educação Infantil
9/6/2008	Florianópolis/SC	Encontro sobre Parâmetros de Qualidade
10/6/2008	São Paulo/SP	Lançamento da Rede de Articuladores pela Educação Infantil, do Projeto "Creche para Todas as Crianças"
13/6/2008	Santarém/PA	I Encontro de Formação Continuada para Professores de Educação Infantil
18/6/2008	Vitória/ES	Intersetorialidade da Educação e Assistência Social na Proteção Social à Criança de zero a seis anos.
19/6/2008	Linhares/ES	I Seminário de Educação Infantil no Norte do Espírito Santo – "A Educação Infantil em Foco"
20/6/2008	Nova Friburgo/RJ	I Fórum de Educação Infantil - Educação Infantil: entre o cuidar e o educar
25/6/2008	Belo Horizonte/MG	Seminário Sudeste do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
27/6/2008	Palmas/TO	II Seminário da Educação Infantil
27/6/2008	Campo Grande/MS	Encontro do Fórum de Educação Infantil
10/7/2008	Uberlândia/MG	Encontro Estadual da UNCME
24/7/2008	São Gonçalo/RJ	Seminário Municipal de Educação Infantil – Novas Perspectivas (Rede Campo)
25/7/2008	Florianópolis/SC	Evento EDUCASUL
29/7/2008	Aracaju/SE	IV Semana Nacional Educação
30/07 a 02/08/2008	Lima/Peru	Encuentro Regional del Proyecto "Tendencias de las Politicas de Transicion en Comunidades, Indigenas, Rurales y de Frontera"
8/8/2008	Belo Horizonte/MG	Reunião CEALE/UFMG sobre criança de seis anos e alfabetização
14/8/2008	Campo Grande/MS	I Seminário de Educação Infantil do Conselho Municipal de Educação
21 e 22/08/2008	Belo Horizonte/MG	A Transição Republicana no contexto da Educação Municipal
04 e 05/09/2008	Porto Velho/RO	Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – Região Norte
6/9/2008	Resende/RJ	V Seminário Regional de Educação Infantil e I Seminário da OMEP Sudeste
8/9/2008	Recife/PE	Seminário da rede de escolas e creches comunitárias - Tema: Política de credenciamento e conveniamento

DATA	MUNICÍPIO/UF	EVENTO
11 e 12/09/2008	Sinop/MT	I Seminário internacional de educação - Temas de infância: diversidades culturais no contexto da Amazônia Legal Mato-grossense
6/10/2008	Campinas/SP	Seminário "Atenção às crianças de zero a seis anos do município"
6/10/2008	Juiz de Fora/MG	Encontro sobre o processo de Transição
13 a 17/10/2008	Quito/Equador	Jornadas Pedagógicas sobre Primera Infancia en Ecuador - En el marco de la Cuarta Reunión Ordinaria de la Comisión Interamericana de Educación (CIE).
22/10/2008	Recife/PE	Encontro - Transição da Rede Infantil com Recursos da Assistência para a Educação
23/10/2008	Recife/PE	Seminário Marcos Regulatórios da Educação Infantil
24/10/2008	Vitória/ES	Encontro - Transição do Conveniamento da Rede de Educação Infantil da Assistência Social para a Educação
31/10/2008	Posse/GO	I Conferência Municipal de Educação - "Buscando a Qualidade da Educação"
3/11/2008	Campinas/SP	Encontro sobre Política Nacional de Educação Infantil
10/11/2008	Itabuna/BA	III Simpósio de Educação Infantil
24 e 25/11/2008	Salvador/BA	Encontro de Transição da Educação Infantil
28/11/2008	Natal/RN	IV Encontro do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
1/12/2008	Goiânia/GO	Encontro de Transição da Educação Infantil
2/12/2008	Rio de Janeiro/RJ	INFOC – Seminário Comemorativo 15 anos
4/12/2008	Vitória/ES	Encontro Estadual de Dirigentes Municipais de Educação

Fonte: COEDI/DCOCEB/SEB/MEC

Quadro 87 – Educação Infantil - outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

Item de despesa		Fonte	Projeto	Valor em R$
Serviços	Impressão Gráfica de calendários do PROINFANTIL	PNUD	BRA/03/004	4.199,20
	Impressão Gráfica do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008	UNESCO	914BRA1095	2.900,00
	Primeira formação de Professores Formadores (PF) - Evento São Luís-MA - 15 a 18.01.08	PNUD	BRA/03/004	31.584,87
	Primeira formação de Professores Formadores (PF) - Evento - Cabo de Sto. Agostinho-PE - 21 a 24.01.08	PNUD	BRA/03/004	17.542,11
	Primeira formação de Professores Formadores (PF) - Evento - Imperatriz-MA - 22 a 25.01.08	PNUD	BRA/03/004	30.296,00
	Serviço fotográfico para as edições 43 (Sessão Relato) e 45 (Matéria de capa) da Revista Criança	UNESCO	914BRA1095	800,00
	Serviços de revisão de língua portuguesa e projeto gráfico - número 46 da Revista Criança	UNESCO	914BRA1095	3.100,00
	Serviços de produção de arte, diagramação e elaboração de ficha catalográfica de documentos - número 46 da Revista Criança	UNESCO	914BRA1095	6.480,00
Passagem		PNUD	BRA/03/004	1.568,74
		112 - SEB/MEC		1.281,48
				18.256,34
Diária		112 - SEB/MEC		6.349,32
				240,52
		PNUD	BRA/03/004	785,30
				1.501,53
TOTAL				**126.885,41**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

O desempenho da Ação 8682 pode ser considerado satisfatório, uma vez que a meta física estipulada foi plenamente atingida por meio do conjunto de atividades executadas ao longo de 2008 (Quadro 82).

Quadro 88 - Execução físico-financeira - Metas Previstas e resultados alcançados – Ação 8682

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
5.564	5.564	100	4.360.000,00	3.169.646,61	73
Produto: Sistema de Ensino Apoiado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 89 - Execução financeira por Natureza de Despesa – Ação 8682

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.301.682,63	2.248.776,72	0	0
3.3.40.00	Transferências a Municípios	0	0	0	0
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	920.869,89	920.869,89	920.869,89	920.869,89
3.3.90.00	Aplicações Diretas	137.447,48	0	0	0
Valor Total - R$		**4.360.000,00**	**3.169.646,61**	**920.869,89**	**920.869,89**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.3.5. Ação 8684 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Fundamental

Quadro 90 – Dados gerais da Ação 8684

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o aprimoramento de práticas educativas que promovam a qualidade do ensino fundamental e apoiar os sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral.
Descrição	Realização e disseminação de estudos para o monitoramento da ampliação do ensino fundamental de nove anos e sobre a defasagem idade-série; subsídios para o desenvolvimento curricular; e assistência técnica e pedagógica e apoio financeiro às unidades federadas, propiciando condições de implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Edna Martins Borges
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica, Coordenação-Geral de Ensino Fundamental
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10, Incisos I a VI, no que se refere ao ensino fundamental.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

2.3.3.5.1. Realização de Estudos sobre o Currículo do Ensino Fundamental

I - Delimitação do Currículo do Ensino Fundamental

a) Objetivo: Criar espaços para a socialização de estudos, experiências e práticas curriculares que possam promover o fortalecimento da identidade nacional e da qualidade da educação, bem como dos processos educativos e formativos respeitadas as especificidades locais e regionais nos seus aspectos sócio-culturais, étnicos, políticos e econômicos.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: O projeto "Currículo em Movimento" busca sistematizar orientações curriculares que possam consolidar no cotidiano dos sistemas e unidades de ensino a *base nacional comum* que venha a subsidiar a formulação de políticas para a educação básica em diferentes campos como avaliação, material didático, formação de professores, dentre outros.

c) Público alvo

- Sistemas Estaduais de Educação;
- Sistemas Municipais de Educação;
- Conselhos Estaduais de Educação;
- Conselhos Municipais de Educação;
- Diretores de escolas;
- Professores do ensino fundamental;
- Coordenadores pedagógicos do ensino fundamental;
- Demais profissionais da área de Educação.

d) Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. O Programa "Currículo em Movimento", coordenado pela DCOCEB/SEB/MEC, envolve estudos sobre o currículo de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), com discussões por nível de ensino. O primeiro passo está em andamento e trata-se do levantamento e análise das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para conhecer a diversidade e a complexidade do currículo no Brasil. De posse desses dados, os consultores responsáveis pelo Ensino Fundamental estão iniciando a discussão sobre a base nacional comum e preparando o documento-base que subsidiará os seminários regionais. Estão previstos seminários regionais e um seminário nacional para o ano de 2009, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas e ações do MEC e demais órgãos gestores da educação básica.

e) Fluxos da ação e desempenho: o projeto ainda está em fase de planejamento (Quadro 84).

Quadro 91 - Currículo do Ensino Fundamental - Programação e execução em 2008:

Sub-atividades	Data		Situação
	Início	Conclusão	
Levantamento das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação	05/06/2008	-	Em Andamento
Contratação de 2 especialistas para a Discussão do Currículo	-	-	Não iniciado
Organização do Programa Currículo em Movimento	-	-	Não iniciado
6 (seis) Reuniões Técnicas com os 2 Especialistas para Construção dos princípios orientadores da EF	-	-	Não iniciado
Discussão com o CNE sobre as Diretrizes para o EF de 9 anos.	04/08/2008	04/08/2008	Concluído
Discussão com o INEP sobre a Prova Brasil e Provinha Brasil	16/10/2008	-	Em Andamento

Fonte: COEF/DCOCEB/SEB/MEC

As principais despesas vinculadas ao currículo do ensino fundamental referem-se à contratação de 2 especialistas para a discussão do currículo, no valor R$ 22.000,00, por meio do Projeto UNESCO 914 BRA 1095.

II - Orientações Curriculares sobre o Ensino de Nove Anos

a) Objetivo: promover ações no sentido de apoiar tecnicamente os sistemas de ensino no processo de transição entre uma estrutura de ensino obrigatório de oito anos para uma de nove anos de duração. Isso ocorre por meio da publicação de documentos de orientação curricular aos sistemas de ensino e da realização de eventos - debates, encontros, seminários etc.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: a ampliação do ensino fundamental para nove anos, além de garantir a inserção das crianças de seis de idade nessa etapa da Educação Básica - principalmente aquelas que não estavam sendo atendidas por instituições escolares - vai aproximar o sistema brasileiro ao de outros países do Mercosul, onde a escolaridade obrigatória é, em média, de doze anos.

c) Público alvo

- Sistemas Estaduais de Educação;
- Sistemas Municipais de Educação;
- Conselhos Estaduais de Educação;
- Conselhos Municipais de Educação;
- Diretores de escolas;
- Professores do ensino fundamental;
- Coordenadores pedagógicos do ensino fundamental;
- Demais profissionais da área de Educação.

d) Modo de implementação: Encontros estaduais/regionais/locais para orientar os municípios prioritários do PDE, bem como todos os outros municípios que não ampliaram no ano de 2008 e os que ampliaram, mas que gostariam de participar dos encontros para sanar dúvidas.

e) Fluxos da ação: Para viabilizar a ação, houve apenas despesas com diárias e passagens dos técnicos do MEC.

f) Desempenho: A ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração tem como marco legal a Lei nº11.274/06 que também determina aos sistemas de ensino o prazo até o ano de 2010 para implementarem os requisitos legais. Atendendo às diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a COEF verificou, por meio do Censo Escolar, que grande parte dos municípios prioritários não ampliou o ensino fundamental e tampouco incluiu as crianças de seis anos de idade nesta etapa de ensino. Considerando o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, que orienta os sistemas de ensino a planejarem e organizarem o Ensino Fundamental de nove anos até 2009 para que ocorra sua implementação no ano seguinte, a COEF entende que o MEC, na sua função de assessoramento técnico e pedagógico aos Estados e Municípios, deveria demandar encontros estaduais/regionais/locais para orientar os municípios prioritários do PDE, e os municípios que não ampliaram no ano de 2008 e, ainda, os que ampliaram mas gostariam de participar dos encontros. Estima-se que houve assessoramento a 80% dos municípios brasileiros, nos encontros.

Quadro 92 - Currículo do Ensino Fundamental - Quadro Eventos realizados/Local/Número de participantes

Região	UF	Cidade	Mês	Data	Evento	Nº de participantes
Centro-oeste	DF	Brasília	Julho	4	Currículo	30
	GO	Formosa	Junho	13	Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia da UEG	90
Nordeste	AL	Maceió	Agosto	21	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	500
	BA	Catu	Abril	23	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	400
	BA	Entre Rios	Agosto	5	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	700
	BA	Salvador	Agosto	26	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	150
	BA	Juazeiro	Agosto	29	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	30
	BA	Barreiras	Setembro	09 e 10	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	250
	BA	Bom Jesus da Lapa	Setembro	23	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	50
	BA	Salvador	Outubro	16	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	150
	BA	Salvador	Dezembro	15 e 16	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	1200
	MA	São Luís	Junho	16	Currículo	200
	MA	São Luís	Novembro	26 a 28	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	600
	PE	Igarassu	Novembro	13	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	150
	RN	Natal	Dezembro	9	Provinha Brasil	600
Norte	AM	Manaus	Setembro	17 e 18	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	450
	PA	Santarém	Abril	03 e 04	I Colóquio sobre Ensino Fundamental de Nove Anos	120
	PA	Tucuruí	Agosto	20	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	200
	PA	Belém	Novembro	6	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	350
Sudeste	ES	Vitória	Julho	17	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	350
	ES	Vitória	Agosto	14	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	150
	MG	Belo Horizonte	Abril	28	Seminário da UNDIME-MG	100
	RJ	Miguel Pereira	Julho	29 e 30	Currículo	350
	SP	São Paulo	Agosto	28 e 29	Assessoria Técnica aos Municípios de São Paulo (Ensino Fundamental de Nove Anos)	400
Sul	PR	Apucarana	Setembro	23 a 25	Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos	800
	RS	Uruguaiana	Agosto	07 e 08	Seminário Regional sobre Ensino Fundamental de Nove Anos	220
	RS	Passo Fundo	Agosto	15	Seminário Regional de Educação. Conselho Municipal de Educação - Refletindo a democratização da educação municipal	250
		Total de eventos	**27**		**Total de participantes**	**8.840**

Fonte: COEF/DCOCEB/SEB/MEC

III - Cooperação Técnica Brasil-Angola na Área do Currículo

a) Objetivo: o curso de capacitação para elaboração de proposta curricular de Angola tem por objetivo a melhoria do acesso e da qualidade da educação básica por meio da capacitação de técnicos do Ministério da Educação de Angola (MED), oriundos do Instituto Nacional de Investigação Educacional (INIDE), Direção Nacional para o Ensino Geral (DNEG) e Instituto Nacional para Educação Especial (INEE).

b) Relevância da Ação no cenário educacional: a Cooperação Técnica Brasil/Angola tem por finalidade apoiar a discussão conceitual e a formação de quadros de professores da educação básica, visando contribuir com melhorias substanciais e urgentes no desenvolvimento do processo docente educativo.

c) Público alvo: 30 professores radicados em Luanda, capital da República de Angola.

d) Modo de implementaçã: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Este curso consiste na formação de 30 técnicos educacionais indicados pelo Ministério da Educação de Angola, responsáveis por áreas prioritárias da estrutura educacional, tendo por objetivo a apropriação dos conhecimentos necessários para análise, aprofundamento e elaboração da proposta curricular do país. Os eixos de aperfeiçoamento curricular, objeto de estudo nessa capacitação são: Currículo e temporalidades humanas no cotidiano da escola; Currículo, Conhecimento e Cultura; Currículo e organização dos tempos e espaços escolares; Currículo e os processos de aprendizagem; Currículo, alfabetização e letramento; Currículo e avaliação do ensino-aprendizagem; Currículo e educação especial.

A capacitação está sendo realizada em três períodos de formação continuada para um grupo de trabalho constituído de 30 técnicos educacionais de Angola, responsáveis pelas 15 áreas prioritárias da estrutura educacional daquele país e está sendo realizada por 7 especialistas brasileiros, sendo 1 de cada uma das áreas de aperfeiçoamento curricular.

Paralelamente aos 3 períodos presenciais de capacitação, os técnicos angolanos trabalham na elaboração do documento sobre concepção curricular com a supervisão a distância dos professores que ministraram o curso (revisão de texto, sugestões) a ser feita por troca de e-mails.

e) Fluxos da ação e desempenho: estão em processo duas descentralizações para a Universidade de Brasília e para a Universidade Federal de Minas Gerais, com a finalidade de repassar, para cada uma, o valor de R$ 2.513,28, referente ao pagamento das especialistas convidadas.

No ano de 2008 foram realizadas 3 missões à Luanda - Angola: em março, maio e novembro. Na primeira missão foi apresentado o projeto pedagógico do curso de formação, onde foi analisado, emendado e aprovado. Nas duas missões seguintes aconteceram o primeiro e segundo períodos de capacitação, conforme especificado abaixo:

- Reunião técnica para apresentar o projeto pedagógico do curso de formação: ocorreu no período de 29 de fevereiro a 09 de março de 2008, com a participação de 35 profissionais;
- Primeiro período de formação: ocorreu no período de 24 de maio a 02 de junho de 2008, com a participação de 30 profissionais;
- Segundo período de formação: ocorreu no período de 22 de novembro a 01 de dezembro de 2008, com a participação de 30 profissionais.

O curso de formação em elaboração curricular é um processo que desencadeará em 7 cadernos temáticos sobre os eixos: I - Currículo e temporalidades humanas no cotidiano da escola; II - Currículo, Conhecimento e Cultura; III - Currículo e organização dos tempos e espaços escolares; IV - Currículo e os processos de aprendizagem; V - Currículo, alfabetização e letramento; VI - Currículo e avaliação do ensino-aprendizagem; VII - Currículo e educação especial.

Foi constituída uma coordenação-geral bilateral formada por dois membros de cada país (Brasil e Angola), além de coordenadores de sub-grupos formados por 15 técnicos cada. Essa coordenação-geral tem desempenhado papel importante na garantia do sucesso de todas as atividades e na preparação das missões.

Nos dois períodos de formação, os cadernos dos eixos I a IV estão em elaboração, com avanços conceituais e metodológicos do grupo de técnicos do Ministério da Educação de Angola, onde têm o respaldo político das instâncias superiores em seu conteúdo. A SEB/MEC/Brasil responde pelo pagamento de quatro especialistas brasileiros, no valor quatro mil dólares americanos, por meio do Projeto BRA/04/044 Brasil-Angola.

Importância das contratações e parcerias para viabilizar a ação e o alcance dos resultados:

Cada especialista desenvolve os seguintes produtos de alta complexidade intelectual:

- Elaboração de Plano de Curso do eixo de trabalho;
- Realização de 04 palestras, seguidas de debate, sobre o eixo de trabalho durante a semana presencial do curso.
- Contribuição na elaboração da versão preliminar do texto sobre o eixo trabalhado na semana presencial. O Grupo de Trabalho, com a participação do especialista na semana presencial do curso, produz a sistematização e o registro dos estudos realizados naquela semana com vistas à elaboração, pelos técnicos angolanos, da versão preliminar do texto/caderno do respectivo eixo;
- Orientações e contribuição em meio eletrônico para a elaboração da versão preliminar do texto/caderno sobre o eixo trabalhado.
- Orientações e contribuição em meio eletrônico para a elaboração da versão final do texto sobre o eixo trabalhado.

2.3.3.5.2 - Definição de Diretrizes Relativas à Correção de Fluxo

a) Objetivo: Este trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de estudo sobre as experiências de Correção de Fluxo Escolar no país, no período 2000-2008, e produzir subsídios para a formulação de políticas.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: Tem como pano de fundo estudos e pesquisas publicados sobre a situação da Educação Básica no país, nos últimos três anos, que revelam a persistência dos altos índices de abandono, repetência e de distorção idade-série, os quais destacam, ainda, o declínio da matrícula na Educação Básica.

Segundo o INEP, o Censo Escolar da Educação Básica apresenta redução no número de matrículas na Educação Básica no período 2004-2006, declínio associado, com freqüência, “à contínua queda da taxa de natalidade, às altas taxas de repetência das séries iniciais do Ensino Básico, ao abandono, à evasão escolar e à distorção idade-série”.

Tais indicadores apontam para a importância da continuidade de programas e ações do MEC tendo em vista apoiar os sistemas públicos de ensino para a melhoria do desempenho dos alunos. Os estudos e pesquisas nacionais e internacionais revelam consenso a respeito da necessidade de elevar o padrão de qualidade da Educação Básica, essencial para o desenvolvimento econômico e social, bem como fator de eqüidade e condição necessária para a diminuição dos índices de desigualdade cultural e social da população brasileira.

c) Público alvo: a Secretaria de Educação Básica do MEC para formulação de políticas e programas para a correção de fluxo escolar; os Sistemas de ensino, estaduais e municipais.

d) Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Primeiro momento: levantamento de dados e delimitação dos objetos de estudo. Compreende o levantamento e a organização dos documentos a serem pesquisados e analisados (síntese de projetos e programas de Correção de Fluxo Escolar, estudos avaliativos e teses acadêmicas sobre estes projetos e programas, publicações de estudos que contenham avaliações sobre os objetos de estudo).

Segundo momento: leitura e tratamento do material e informações (dados) levantados. Compreende a definição e estabelecimento de itens de análise com vistas a se definir itens comuns a observar, "medir" e avaliar em cada uma das experiências focalizadas. Nesta segunda etapa serão agregadas às informações documentais aquelas colhidas nas pesquisas participativas a serem desenvolvidas nos sistemas públicos de ensino (estaduais ou municipais) - Ensino Fundamental – dos Estados do Acre (AC), Alagoas (AL), Pernambuco (PE) e Paraná (PR).

Terceiro momento: análise do conjunto dos materiais e informações coletados e organizados nas duas etapas anteriores com vistas a atender aos objetivos e metas.

e) Fluxos da ação e desempenho: Foi contratada uma consultora, no valor de R$ 11.000,00, para realizar o estudo sobre a "Correção do Fluxo Escolar". As despesas ocorreram à conta do Projeto UNESCO 914 BRA 1095.

f) Desempenho – resultados alcançados

O estudo teve como foco as principais experiências de correção do fluxo escolar em curso no Brasil, no período de 2000 a 2008, que visam corrigir o problema da distorção série/idade. Um problema que, desde a década de 1990, entrou na pauta da educação básica como um dos elementos da tríade que compõe o fracasso escolar.

Parte substantiva das pesquisas sobre experiências de correção de fluxo escolar, realizadas entre julho e setembro últimos, com o acompanhamento da COEF, incluiu, em um primeiro momento, levantamento de bibliografia sobre o assunto feitas por meio da Internet e da localização de informação documental em centros e institutos de pesquisa oficiais e não-governamentais, tais como: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), Fundação Carlos Chagas (FCC), Instituto Ayrton Senna (IAS) e Fundação Roberto Marinho. A leitura e a análise de grande parte dessa bibliografia completaram essa etapa do estudo.

Em seguida - e após a identificação das experiências mais significativas - foram feitas entrevistas com os seus elaboradores nas quais se buscou colher detalhes sobre sua metodologia, processos, a difusão dos programas pelo país e os seus resultados. Nessa etapa, foram entrevistados elaboradores e coordenadores dos seguintes programas: Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna, e Aceleração da Aprendizagem, do Cenpec. O terceiro momento da pesquisa englobou estudos de caso, ou pesquisas participativas, com entrevistas e observação i*n loco* das experiências identificadas nos sistemas públicos de ensino - Ensino Fundamental - do Acre (AC) e de Pernambuco (PE). Antes destes, em 2007, foi realizado estudo prévio junto à rede pública estadual do estado de Alagoas (AL), com foco no Projeto PRÓ-SEGUIR, de Combate à Exclusão Escolar.

Eventos realizados/Local/Número de participantes:

- Estado do Acre: entre 05 e 08 de agosto.
- Estado de Pernambuco: entre 26 e 29 de agosto.
- Estado do Paraná: entre 09 e 12 de setembro.
- Estado do Rio Grande do Norte: 28 a 31 de outubro.

Reuniões realizadas no Ministério da Educação, em Brasília.

- 1ª reunião 25 e 26 de junho.
- 2ª reunião: entre 21 e 22 de agosto.
- 3ª reunião: entre 24 e 26 de setembro.
- 4ª reunião: entre 04 e 07 de novembro.

A contratação da consultora objetivou desenvolver estudo sobre experiências de Correção de Fluxo Escolar no Ensino Fundamental, no período 2000-2008, abrangendo sistemas públicos de ensino de quatro estados, para subsidiar o processo de formulação de políticas para a educação básica e contribuir para a melhoria do seu padrão de qualidade.

2.3.3.5.3. - Produção, Aquisição e Divulgação de Publicações, Periódicos e Outros Materiais Para o Ensino Fundamental - Documento Indagações sobre o Currículo

a) Objetivo: deflagrar, em âmbito nacional, processo de debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, sobre a concepção de currículo e seu processo de elaboração.

b) Relevância da Ação no cenário educacional: o MEC visa promover, por meio de uma estratégia dinâmica, a reflexão, o questionamento e um processo de discussão em cada uma das escolas, Secretarias de Educação, Conselhos de Educação e Instituições de Ensino Superior sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. Para tanto, sugere inicialmente alguns eixos que são fundamentais para o debate sobre currículo com a finalidade de que professores, gestores e demais profissionais da área educacional reflitam sobre a concepção de currículo,

relacionando-a a sua prática. Nessa perspectiva, o Ministério objetiva subsidiar a análise das propostas pedagógicas dos sistemas de ensino e dos projetos pedagógicos das unidades escolares, pois esta é uma discussão que precede a elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas e dos sistemas.

c) Público alvo

- Secretarias Municipais de Educação
- Secretarias Estaduais de Educação
- Conselhos Municipais de Educação
- Conselhos Estaduais de Educação
- Unidades escolares
- Instituições de Ensino Superior

d) Modo de implementação: o documento "Indagações sobre Currículo", publicação elaborada no âmbito da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica (DCOCEB), vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB), deste Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo principal deflagrar, em âmbito nacional, um processo de debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, sobre a concepção de currículo e seu processo de elaboração. Além disso, com a implementação do Ensino Fundamental de nove anos e a divulgação dos documentos consolidados da Política Nacional de Educação Infantil, é necessário retomar a reflexão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – ação já desencadeada pelo Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido, são de extrema relevância, neste momento de discussão, a publicação e a distribuição desse documento às escolas, às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, aos Conselhos de Educação Estaduais e Municipais e às Instituições de Ensino Superior. Tal solicitação justifica-se não apenas pela responsabilidade dos setores do MEC em fomentar essa discussão, mas também pela função da instituição de possibilitar aos professores o atendimento aos desafios postos pelas orientações e normas educacionais vigentes.

e) Fluxos da ação: foi elaborado Termo de Referência para contratar empresa especializada para prestação de serviços de impressão de material gráfico referente ao documento "Indagações sobre Currículo", bem como os serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem do material produzido.

f) Desempenho – resultados alcançados

- A distribuição do documento está prevista de dezembro/2008 a janeiro/2009.
- Após a distribuição da publicação iniciarão os seminários para discussão.

Foi executada a contratação dos serviços de impressão de material gráfico referente ao documento "Indagações sobre Currículo", bem como os serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem do material produzido – Quadro 37. Os recursos para custear as despesas descritas neste termo ocorrerão à conta da ação 8684, PI 8684 F10219, Programa de Trabalho 12.361.1448.8684.0001, PTRES 021041, natureza de despesa 3.3.90.39, constantes no orçamento de 2008.

Quadro 93 - Programação e execução dos serviços de impressão e distribuição do documento "Indagações sobre Currículo"

UF	Secretaria Municipal de Educação		Unidade Escolar		Secretaria Estadual de Educação		Conselhos Municipais de Educação		Conselhos Estaduais de Educação		Instituição de Ensino Superior		Total KIT Indagações
	destinatários	KIT	destinatários	kit	destinatários	kit	destinatários	kit	destinatários	kit	destinatários	Kit	
AC	22	54	1678	4070	1	15	3	6	1	3	1	2	4150
AL	102	264	3089	15116	1	15	15	30	1	3	5	10	15438
AM	62	164	5160	19025	1	15	19	38	1	3	3	6	19251
AP	16	44	725	3257	1	15	4	8	1	3	1	2	3329
BA	417	1096	19891	65259	1	15	153	306	1	3	7	14	66693
CE	184	560	9330	35318	1	15	57	114	1	3	6	12	36022
DF	1	8	613	7226	1	15	0	0	1	3	2	4	7256
ES	78	222	3311	12435	1	15	43	86	1	3	5	10	12771
GO	246	604	3485	20126	1	15	97	194	1	3	9	18	20960
MA	217	566	12956	36231	1	15	35	70	1	3	3	6	36891
MG	853	2080	13876	71869	1	15	261	522	1	3	33	66	74555
MS	78	190	1151	8931	1	15	19	38	1	3	3	6	9183
MT	141	334	2429	11756	1	15	31	62	1	3	5	10	12180
PA	143	484	11819	39215	1	15	21	42	1	3	4	8	39767
PB	223	496	3806	17654	1	15	83	166	1	3	4	8	18342
PE	185	546	8592	34987	1	15	51	102	1	3	25	50	35703
PI	223	482	6912	16389	1	15	22	44	1	3	4	8	16941
PR	399	994	7180	36598	1	15	65	130	1	3	22	44	37784
RJ	92	390	6563	44981	1	15	48	96	1	3	26	52	45537
RN	167	376	3671	12397	1	15	52	104	1	3	5	10	12905
RO	52	148	1593	6986	1	15	3	6	1	3	2	4	7162
RR	15	36	706	2077	1	15	3	6	1	3	3	6	2143
RS	496	1232	8203	36673	1	15	287	574	1	3	12	24	38521
SC	293	726	5609	20605	1	15	180	360	1	3	9	18	21727
SE	75	186	2218	8626	1	15	34	68	1	3	2	4	8902
SP	645	2046	17096	119663	1	15	365	730	1	3	54	108	122565
TO	139	302	1906	6780	1	15	32	64	1	3	4	8	7172
Reserva Técnica													6278
Total	**5564**	**14630**	**163568**	**714250**	**27**	**405**	**1983**	**3966**	**27**	**81**	**259**	**518**	**740128**

Fonte: COEF/DCOCEB/SEB/MEC

Quadro 94- Metas Previstas e resultados alcançados - Ação 8684

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
5.599	4.479	80	3.860.000,00	3.850.000,00	100
Produto: Sistema de Ensino Apoiado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 95 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8684

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00	0	0	0
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.850.000,00	3.850.000,00	0	0
3.3.40.00	Transferências a Municípios	0	0	0	0
3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
Valor Total - R$		**3.860.000,00**	**3.850.000,00**	**0**	**0**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

O desempenho da Ação 8684 pode ser considerado satisfatório, uma vez que por meio do conjunto de atividades executadas ao longo de 2008 estima-se que a cobertura em termos de apoio aos sistemas de ensino foi superior a 80%.

Quadro 96 – Outros itens de despesa relacionados à atividade

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Correção de Fluxo Escolar	CONSULTORIA	UNESCO	914BRA1095	11.000,00
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		10.976,76
		UNESCO	914BRA1095	4.271,20
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		2.747,63
		UNESCO	914BRA1095	901,98
	TOTAL			**29.897,57**
Ensino Fundamental de 9 anos	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		36.030,79
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		9.004,28
	TOTAL			**45.035,07**
Currículo em Movimento do Ensino Fundamental	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		7.787,32
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		10.331,86
	TOTAL			**18.119,18**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.6. Ação 8686 – Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio

Quadro 97 – Dados gerais da Ação 8686

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o aprimoramento de práticas educativas que promovam a qualidade do ensino médio e apoiar os sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral.
Descrição	Desenvolvimento e disseminação de estudos junto às redes públicas de ensino médio sobre a organização curricular, práticas e recursos pedagógicos, bem como o apoio aos sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada de trabalho de tempo integral, visando à formação geral e científica dos estudantes dessa etapa de ensino.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica, Coordenação-Geral de Ensino Médio.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10, Incisos I a VI, no que se refere ao ensino médio.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora - UG, desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados.

A execução orçamentária foi em grande parte prejudicada por dois fatores externos ao gerenciamento da Ação. O primeiro deles foi o atraso nos repasses de recursos, devido às exigências impostas pelo SICONV e pela falha desse sistema que, ao entrar em operação, não dispunha de módulo para o cadastramento de descentralizações, o que retardou os repasses. O segundo fator foi o temor das IFES em firmar parcerias com suas Fundações de Apoio, mesmo nos casos amparados pela legislação vigente para a execução de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Muitas instituições que já estavam com seus termos de cooperação aprovados, declinaram da solicitação ou devolveram os recursos ao MEC após a publicação do Acórdão TCU N° 2731/2008 - Plenário.

I - Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio

a) Objetivo: contribuir para o aprimoramento de práticas educativas que promovam a qualidade do ensino médio e apoiar os sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral.

b) Modo de Implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A ação foi executada por meio de apoio aos sistemas estaduais de ensino, com a elaboração e disseminação de pesquisas e estudos, como subsídio à formulação e implementação de políticas para o ensino médio. As ações desenvolvidas pela Coordenação de Ensino Médio/DCOCEB/SEB foram operacionalizadas a partir das diretrizes políticas de governo, observando os princípios da gestão de políticas públicas em uma república federativa, coerente com a democratização e supletividade nas relações com as demais instâncias educacionais. (§ 1º, do Art. 8º da LDB)

c) Público-Alvo: 27 (vinte e sete) Sistemas Estaduais de Ensino

d) Fluxo de Ação: Para garantia de sucesso no alcance das metas estabelecidas foram realizadas reuniões técnicas, seminários, contratações de consultores, elaboração e distribuição de estudos e pesquisas e descentralizações de recursos a instituições federais como instrumentos operacionais necessários à eficácia das atividades programadas.

II – Definição de Políticas de Expansão do Ensino Médio: Atividades que possibilitem a análise situacional do contexto do ensino médio no país, considerando as especificidades regionais, como instrumentos de subsídio à formulação de políticas para esta etapa da educação básica.

Desempenho:

- Elaboração e disseminação de documento básico de políticas públicas para o ensino médio.

Tendo em vista o aprofundamento de questões relacionadas ao Ensino Médio, tais como: proposta curricular, juventude, organização e estrutura escolar, foram realizadas duas reuniões técnicas, coordenadas pela SEB em articulação com a SETEC, nas quais estiveram presentes representantes do Consed, pesquisadores de universidades envolvidos com pesquisas sobre a juventude e sobre o ensino médio, representantes das Secretarias Estaduais de Educação. Das discussões resultou documento propositivo preliminar que deverá ser analisado pelo próprio grupo e por representação dos estados – fórum dos coordenadores estaduais do ensino médio, com vistas a sua finalização.

A elaboração do documento e sua socialização têm importância visto que deve compor o quadro de orientações político-pedagógicas que subsidiem o atendimento à demanda do ensino médio na perspectiva de garantir acesso, permanência e aprendizado ao estudante.

- Elaboração de estudos de revisão do marco regulatório do Ensino Médio no Brasil

Para elaboração de documento contemplando estudos sobre a evolução normativa e orientadora do ensino médio e análise indicando pontos de estrangulamento, perspectivas de avanços, condições e expectativas futuras relativas a esta etapa de escolarização, foi selecionado consultor, conforme edital nº 12M DF08, Projeto 914BRA1095.

O processo está em fase de finalização da contratação de consultor pela UNESCO, Prodoc 914 BRA 1095, que envolverá despesas previstas de R$ 20.000,00 para execução do produto a ser finalizado ainda em 2008. O trabalho de consultoria possibilita a consolidação de informações esparsas – Diretrizes, Resoluções do CNE, Pareceres, Leis, etc. buscando estabelecer unidade de orientação e encaminhamento de procedimentos relacionados ao ensino médio.

- Realização de seminário interno no MEC sobre o Ensino Médio Integrado

Para a realização do seminário sobre o ensino médio integrado foi elaborado documento preliminar que trata das orientações relacionadas ao Ensino Médio e a especificidade da formação profissional, estruturada em currículo integrado à educação profissional.

O documento, que pretende estabelecer as bases conceituais sobre o ensino médio integrado, foi elaborado a partir de reuniões técnicas promovidas pela SEB/SECAD, no período de maio a agosto, com participação de técnicos das duas secretarias, professores pesquisadores das universidades federais e dos CEFETs, e apresentado em Seminário Interno no MEC, em setembro de 2008, envolvendo, além da participação das diversas direções da SEB e da SETEC, representantes da SECAD e do INEP.

O documento encontra-se em processo de revisão final, deverá servir de orientação para o tratamento conjunto SETEC e SEB do trabalho a ser realizado com o ensino médio, mais especificamente o Ensino Médio Integrado aos cursos profissionais.

- Realização de quatro reuniões técnicas sobre o ensino médio

Como instrumento de subsídio para a formulação de políticas públicas para o ensino médio está em elaboração documento orientador abrangendo os temas: estado da arte do ensino médio (histórico e legislação), currículo e a formação de habilidades e competências; organização do trabalho docente e elaboração de projeto político pedagógico. O Termo de Referência para a contratação de dois consultores para elaborar o documento orientador, está em fase de finalização.

Essa ação tem o objetivo de fortalecer e ampliar as competências dos técnicos da COEM no processo de formulação de políticas para educação básica de nível médio e contribuir para a melhoria do padrão de qualidade desta etapa de ensino. A ação envolverá recursos do PRODOC 914 BRA 1095 no valor de R$ 15.000,00.

O estudo e aprofundamento do material organizado pelos consultores têm como objetivo a ampliação dos conhecimentos técnicos dos servidores da Coordenação Geral de Ensino Médio para o tratamento de problemas e perspectivas atuais do ensino médio.

- Apoio e divulgação de pesquisas/estudos sobre o Ensino Médio e Juventude.

Foi elaborado juntamente com parceiros dos Observatórios Jovens da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e UFF (Universidade Federal Fluminense) projeto de fomento à pesquisa no campo do Ensino Médio e juventude como forma de melhorar as políticas públicas em educação, voltadas para este público. Além do aspecto de fomento à pesquisa, o projeto propõe apoiar a divulgação das mesmas nesse campo.

A forma escolhida para realização e execução financeiras foi a descentralização de créditos à Universidade Federal de Minas Gerais, através da assinatura de Termo de Cooperação entre essa instituição e o órgão concedente, o FNDE. O repasse financeiro totalizou o montante de R$ 586.756,30. As ações envolvem a elaboração de pesquisa sobre o Ensino Médio e a juventude que será publicada abordando tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos que vêm sendo desenvolvidos sobre o tema no Brasil.

Também está prevista a criação de um portal dos Observatórios Jovens que agregará vários temas sobre a juventude e o Ensino Médio, bem como a elaboração de um diretório de publicações existentes sobre o tema. Outra ação que está incluída no projeto é a realização do Encontro de Pesquisadores no Campo do Ensino Médio e Juventude, ainda sem previsão de data. O projeto adequa-se ao plano de expansão do ensino médio no país, na medida em que aprofunda e cria instrumentos de análise sobre o público alvo por excelência desta etapa de ensino que é a juventude entre 15 e 24 anos de idade.

- Reunião técnica e estudos para definição de padrão de qualidade para escolas de Ensino Médio

A COEM, em parceria com a UFG (Universidade Federal de Goiás), desenvolveu projeto para definir os padrões de qualidade das escolas de Ensino Médio. Este projeto prevê a realização de amplo estudo sobre os temas que trazem um padrão real de qualidade às escolas de Ensino Médio brasileiras. O objetivo é a articulação das políticas públicas de educação, de modo eficiente, por meio da apropriação e utilização dos resultados da pesquisa. O montante total do projeto foi de R$ 552.236,00 e a forma escolhida para o repasse e a execução financeira foi a descentralização de créditos à Universidade, por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre a mesma e o órgão concedente dos recursos, no caso o FNDE.

Foi realizado, ainda, o Seminário Nacional de Políticas Públicas para o Ensino Médio, promotor dos primeiros debates sobre o tema, reunindo gestores estaduais e federais da educação em nível médio no país, além de pesquisadores da área, num total de cerca de 80 pessoas, entre os dias 24 e 26/11/2008, em Goiânia.

- Participação de eventos e acompanhamento dos sistemas estaduais e escolas de ensino Médio

A COEM, consoante as suas atribuições de apoio técnico aos Sistemas de Ensino, junto às Secretarias Estaduais de Educação, bem como de acompanhamento de implementação das políticas nacionais, participa de reuniões técnicas, seminários e demais eventos que contribuam para a disseminação e fortalecimento das políticas nacionais de educação, conforme quadro abaixo que descreve as participações da COEM em 2008:

Quadro 98 - Participação da Equipe da COEM/DCOCEB/SEB em Eventos

Ação	Evento/Tema	Justificativa	Mês	Local
Políticas para o EM	Caravana do PDE	Acompanhar os Ministros da Educação e Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos	FEV	Salvador-BA e Recife-PE
	Fórum Mundial de Educação	Representar a SEB	MAR	Nova Iguaçu-RJ
	Seminário "O desafio da construção do ensino médio integrado no estado do Pará"	Palestra	MAI	Belém-PA
	Reunião "Unidad Temática Educación de Mercociudades" e seminário "Propeuestas Innovadoras de Educación Media del Gobierno da la Ciudad de Buenos Aires"	Participação e palestra	MAI	Buenos Aires-ARG
	Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil	Apresentação	MAI	Rio de Janeiro-RJ
	Diálogos Regionais e Encontro Nacional sobre a Implementação da Lei nº10.639/03	Coordenação de discussão de documento base	MAI	São Luis-MA
	IV Encontro de Instituições de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro	Palestra	JUN	Rio de Janeiro-RJ
	Seminário "Balanço e perspectivas do Ensino Médio no Brasil"	Apresentação	JUN	Rio de Janeiro-RJ
	Diálogos Regionais e Encontro Nacional sobre a Implementação da Lei nº10.639/03	Coordenação de discussão de documento base	JUN	Aracaju-SE
	21º Encontro Internacional da Juventude	Debatedor na mesa: a educação como prática de liberdade	AGO	Rio de Janeiro-RJ
	I Encontro dos CEMPs da Baixada Maranhense	Debatedor na mesa: a articulação dos entes federativos para garantia da educação para a juventude brasileira	AGO	São Luiz-MA
	3º Fórum Humanista Brasileiro – pela não violência ativa	Palestrante no Painel sobre Integração Latino - Americana	AGO	Curitiba-PR
	Projeto "Alagoas por Excelência Terra Negra de Zumbi"	Representar a SEB na abertura do evento e reunião com o embaixador de Cabo Verde e estudantes daquele país	AGO	Maceió-AL
	Seminário Internacional de Educação "Educación Secundaria:derecho, inclusión y desarollo"	Palestrante na mesa: "Educación y Trabajo"	SET	Buenos Aires-ARG
	Seminário Nacional de Políticas Públicas para o Ensino Médio	Coordenação, organização e participação	NOV	Goiânia-GO
	Seminário de sensibilização: ensino médio noturno	Palestra: Desafios e propostas das políticas públicas para o ensino médio	DEZ	Natal-RN
Formulação e implementação de Concepções e Orientações Curriculares	II Seminário Estadual do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Palestrante	NOV	Belém-PA
Estudos e publicações	V Seminário de Outono – resultados do PISA	Participação	MAI	São Paulo-SP
	Pesquisa BID	Apresentação da proposta da pesquisa para as SEDUCs	FEV	Ceará; São Paulo e Paraná
	Seminário Brasil Profissionalizado	Participação na mesa sobre Laboratório Didáticos de Ciências	AGO	Natal-RN
	Interlocução com os CAPs	Reunião	SET	Brasília-DF
	Projeto Ciências e Desenvolvimento Sustentável	Reunião	NOV	Santarém-PA
Eventos	Acordo Brasil - Japão	Inspeção e supervisão das escolas para brasileiros no Japão	SET	Japão
	Acampamentos Espaciais	Participação	JUN	Equador
Formação de professores	Seminário Ensino Médio Integrado	Mesa-redonda "Perspectivas do Ensino Médio Modalidade Normal"	SET	Cuiabá-MT
	IV Seminário Estadual-O Currículo das Escolas de Ensino Médio Modalidade Normal	Palestra "Ensino Médio Modalidade Normal"	SET	Natal-RN
	Projeto de Aconselhamento da Carreira Docente para alunos do curso Normal Médio	Reunião na SEDUC para apresentação da proposta	OUT	Curitiba-PR
	Encontro sobre Formação de Professores	Painel Perspectivas n a formação de professores em nível médio na modalidade Normal"	DEZ	Porto Alegre-RS
Fortalecimento do Fórum de Coord. de E. M.	Fórum Nacional de Coordenadores do Ensino Médio	Coordenação, organização e participação	ABR e JUL	Brasília-DF
	Fórum Nacional de Coordenadores do Ensino Médio	Coordenação, organização e participação	NOV	Goiânia-GO

Fonte: COEM/DCOCEB/SEB/MEC

III – Definição de proposta curricular que articule ciência, trabalho, cultura e tecnologia

Elaboração de documento que trata das concepções sobre o ensino da arte, da ciência, da cultura e da tecnologia, contribuindo para as orientações curriculares que integrem estas áreas do conhecimento.

Desempenho:

- Elaboração de documento sobre o ensino de artes no ensino médio

As articulações com a Federação dos Arte/Educadores do Brasil, em reunião realizada em 06/10/2008, com a presença do seu Presidente, contribuíram para a interlocução necessária para o estabelecimento de ações que orientem a proposição de documento sobre o ensino da arte na escola de ensino médio.

Além da reunião, a Secretaria de Educação Básica, apoiou com passagens e diárias, a participação de 6 (seis) professores palestrantes no 18º Congresso Nacional da Federação dos Arte/Educadores do Brasil – CONFAEB, realizado na cidade Crato/CE, de 27 a 30/11/2008.

A participação no evento visa à definição de ações voltadas ao desenvolvimento do currículo, ressaltando dois pontos – a importância do ensino da arte como aspecto fundamental para a ampliação da perspectiva cultural do aluno do ensino médio, bem como elemento agregador para a juventude, viabilizando ações de integração e inserção do estudante na escola e na sociedade.

V – Formulação de diretrizes para inclusão digital no ensino médio

Trabalho junto ao estudante do ensino médio objetivando estimular o uso das novas tecnologias no processo de criação e desenvolvimento do conhecimento contribuindo para o fomento da inclusão digital a jovens e adultos desta etapa da educação básica.

Desempenho:

- Produção de alunos do ensino médio utilizando novas tecnologias

A construção do projeto foi feita em articulação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O projeto visa à elaboração de estudos necessários à identificação de pressupostos que fundamentam a utilização didática de novas tecnologias e, principalmente, incentivar a experiência dos estudantes com essas ferramentas de maneira que a utilizem para mostrar suas impressões do espaço da escola. A forma escolhida para realização e execução financeira do projeto, foi a descentralização de créditos à Universidade Federal do Rio de Janeiro por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre essa instituição e o órgão concedente, o FNDE. O montante total do projeto foi de R$ 276.775,00 e aguarda assinatura do FNDE para a liberação dos recursos.

As ações específicas prevêem a realização de oficinas em sete cidades brasileiras com estudantes de nível médio para capacitação na produção de vídeos; a disponibilização de um *site* para o *upload* de vídeos com a temática da escola de ensino médio de todo o país; a realização de um encontro reunindo algumas das equipes de estudantes que tenham produzido vídeos para o projeto e uma mostra desses vídeos selecionados para o público; a realização de um memorial que indique possíveis encaminhamentos para a consecução do projeto no futuro e evidencie as experiências vividas pelos estudantes de forma que seja possível, a partir deste material, discutir políticas públicas para os jovens do Ensino Médio.

V – Contribuir para a construção da igualdade de gênero nas escolas de ensino médio

Apoio às ações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da Republica, quanto ao Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, como parte do Programa Mulher e Ciência, com participação no comitê organizador, em reuniões técnicas e elaboração e distribuição de documentos de divulgação do prêmio, dentro do que prevê o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SPM/PR, o MEC/SEB/SECAD, o CNPq e a UNIFEM.

Desempenho:

- Produção de cartaz e folder para divulgação do *4º Prêmio – Construindo a Igualdade de Gênero*.

O MEC apóia as ações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na execução do prêmio, consoante ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as partes, publicado no DOU nº 151, página 3, de 07/08/2008. Foram impressos 50 mil cartazes e 500 mil *folders*, totalizando um apoio de R$133.000,00. Trata-se de evento que se realiza junto às escolas de educação básica e superior e envolve assunto de particular importância no contexto dos conteúdos socialmente relevantes à convivência cidadã.

VI – Implementação do Programa Nacional de Ciências e Tecnologia para o Ensino Médio

Desenvolvimento de ações de fortalecimento da educação científica no ensino médio, com a promoção de estudos e apoio a atividades de incentivo à melhoria do ensino das ciências que possibilite o aprimoramento das bases curriculares e metodológicas, como instrumento de integração das práticas pedagógicas com os fundamentos da pesquisa científica e a utilização de recursos tecnológicos que presidem a produção moderna.

Desempenho:

- Projeto Piloto de "Ciência e Desenvolvimento Sustentável" nas Escolas de Ensino Médio da Amazônia

A elaboração do projeto contou com a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Pará (UFPA), além do apoio da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Oeste Paraense (UFOPA). A articulação envolveu ainda a Petrobrás e a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, parceiros na ação.

Projeto-Piloto visa desenvolver um programa de fortalecimento do ensino de ciências e Tecnologia com o tema do desenvolvimento sustentável. A partir das articulações feitas escolheu-se a região do oeste paraense como *locus* privilegiado dessa ação, dadas as suas condições naturais para o desenvolvimento do tema.

Além do objetivo primário de desenvolver um projeto-piloto de fortalecimento do ensino de ciências, há a previsão de realização de pesquisa participativa entre estudantes, professores e pesquisadores das Universidades envolvidas para a aferição de um diagnóstico sobre o ensino de ciências naquela localidade (serão pesquisadas cerca de 80 escolas em diferentes municípios), que servirá de parâmetro para uma possível expansão do projeto para outras regiões do país.

A pesquisa já está em andamento, com todas as escolas e os professores já foram selecionados e a o lançamento oficial do projeto está previsto para o dia 15/12/2008, em Santarém/PA. O montante total do projeto foi de R$ 1.414.093,00 e a forma escolhida para o repasse e a execução financeira foi a descentralização de créditos à Universidade, por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre a mesma e o órgão concedente dos recursos, no caso o FNDE. O termo já foi enviado ao FNDE e aguarda assinatura para a efetivação do repasse.

VII – Disseminação de propostas curriculares e de gestão educacionais inovadoras, considerando as experiências dos Colégios de Aplicação.

Interlocução com os colégios de aplicação, vinculados às Universidades Federais, possibilitando o levantamento de informações relevantes quanto à gestão educacional e proposta curricular, como subsídio a Secretaria de Educação Básica/COEM e aos Sistemas de Ensino na formulação de políticas para o ensino médio.

Desempenho:

- Realização de Reuniões com Diretores dos Colégios de Aplicação das IFES

Com o objetivo de fortalecer a gestão dos Colégios de Aplicação, contribuindo para a disseminação de experiências exitosas juntos aos Sistemas Estaduais de Ensino, por serem centros de referência, foi realizada reunião no dia 08/09/2008 com a participação do representante do CONDICAP, além de dezesseis representantes dos Colégios de Aplicação.

VIII – Promoção de Intercâmbio sobre experiências exitosas do ensino médio.

Elaboração de documento contendo propostas pedagógicas desenvolvidas em unidades escolares de ensino médio, como instrumento de disseminação de experiências exitosas, contribuindo para o fortalecimento da gestão educacional, consoante a construção de projetos político-pedagógicos coerentes com os anseios da comunidade escolar.

Desempenho:

- Elaboração de material orientador para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico nas escolas

Com o objetivo de contribuir com os sistemas de ensino, quando da elaboração e desenvolvimento de projeto político-pedagógico de suas unidades escolares, que seja efetivamente participativo e permita avançar em um processo de melhoria da qualidade da escola, realizou-se, por meio do Edital 10MDF08 a seleção de dois consultores para: produção de material de apoio à implementação do Projeto Político-Pedagógico; organização de proposta de acompanhamento e avaliação da execução do projeto pedagógico das escolas e organização de Seminário sobre o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico e processos de avaliação. O processo de contratação pela UNESCO, Prodoc 914 BRA 1095, está em etapa de finalização, já tendo sido efetivada a assinatura do contrato por parte dos consultores. O custo da consultoria está previsto em R$ 36.000,00 para os dois consultores.

IX – Formulação de subsídios para políticas de formação de professores em nível médio, modalidade normal.

Levantamento de informações sobre a modalidade normal, em nível médio, como instrumento de análise situacional, indutor da formulação de políticas para área, possibilitando o estabelecimento de diretrizes que tratem das estruturas curriculares dos cursos e das condições de trabalho do professor.

Desempenho:

- Realização de encontros com os coordenadores do ensino médio – modalidade normal

O primeiro encontro reunindo os coordenadores/técnicos estaduais responsáveis pelo acompanhamento do Ensino Médio Normal, foi realizado em setembro de 2008 Este primeiro encontro permitiu um levantamento dados sobre a realidade da oferta em 16 estados que oferecem esta modalidade de ensino.

- Elaboração de estudos sobre a modalidade de ensino normal médio

Para a realização de estudos a partir dos dados do Questionário Sócio-Econômico do Enem, no sentido de estabelecer o perfil do aluno do curso normal médio encontra-se em processo de contratação de consultor pelo Prodoc 914/BRA/1095, Edital 13MDF08. O estudo possibilitará informações que melhor orientem a definição de políticas

voltadas tanto para o tratamento desta modalidade de ensino, como uma percepção mais clara sobre o perfil do futuro professor das séries iniciais. A consultoria totalizará R$ 15.000,00 e tem a perspectiva de finalizar o produto ainda este ano.

- Projeto de aconselhamento de carreira docente para alunos do 3º ano do Curso Normal Médio

O projeto realizado em articulação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) propõe o direcionamento e incentivo aos alunos do curso normal médio para a progressão dos estudos em nível superior e a continuação na carreira docente e a elaboração de pesquisas relacionadas ao marco situacional do ensino Normal Médio nos estados selecionados.

A COEM/DCOCEB/SEB realizou diversas reuniões entre pesquisadores da UFRJ e representantes das SEDUC que possuem o maior número de matrículas no curso normal médio para discutir os pressupostos do projeto. O montante total do projeto foi de R$ 879.204,00 e a forma escolhida para o repasse e a execução financeira foi a descentralização de créditos à Universidade, por meio da assinatura de Termo de Cooperação entre a mesma e o órgão concedente dos recursos, no caso o FNDE. O termo já foi enviado ao FNDE e aguarda assinatura para a efetivação do repasse.

X – Definição de estratégias no campo da formação de professores de Sociologia e Filosofia

Análise situacional quanto à formação dos professores de Sociologia e Filosofia, permitindo o estabelecimento de diretrizes para estas áreas de atuação, como instrumento de subsídio à formulação de políticas.

Desempenho:

- Realização do primeiro Encontro Nacional de Professores de Sociologia e Filosofia das Escolas de Ensino Médio.
- A realização do Encontro foi suspensa para este ano por conta do rearranjo orçamentário decorrente da adequação dos outros projetos.

XI – Consolidação do Fórum de Coordenadores Estaduais de Ensino Médio.

Fortalecimento do Fórum de Coordenadores Estaduais de Ensino Médio, como espaço de deliberações coletivas e de disseminação de informações relevantes ao contexto nacional sobre o ensino médio, respeitando-se as especificidades regionais.

Desempenho:

- Realização de três reuniões de coordenadores estaduais do Ensino Médio

Realização de três encontros, sendo os encontros de abril e julho em Brasília e o de novembro, em Goiânia, com, aproximadamente, 35 participantes no primeiro encontro e 40 no segundo, sendo que o último contou com cerca de 80. Participaram coordenadores estaduais de Ensino Médio e convidados representantes do Conselho Nacional de Dirigentes de Colégios de Aplicação das Instituições de Ensino Superior (CONDICAP), bem como do Colégio Pedro II, além de mais de 10 pesquisadores de diversas Universidades e da equipe da Coordenação Geral do Ensino Médio da SEB.

XII - Intercâmbio Brasil/Colômbia

a) Objetivo: aumentar o efetivo de docentes aptos a lecionar a Língua Portuguesa e o Espanhol na região de fronteiras dos dois países. As partes se comprometem a adotar as medidas necessárias para implementar iniciativas conjuntas no que concerne ao ensino dos dois idiomas na região fronteiriça, particularmente, nas cidades de Letícia e Tabatinga, considerando o componente cultural e social que as caracteriza.

b) Relevância da ação no cenário educacional: o Intercâmbio Brasil-Colômbia está formalizado no "Memorando de Entendimento sobre o Ensino de Português e Espanhol na Região Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia", no qual ambos os países se comprometem a adotar medidas para implementar o ensino das duas línguas na região fronteiriça, tendo em vista:

- o reconhecimento do papel da cultura;
- a integração dos dois países; e
- a importância da educação e da diversidade cultural para a preservação dos valores e da identidade dos povos.

Esses pressupostos fundamentam a promoção de cursos de capacitação docente para futuros professores de língua espanhola e de língua portuguesa, com o objetivo de aumentar o efetivo de docentes aptos a lecionar ambos os idiomas na região de fronteiras dos dois países.

c) Público-alvo: Professores das redes públicas de ensino de ambos os países.

d) Modo de implementação: foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, no período de 17 de novembro de 2008 a 01 de dezembro de 2008, o Curso de "Imersão em Português para Professores Colombianos". Este curso destinou-se a 19 professores colombianos e foi implementado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL).

Considerando o cumprimento do "Memorando de Entendimento" supramencionado, coube ao MEC contratar serviços de hospedagem, alimentação e traslado para os docentes, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB).

e) Fluxos da ação e desempenho: esta ação diz respeito ao Objetivo Imediato 2 do Projeto UNESCO 914 BRA 1095, relativo ao desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada para professores e demais profissionais da Educação Básica com vistas a contribuir com a qualificação da atuação desses profissionais. O resultado previsto é a formação continuada de professores e demais profissionais da Educação Básica desenvolvida e testada. A atividade correspondente à ação leva em conta a realização e o apoio a cursos e seminários de capacitação de professores e demais profissionais da educação. A Linha Orçamentária é a 21-01. O curso aconteceu dentro da normalidade, no prazo previsto. Os serviços contratados foram para 20 participantes, não comparecendo um deles por problemas de saúde, totalizando, portanto, 19 professores. O valor contratado para o evento foi R$ 36.150,00 (trinta e seis mil, cento e cinqüenta reais), estando incluídas nesse valor as despesas com a alimentação, hospedagem e translado. Para a viagem de volta foi pago uma diária no valor de R$ 130,57 (cento e trinta reais e cinqüenta e sete centavos) para cada participante totalizando R$ 2.480,83 (dois mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta e três centavos). A despesa com as passagens aéreas dos professores colombianos foi de R$ 63.103,56 (sessenta e três mil cento e três reais e cinqüenta e seis centavos). Para cálculo do valor efetivamente gasto, aguarda-se a emissão da Nota Fiscal. A execução físico-financeira encontra-se sob a responsabilidade da CGPG.

Quadro 99 - Política do Ensino Médio – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Currículo em Movimento do Ensino Médio	Passagem	112 - SEB/MEC		78.359,25
	Diária	112 - SEB/MEC		27.829,52
	TOTAL			**106.188,77**
	ITEM DE DESPESA	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
Política do Ensino Médio	Serviço de degravação de áudio, para o Departamento de Ensino Médio.	UNESCO	914BRA1095	3.400,00
	Projeto gráfico da publicação e a identidade visual do Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas.	UNESCO	914BRA1095	4.400,00
	Revisão conceitual e de conteúdo da pesquisa: Pessoal Docente para o Futuro: remediar a escassez de pessoal docente para alcançar o objetivo de educação para todos.	UNESCO	914BRA1095	4.400,00
	Consultoria - Programa Brasil Profissionalizado	UNESCO	914BRA1095	36.000,00
	Consultoria - Pessoal Docente	UNESCO	914BRA1095	15.000,00
	TOTAL			**63.200,00**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 100 - Intercâmbio Brasil – Colômbia – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
SERVIÇOS	Evento - Imersão de Português par a Professores Colombianos - Intercâmbio Brasil - Colômbia - Florianópolis-SC - 16.11 a 02.12.08	UNESCO	914BRA1095	35.574,00
PASSAGEM		112 - SEB/MEC		2.060,98
		UNESCO	914BRA1095	26.569,92
DIÁRIA		112 - SEB/MEC		1.786,19
		UNESCO	914BRA1095	2.480,83
TOTAL				**68.471,92**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 101 - Metas Previstas e resultados alcançados – Ação 8686 - Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ensino Médio

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
27	27	100	3.873.360,00	837.766,22	22
Produto: Sistema de Ensino Apoiado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 102 - Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 8686

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	217.008,42	0	0	0
3.3.90.30	Material de Consumo	93.680,00	8.695,83	3.350,00	3.350,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	290.000,00	81.981,59	78.409,59	78.409,59
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	343.666,70	19.200,00	8.001,00	7.680,95
3.3.90.00	Aplicações Diretas	599.122,20	0	0	0
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	1.199.168,00	0	0	0
3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	313.760,88	3.840,00	1.600,20	1.600,20
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	777.578,80	724.048,80	335.047,38	335.047,38
3.3.90.14	Diárias - Civil	39.375,00	0	0	0
Valor Total - R$		**3.873.360,00**	**837.766,22**	**426.408,17**	**426.088,12**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.3.7. Ação 8870 – Olimpíadas Escolares

Quadro 103 – Dados gerais da Ação 8870

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular, entre os estudantes, o domínio nas diversas áreas de conhecimento, bem como propiciar o aperfeiçoamento e valorização profissional dos professores das redes públicas de ensino.
Descrição	Promoção de certames, em âmbito nacional e internacional, nas diversas áreas de conhecimento da Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Cláudio Fernando André
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para Educação Básica compete
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 11, Inciso I: propor e apoiar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, a garantia de formação inicial e continuada, visando à valorização dos profissionais da educação básica.

A execução orçamentário-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB, na condição de Unidade Gestora, desempenha papel de grande relevância na execução da ação, já que a ela cabe zelar pela na definição das diretrizes políticas e metodológicas, pela articulação com os parceiros, pela implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, bem como pelo monitoramento dos seus resultados. Eventualmente, em casos de repasse a convênios firmados pela SEB, antes da Portaria nº 21/2008, ou em casos de licitação, o recurso é repassado do FNDE para execução pela SEB. Em 2008, a SEB, por meio da Comissão de Licitação da Subsecretaria de Assuntos Administrativos licitou, e contratou valores da ordem de R$ 299.677,75 (Quadro 2).

Em 2008, a ação 8870 teve um desempenho surpreendente, superando em muito a meta física estipulada. Isso se deu ao fato de o MEC ter optado por apoiar descentralizadamente, por meio dessa política, feiras e demais eventos compatíveis com as diretrizes do MEC para a área.

2.3.3.7.1. Olimpíadas de Matemática

A - Objetivo: a melhoria da qualidade da educação básica; incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, colaborando para sua valorização profissional; estimular e promover o estudo da Matemática entre alunos das escolas públicas; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas, contribuir para a integração entre escolas públicas, universidades, institutos de pesquisa e sociedades científicas, promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

B - Relevância da ação no cenário educacional: o Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) tem como finalidade o fomento e a execução de atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria do ensino na área da matemática, por meio do estabelecimento de parcerias. O MEC busca ampliar o alcance das Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que chegou a 18 milhões de estudantes de escolas públicas, e 2008, pode alcançar 19 milhões em 2009. As Olimpíadas de Matemática devem se constituir em instrumento eficaz no incentivo à educação científica, na educação básica, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais das disciplinas que compõem a área de ciências da natureza e da matemática.

C - Público alvo: Estudantes de escolas públicas de ensino.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica.

- Preparar e operacionalizar provas e material complementar, viabilizando a realização da 4ª OBMEP em todas as escolas inscritas nas 1ª e 2ª fases;
- Conceder aos 3.000 alunos premiados bolsas de iniciação científica júnior e oferecer programa de acompanhamento dos alunos em pólos de atividades em todo o Brasil;
- Premiar 127 professores com curso de aperfeiçoamento no IMPA;
- Distribuir aos alunos premiados as medalhas e menções honrosas, de acordo com o regulamento.

E - Fluxo da ação e desempenho: O FNDE descentralizou Crédito Orçamentário para o Ministério de Ciência e Tecnologia no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para o desenvolvimento das ações relativas à 4ª OBMEP. A descentralização de crédito decorre da necessidade de se transferir recursos do MEC, sendo a unidade orçamentária o FNDE, para o MCT, objetivando, exclusivamente, à realização da 4º OBMEP.

2.3.3.7.2. Olimpíadas de Ciências

A – Objetivo: Apoiar a realização da Olimpíada de Ciências em âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas.

B - Relevância da ação no cenário educacional: As Olimpíadas de Ciências devem se constituir como instrumento eficaz no incentivo à educação científica na educação básica contribuindo, de fato, para a melhoria dos indicadores educacionais.

C -Público alvo: Estudantes de escolas do ensino fundamental e ensino médio.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. Seleção de propostas pelo CNPQ para apoio financeiro a projetos relacionados ao objeto em conformidade com as condições estabelecidas no regulamento/condições específicas, que determinará, também, condições e requisitos, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

E - Fluxo da ação: a presente ação foi executada mediante descentralização de recursos do MEC para o CNPq no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

F – Desempenho: o desenvolvimento das ações relativas à Olimpíada de Ciências é da responsabilidade do CNPQ.

2.3.3.7.3. Feira Nacional de Ciências da Educação Básica - FENACEB

A - Objetivo: o Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica – Fenaceb - foi concebido com o objetivo de expandir e incrementar o ensino de Ciências nas escolas de ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) e de ensino médio das redes públicas federal, estadual e municipal. Visa à melhoria e ampliação da abordagem e à construção do conhecimento científico nos componentes curriculares que integram o campo das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. O Programa visa estimular iniciativas estaduais, municipais e regionais desenvolvidas por professores e estudantes do ensino fundamental (5ª à 8ª série) e do ensino médio, nas diversas áreas do conhecimento; fomentar atividades de iniciação científica na educação básica, visando ao desenvolvimento e à elaboração de projetos e oportunizar a alunos e professores exposição e difusão da produção científica e cultural das escolas públicas de educação básica.

B - Relevância da ação no cenário educacional: a Feira Nacional de Ciências da Educação/FENACEB, evento de convergência do Programa de Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas, permite que a sociedade brasileira conheça a produção científica das escolas da rede pública de educação b´sica, como oportunidade relevante para que professores e alunos possam se aproximar mais das atividades científicas desenvolvidas no meio escolar, contribuindo para sua autonomia intelectual e despertando a criatividade e a capacidade de construir conhecimento.

C - Público alvo: estudantes de escolas públicas de educação básica de todo o Brasil, selecionados por Secretarias Estaduais de Educação, Universidades, Centros de pesquisa e outras instituições científicas e educacionais.

D - Modo de implementação: para a promoção do apoio a evento de natureza científica, Feiras e Mostras de Ciências na Educação Básica, a DCOCEB realizou os seguintes procedimentos visando garantir transparência e equidade no atendimento aos sistemas de ensino:

- Publicação de Resolução FNDE/CD estabelecendo as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no exercício de 2009, objetivando a realização de eventos técnico-científicos - nas categorias de Feiras de Ciências e Mostras Cientificas;
- Lançamento de Chamada Pública, em Edital a ser publicado pela SEB/MEC, com o estabelecimento de critérios e componentes de análise dos projetos de eventos científicos;
- Designação da Comissão Nacional de Avaliação dos projetos, por Portaria da SEB/MEC.
- Seleção dos projetos apresentados, com registro, pareceres e ata de encaminhamento sobre o processo.

- Divulgação dos Projetos Selecionados, que deverão apresentar documentos exigidos junto ao FNDE para formalização da assistência financeira pretendida; e
- Formalização dos instrumentos de acordo e pactuação para execução dos projetos selecionados.

E - Fluxo da ação e desempenho: a despesas relativas aos serviços contratados, Pregão 12/2008, estimadas em R$ 276.197,00, obtiveram disponibilidade orçamentária do Programa/Ação PPA 2008/2011: 1061/8870 – Brasil Escolarizado/Olimpíadas Escolares, Programa de Trabalho 12.3921448.8870.0001, PI 8870B10419, Fonte 113, Elemento de Despesa 3.3.90.39. O valor total executado, consoante as supressões e acréscimos necessários é de R$ 299.677,75, superior em R$ 23.480,75 ao valor estimado do contrato.

O Programa contemplou componentes e critérios de avaliação que estimularam a constituição de consórcios de instituições, procurando aproximar as instituições de pesquisa, educação e de fomento a educação científica, constituindo um Programa de Educação Científica do Estado ou da Região, tendo como foco a melhoria da qualidade do ensino das ciências na educação básica.

2.3.3.7.4. Apoio a Feiras, Mostras Científicas e Eventos de Formação em Educação Científica

A – Objetivo: apoiar a realização de feiras, mostras científicas e eventos de formação em educação científica em diversas Universidades, CEFETs, Fundações, conforme quadro abaixo. A proposta da descentralização desses recursos é a apresentação de trabalhos científicos com vistas a melhorar o nível de desempenho intelectual dos alunos das escolas de ensino fundamental e médio.

B - Relevância da Ação no Cenário Educacional: permitir que a sociedade brasileira conheça a produção científica das escolas da rede pública de ensino fundamental e de ensino médio, como oportunidade relevante para que professores e alunos se aproximem mais das atividades científicas desenvolvidas no meio escolar, contribuindo para sua autonomia intelectual e despertando a criatividade e a capacidade de construir conhecimento.

C - Público alvo: estudantes de escolas do ensino fundamental e ensino médio.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A realização das feiras, mostras científicas e eventos de formação em educação científica deu-se por meio da descentralização de créditos do MEC para as instituições convenentes.

E - Fluxo da ação e desempenho: as ações foram executadas mediante descentralização de créditos orçamentários para as instituições parceiras, as quais contemplaram componentes e critérios de avaliação que estimularam as instituições de pesquisa, de educação e de fomento à educação científica, tendo como foco a melhoria da qualidade do ensino na educação básica. O Quadro 95 resume os valores descentralizados em 2008.

Quadro 104 - Apoio a Feiras, Mostras Científicas e Eventos de Formação em educação Científica

nº	Instituição	Evento	Valor R$	Forma	Situação
1	UFPelotas	IV Simpósio Sul-Rio-Grandense de Ciências e Matemática III Feira Rio-Grandense de Ciências	75.000,00	Desc. de Crédito	Efetivada
3	UFSC	IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre questões curriculares	20.000,00	Desc. De Crédito	Efetivada
4	UFSC	III Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar ; I Fórum Nacional de Iniciação Científica no Ens. Médio e Tecnológico e III Feira Estadual de Ciência e Tecnologia	265.000,00	Desc. De Crédito	Efetivada
5	UFMG	Feira de Ciências da Ed. Básica de M.G	84.000,00	Desc. De Crédito	Efetivada
6	UFBA	23ª Olimpiada Ibero-Americana de Matemática	40.000,00	Desc. De Crédito	Cancelada
7	Agência Espacial Brasileira	IV Jornada Espacial e XI Olimpiada Brasileira de Astronomia	69.282,30	Desc. De Crédito	Efetivada
8	UFUberlândia	Ciência Viva	47.550,00	Desc. De Crédito	Efetivada
*9	MCT	IV Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas	15.000.000,00	Desc. De Crédito	Efetivada
*10	CNPq	Edital Olimpíadas de Ciências	500.000,00	Desc. De Crédito	Efetivada
11	UFRGS	Concurso e Curso sobre o Ano Polar Internacional -2007/2009	75.000,00	Desc. De Crédito	Cancelada
12	CEFET PB	Feira de Ciências e Tecnologia do CEFET -PB	23.010,00	Desc. De Crédito	Efetivada
13	CEFET BG	Mostra Técnica e Científica do CEFET-BG	18.143,00	Desc. De Crédito	Efetivada
14	CEFET Guanambí/BA			Passagens e Diárias	Efetivado
15	UNESCO	Dia Mundial da Ciência pala Paz e pelo Desenvolvimento	90.000,00	Passagens e Diárias	Efetivado
16	Fundação Liberato	MOSTRATEC-Novo Hanburgo		Passagens e Diárias	Efetivado
TOTAL:			**16.216.985,30**		

Fonte: CGETEC/DPFORM/SEB/MEC

2.3.3.7.5. Olimpíada de Língua Portuguesa

A – Objetivo: em 2008, o MEC lançou a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro, dirigida aos alunos das escolas públicas com o objetivo estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos.

B - Desempenho: a Olimpíada contou com a participação de 5.545 municípios, 55.570 escolas, 130.650 professores e 6.092.580 alunos de todas as Unidades da Federação. Como um dos objetivos da Olimpíada de Língua Portuguesa é também contribuir para o processo de reformulação das práticas de ensino de leitura e escrita nas escolas públicas, foram realizadas, nas suas várias fases, atividades de formação com os professores participantes.

Quadro 105 - Ação 8870 – Olimpíadas Escolares – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Feira de Ciências	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		72.333,44
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		29.297,82
	TOTAL			**101.631,26**
Olimpíadas Escolares	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		12.748,22
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		3.629,95
	TOTAL			**16.378,17**
Fenaceb	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	Serviço - Garantia de locação do Centro de Convenções Ulisses Guimarães - Feira Nacional de Ciências da Educação Básica/fenaceb - 15 a 17.04.08	UNESCO	914BRA1095	2.406,00
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		17.297,82
		UNESCO	914BRA1095	608,24
		PNUD	BRA/03/004	767,74
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		2.404,92
		PNUD	BRA/03/004	120,26
	TOTAL			**23.604,98**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 106 - Metas Previstas e resultados alcançado - Ação 8870 – Olimpíadas Escolares

Meta física			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
2	11	550	16.630.000,00	16.361.734,75	98
Produto: Evento realizado Unidade de Medida: Unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 107– Execução Financeira por Natureza de Despesa - Ação 8870

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.50.41	Contribuições	0	0	0	0
3.3.90.30	Material de Consumo	50.928,53	22.073,97	21.439,93	10.306,97
3.3.90.20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0	0	0	0
3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil	55.638,78	26.362,64	23.596,63	22.645,78
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	898.314,17	734.527,65	455.952,45	452.772,45
3.3.50.00	Transferêcias a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0	0	0	0
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	113.100,00	66.923,81	37.423,73	35.153,96
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.018,52	11.846,68	9.471,68	9.471,68
Valor Total - R$		**16.630.000,00**	**16.361.734,75**	**16.047.884,42**	**16.030.350,84**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.3.8. Gestão da Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Quadro 108 – Dados gerais da Ação 0509

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Educação Básica.
Descrição	Esta ação pretende implementar projetos de forma direta, ou em parceira por intermédio de transferências voluntárias, destaque de crédito ou mediante a realização de contratos e acordos com instituições públicas, organizações não-governamentais ou Organismos Internacionais. Serão apoiados projetos em todas as etapas da educação básica, implementadas ações que visem à interface do FNDE e do MEC com as instituições públicas de todas as esferas de governo, bem como apoiadas financeiramente, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, ações finalísticas da Autarquia, para promover a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	FNDE
Coordenador nacional da ação	Adalberto Domingos da Paz
Unidades executoras	FNDE
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPG/SEB
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10.

2.3.3.8.1. Coleção Explorando o Ensino

A – Objetivo: apoiar o trabalho do professor em sala de aula, oferecendo-lhe material científico-pedagógico que permita aprofundar os conteúdos das áreas de conhecimento e disciplinas da educação básica, bem como sugerir formas alternativas de abordá-los em sala de aula.

B - Relevância da ação no cenário educacional: trata-se da reimpressão dos volumes 9 e 10, e a primeira impressão dos volumes 11, 12 e 13, da Coleção Explorando o Ensino. Os volumes 9 e 10 da Coleção Explorando o Ensino – "Antártica" e "O Brasil e o Meio Ambiente Antártico", respectivamente - estão esgotados desde 2007, pois a tiragem de mil exemplares de cada volume foi insuficiente para atender às escolas. Essas publicações integram as ações de formação do Ministério da Educação, constituindo instrumentos relevantes para a formação continuada dos professores de Educação Básica e conseqüente melhoria da qualidade do ensino. Abordam questões conceituais, teóricas e metodológicas, estimulando o debate e a análise de temas relativos ao trabalho dos professores. Os conteúdos das referidas publicações foram desenvolvidos no âmbito de uma parceria entre o Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente.

C - Público alvo: escolas públicas de ensino médio, ensino fundamental, educação profissional, Secretarias de Estado da Educação e parceiros – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Agência Espacial Brasileira (AEB) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. A concepção dos materiais - conteúdo e arte - foi desenvolvida por especialistas, parceiros ou contratados pela Unesco, no âmbito do Prodoc BRA 1065. A impressão e a distribuição dos livros é feita por meio de contrato firmado com empresa gráfica vencedora de pregão eletrônico realizado pelo FNDE. No período 2004-2007, foram publicados 10 volumes da coleção:

- Matemática (volumes 1, 2 e 3) - tiragem média de 72.000 exemplares distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio;
- Química (volumes 4 e 5) - tiragem média de 72.000 exemplares distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio;
- Biologia (volume 6) - tiragem média de 72.000 exemplares distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio;
- Física (volume7) - tiragem média de 72.000 exemplares distribuídos a todas as escolas públicas de ensino médio
- Geografia (volume 8) teve uma tiragem de 180 mil exemplares distribuídos para as escolas de ensino médio e também para as escolas públicas de ensino fundamental de 5ª a 8ª série;
- Antártica (volume 9) - tiragem de 1.000 exemplares para o lançamento no Fórum do Mercosul, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 2006 (não distribuídos para as escolas);
- Meio Ambiente Antártico (volume 10) - tiragem de 1.000 exemplares para o lançamento no Fórum do Mercosul, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 2006 (não distribuídos para as escolas);

Em 2008, em parceria com a Agência Espacial Brasileira/MCT, foram elaborados conteúdos e a arte dos seguintes volumes, que serão encaminhados para as escolas públicas de ensino médio e de ensino fundamental de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano), juntos com os volumes 9 e 10:

- Fronteira Espacial-Astronomia (volume 11);
- Astronáutica (volume 12);
- Mudanças Climáticas (volume 13).

E - Fluxo da ação e desempenho: a DCOCEB elaborou o planejamento da produção e da distribuição dos volumes 11, 12 e 13, além da reimpressão dos volumes 9 e 10, e iniciou a execução - foi elaborado o Termo de referência, aprovado pelo Comitê de Publicações do MEC, e encaminhado ao FNDE para a abertura de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com o objetivo de contratar empresa gráfica para imprimir e distribuir os materiais especificados no Quadro 99, cujos recursos para custear as despesas descritas ocorrerão à conta do PT 12.361.1448.0509.0001, Ação 0509, PTRES 021039, ND 3.3.90.39. Essa ação encontra-se na fase de cotação, etapa indispensável à fase externa do processo de licitação.

Quadro 109 - Resumo dos materiais da Coleção Explorando o Ensino

Kits	Volume	Título	Páginas	Tiragem
Kit 1	**9**	Antártica - Volume 9	168 pág + capa	71.534
		CD ROM (1 matriz)	-	71.534
Kit 2	**10**	O Brasil e o Meio Ambiente Antártico – Volume 10	140 pág + capa	18.603
		CD-ROM (1 matriz)	-	18.603
Kit 3	**11 e 12**	Fronteira Espacial – Astronomia Volume 11	232 pág + capa	73.634
		Fronteira Espacial – Astronáutica Volume 12	348 pág + capa	73.634
		CD ROM "MACA" CD 1	-	73.634
		CD ROM "MACA" CD 2	-	73.634
		CD ROM "MACA" CD 3	-	73.634
		CD ROM "Atlas de Ecossistemas da América do Sul e Antártica"	-	73.634
		CD ROM "Da Terra ao espaço"	-	73.634
		CD ROM "Satélites e seus subsistemas"	-	73.634
		CD ROM "Missão Centenário"	-	73.634
		Caixa-kit para embalar os volumes 11 e 12 e os CD ROM com encarte	-	73.634
		Encarte (Capa) para colocação de 7 CD ROM	3 folhas	73.634
		Formulário – questionário: Pesquisa de opinião/sugestões	1	73.634
Kit 4	**13**	Mudanças Climáticas – Volume 13	348 pág + capa	73.634
		CD ROM (1 matriz) Mudanças Ambientais Globais	-	73.634
		Formulário – questionário: Pesquisa de opinião/sugestões	1	73.634

Fonte: COGEAM/DPFORM/SEB/MEC

2.3.3.8.2. Provinha Brasil

A – Objetivo: a avaliação Provinha Brasil visa oferecer às redes públicas de ensino um instrumento de diagnóstico do nível de alfabetização das crianças com idade entre seis e oito anos de idade.

B - Relevância da ação no cenário educacional: o MEC, por meio do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), e da SEB organizou a Provinha Brasil. Ela é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que oferece às redes de ensino um instrumento para que possam acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização de cada escola pública brasileira. A Provinha Brasil se diferencia das demais avaliações que vêm sendo realizadas porque fornece respostas diretamente aos professores responsáveis pela alfabetização e gestores da escola, colaborando para uma avaliação diagnóstica como instrumento pedagógico.

A Provinha Brasil oferece às redes de ensino um instrumento para acompanhar a evolução da qualidade da alfabetização, prevenindo assim, o diagnóstico tardio dos déficits de letramento. Dessa forma, contribui para maximizar a qualidade de ensino e minimizar as desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

É importante avaliar para saber, a tempo de sanar eventuais problemas, quais capacidades de leitura os alunos possuem e quais capacidades eles não possuem. Foram identificados, em alunos da 4ª série, problemas como baixa proficiência nas provas de leitura - e a falta de domínio de leitura pode inviabilizar o bom prosseguimento dos estudos. Assim, para atuar preventivamente, é necessário detectar dificuldades e defasagens dos alunos na fase inicial de modo que as intervenções possam acontecer no momento certo.

C - Público alvo: escolas públicas que ofertam ensino fundamental.

D - Modo de implementação: a execução física da ação é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica. As redes públicas de ensino que desejam aplicar a Provinha Brasil podem acessar no sítio do Inep todo o material necessário do kit Provinha Brasil, composto por:

"Provinha Brasil – Caderno do Aluno"
"Provinha Brasil – Caderno do Professor/Aplicador"
"Provinha Brasil – Passo a Passo"
"Provinha Brasil – Como Entender os Resultados – Guia de Correção"
"Provinha Brasil – Reflexões sobre a Prática"

O MEC envia o kit Provinha Brasil impresso para as escolas dos anos/séries iniciais do ensino fundamental de 3.133 municípios, cujas redes apresentam Ideb de até 4,1. A quantidade dos kits encaminhada é igual ao número de alunos matriculados no segundo ano de escolarização (2ª série do EF de oito anos e/ou 2º ano do EF de nove anos).

A avaliação é uma iniciativa do MEC que visa oferecer às redes públicas de ensino um instrumento de diagnóstico do nível de alfabetização das crianças com idade entre seis e oito anos de idade. O teste é aplicado em sala-de-aula pelos próprios professores. A data para a aplicação da Provinha Brasil é sugerida pelo MEC, sendo que a adesão das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal é voluntária.

A Provinha Brasil segue os mesmos moldes em todos os testes aplicados, sendo que apresenta diferenças em relação às habilidades medidas, o grau maior de complexidade é elevado, com o intuito de possibilitar que os professores verifiquem os avanços de cada um de seus alunos, no domínio dos códigos e compreensão da leitura e escrita, no período posterior ao diagnóstico realizado por meio do teste anterior.

As redes que não fizeram a aplicação do primeiro teste nas suas escolas podem aplicar o segundo, com o objetivo de avaliar de forma sistematizada em que nível de alfabetização se encontram os alunos concluintes do segundo ano de escolaridade. Os dados coletados por meio da avaliação contribuem com o planejamento pedagógico dos professores que trabalham com as crianças no terceiro ano de escolaridade, bem como subsidiam a produção de estatísticas e a formulação de políticas públicas educacionais.

E - Fluxo da ação e desempenho: a produção e distribuição dos materiais (provas impressas, livros, cadernos, DVD etc) são feitas por execução direta, operacionalizada pelo FNDE, mediante solicitação da SEB, os quais em conjunto respondem pela execução do contrato com a licitante vencedora. O Inep elabora os instrumentos de avaliação disponibilizado aos gestores das redes. As Secretarias Estaduais e Municipais de Educação aplicam os instrumentos.

Em 2008, além da impressão e da distribuição de 95.320 kits da Provinha Brasil para as escolas de ensino fundamental de 3.133 municípios, das 27 Unidades da Federação, cujas redes apresentam Ideb de até 4,1, o MEC distribuiu 143.302 exemplares do DVD – Ações do PDE, Provinha Brasil – sendo 136.658 para as escolas do ensino fundamental, 5.559 para as Secretarias Municipais de Educação e 585 para as Secretarias Estaduais de Educação. Para a produção e distribuição desses materiais, foram contratados os serviços de duas empresas, cujos contratos firmados totalizaram o valor de R$ 5.988.690,80, conforme especificado no Quadro 43.

Quadro 110 – Contratos – Provinha Brasil

Item	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número do Empenho	Data do Empenho	Valor (R$)
Contrato nº 09/2008 – 143.302 Kit Provinha Brasil/08	12.361.1061.0509.0105	0313150072	339039	2008NE900152	27/03/2008	1.149.997,00
Contrato nº 16/2008 – 143.302 kit DVD	12.361.1061.0509.0105	0300000000	339039	2008NE900254	16/04/2008	303.800,24
Contrato nº 1134/2008 – 152.393 Kit Provinha Brasil/09	12.361.1448.0509.0001	0113150072	339039	2008NE900964	17/12/2008	4.534.893,56
TOTAL						**5.988.690,80**

Fonte: COEF/DCOCEB/SEB/MEC

Quadro 111 – Provinha Brasil – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
SERVIÇOS	Reunião com Dirigentes do Consed e Seccionais da Undime - Brasília-DF - 05 a 06.05.08	UNESCO	914BRA1095	7.435,12
	Reunião com os Dirigentes das Secretarias Municipais de Educação dos 150 maiores municípios brasileiros - Brasília-DF - 15 a 16.05.08	UNESCO	914BRA1095	9.277,44
PASSAGEM		112 - SEB/MEC		30.402,70
		UNESCO	914BRA1095	854,86
DIÁRIA		112 - SEB/MEC		5.056,70
		UNESCO	914BRA1095	130,57
TOTAL				**53.157,39**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.3.3.8.3. *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores*

Em 2008, foi empenhado e repassado o valor de *R$ 87.053,00, da* Ação 0509, no âmbito do convênio nº 019/2004, da *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. Isso ocorreu em virtude da necessidade de realizar despesas de capital para aquisição de equipamentos e material permanente, que não poderia ser atendida pela Ação 6333 que se destinava exclusivamente a despesas correntes.*

Quadro 112 - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – Atendimento em 2008

IES/IFES	Área	Repasse	Tipo de contrato	Estados atendidos
PUC-SP	Artes e Educação Física	R$ 87.053,00	Convênio	ES, MG, RJ, SP

Fonte: CGFORM/DPFORM/SEB/MEC

Quadro 113 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 0509

Meta física			Meta financeira		
Prevista	Realizada	%	Prevista R$	Realizada R$	%
971	557	57	908.751.782,00	844.223.989,78	93
Produto: projeto apoiado Unidade de Medida: unidade					

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 114 – Execução financeira por Natureza de Despesa - Ação 0509

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.50.41	Contribuições	10.483.513,83	9.670.223,83	6.991.280,83	6.991.280,83
4.4.40.42	Auxílios	193.769.301,30	189.735.963,16	65.167.246,13	28.201.347,99
4.4.30.42	Auxílios	374.742.361,76	373.266.975,39	189.842.911,16	19.304.458,52
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.924.008,53	1.082.003,52	60.385,80	60.385,80
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	54.499,95	45.999,95	45.999,95	45.999,95
3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	795.795,90	479.335,02	10.976,00	10.976,00
3.3.30.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	450.460,00	324.880,00	0,00	0,00
4.4.30.52	Equipamentos e Material Permanente	77.000,00	77.000,00	0,00	0,00
4.4.50.52	Equipamentos e Material Permanente	16.300,00	16.300,00	0,00	0,00
3.3.40.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	31.440,00	31.440,00	0,00	0,00
3.3.30.41	Contribuições	178.866.988,45	177.487.905,50	132.527.204,38	127.853.401,33
3.3.40.41	Contribuições	13.064.744,46	10.087.208,59	3.497.290,26	3.388.742,21
3.3.90.30	Material de Consumo	451.959,57	228.034,33	0,00	0,00
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	2,00	0,00	0,00	0,00
4.4.50.42	Auxílios	226.366,50	129.313,50	21.053,50	21.053,50
			87.053,00	87.053,00	87.053,00
3.3.80.41	Contribuições	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.80.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.631.000,05	1.631.000,05	1.631.000,05	1.631.000,05
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	91.530.241,44	44.875.506,72	73.237,16	66.077,16
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.112.688,99	32.932.234,78	7.666.198,95	7.662.822,45
3.3.90.14	Diárias - Civil	249.056,23	33.521,74	11.021,74	11.021,74
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	589.439,41	491.914,51	292.007,71	54.027,72
4.4.40.00	Transferências a Municípios	2,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	2.515.500,00	1.450.836,19	0,00	0,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	109.771,63	0,00	0,00	0,00
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.340,00	59.340,00	2.000,00	2.000,00
Valor Total - R$		**908.751.782,00**	**844.223.989,78**	**407.927.016,62**	**195.391.798,25**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.3.9. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1448

Quadro 115 – Dados gerais da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1448

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Coordenador nacional da ação	Adalberto Domingos da Paz
Unidades executoras	SEB/FNDE
Áreas (da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPG/SEB FNDE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.320/2007, Art. 10.

A - Resultados da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1448

Os resultados da ação 2272 indicam um bom desempenho gerencial; os dois quadros a seguir apresentados especificam os itens das despesas e os respectivos valores referentes a essa ação.

Quadro 116 – Execução financeira por Natureza de Despesa, Ação 2272 – 2008

Código	Natureza de Despesa	Lei + Créditos (autorizado) R$	Empenhado R$	Liquidado R$	Pago R$
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	367.733,22	309.996,55	309.996,55	309.996,55
4.4.90.00	Aplicações Diretas	0	0	0	0
3.3.90.49	Auxílio-Transporte	7.191,50	3.847,43	3.847,43	3.847,43
3.3.90.04	Contratação por Tempo Determinado	13.478.037,94	13.204.729,78	13.204.729,78	13.204.729,78
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	50.682,50	31.454,52	31.454,52	31.454,50
3.3.90.45	Equalização de Preços e Taxas	12.699,09	11.058,66	11.058,66	11.058,66
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.516.181,20	3.905.740,12	2.397.260,76	2.397.260,76
3.3.90.14	Diárias - Civil	50.000,00	32.145,66	32.145,66	32.145,66
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	446.000,00	353.827,06	307.827,06	307.827,06
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	52.400,00	27.361,54	24.961,54	24.961,54
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	12.458,62	12.458,62	12.458,62	12.458,62
3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.006.615,93	0	0	0
Valor Total - R$		**27.000.000,00**	**17.892.619,94**	**16.335.740,58**	**16.335.740,56**

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

Quadro 117 - Metas Previstas e resultados alcançados: Ação 2272

Meta física*			Meta financeira		
Prevista	**Realizada**	**%**	**Prevista R$**	**Realizada R$**	**%**
-	-	-	27.000.000,00	17.892.619,94	66

Fonte: SIMEC – 31.12.2008

2.3.4. Outras Atividades

Quadro 118 - PDE – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação	Serviço - Reunião com Dirigentes Municipais/Estaduais de Educação, para discussão sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação - Evento Brasília-DF - 07 a 09.05.08	UNESCO	914BRA1095	58.253,00
	Serviço - 7º GT - Reunião com Dirigentes Municipais e Estaduais de Educação - Evento Brasília-DF - 20 a 22.08.08	UNESCO	914BRA1095	46.172,00
	PASSAGEM	UNESCO	914BRA1095	275.301,51
		PNUD	BRA/03/004	13.435,74
	DIÁRIA	UNESCO	914BRA1095	74.284,81
		PNUD	BRA/03/004	879,68
	TOTAL			**468.326,74**
PDE/PAR	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**		**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		128.061,39
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		40.684,75
	TOTAL			**168.746,14**
PDE-Escola	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**		**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		49.361,60
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		13.472,40
	TOTAL			**62.834,00**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 119 - Política Nacional de Educação Básica – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Política Nacional de Educação Básica	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		74.438,63
		UNESCO	914BRA1095	75.850,57
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		19.580,89
	TOTAL			**169.870,09**
Currículos em Movimento da Educação Básica	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**		**VALOR EM R$**
	Serviço - Reunião técnica com o objetivo de discutir "O Currículo em Movimento nas Universidades e Faculdades de Educação".	112 - SEB/MEC		3.875,74
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		95.751,37
		UNESCO	914BRA1095	131.326,74
		PNUD	BRA/03/004	71.016,60
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		29.036,00
		UNESCO	914BRA1095	24.937,90
		PNUD	BRA/03/004	15.454,15
	TOTAL			**371.398,50**
Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica - Conpeb	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		3.549,02
		UNESCO	914BRA1095	3.812,34
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		865,87
		UNESCO	914BRA1095	1.504,98
	TOTAL			**9.732,21**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 120 - Política Nacional de Educação Básica, Prêmios – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008	Aquisição de Troféu e Banner, material de divulgação do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2008	112 - SEB/MEC		7.800,00
	ADITIVO - impressão gráfica das publicações do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME 2008	UNESCO	914BRA1095	4.000,00
	PASSAGEM	PNUD	BRA/03/004	1.643,24
		UNESCO	914BRA1095	106.662,19
		112 - SEB/MEC		20.678,34
	DIÁRIA	PNUD	BRA/03/004	364,22
		UNESCO	914BRA1095	13.661,61
	TOTAL			**154.809,6**
Prêmio Professores do Brasil	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	Serviço de impressão gráfica de 300 diplomas do Prêmio Professores do Brasi	UNESCO	914BRA1095	549,00
	Serviços jornalísticos para realizar reportagem e redação de um texto sobre a Edição do Premio Professor do Brasil	UNESCO	914BRA1095	1.284,00
	Serviço de Evento da Comissão de Avaliação e seleção das experiências para o Prêmio Professores do Brasil - Brasília-DF - 03 a 07.11.08	UNESCO	914BRA1095	29.633,50
	Serviço de Evento -Terceiro Seminário Professores do Brasil - Brasília-DF - 02 a 03.12.08	UNESCO	914BRA1095	64.066,00
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		20.620,92
		UNESCO	914BRA1095	60.241,84
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		1.209,56
		UNESCO	914BRA1095	4.295,28
	TOTAL			**181.900,10**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

Quadro 121 - Política Nacional de Educação Básica – Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2008

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R$
Escolas Bilíngües de Zona de Fronteira	Serviço - Transporte rodoviário dos professores das Escolas Bilíngües de Fronteira	OEI	BRA/05/003	2.700,00
	Serviço - Transporte rodoviário dos professores da equipe gestora das Escolas Bilíngües de Fronteira	OEI	BRA/05/003	22.360,00
	Formação dos professores e equipe gestora, planejamento, acompanhamento e avaliação das aulas e diagnóstico sociolingüístico	OEI	BRA/05/003	243.602,00
	Serviço - Aditivo de valor - Formação dos professores e equipe gestora, planejamento, acompanhamento e avaliação das aulas e diagnóstico sociolingüístico	OEI	BRA/05/003	35.039,52
	Serviço - 2ª Seminário das Escolas Bilíngues de Fronteira - Porto Alegre-RS - 05 a 07.12.08	OEI	BRA/05/003	125.160,00
	CONSULTORIA	OEI	BRA/05/003	28.000,00
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		5.134,44
		OEI	BRA/05/003	45.295,59
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		2.788,56
		OEI	BRA/05/003	5.900,64
	TOTAL			**515.980,75**
Educação Fiscal e Cidadania	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**		**VALOR EM R$**
	Serviço - Reprodução de DVD já autorado	112 - SEB/MEC		3.600,00
	TOTAL			**3.600,00**

	ITEM DE DESPESA	FONTE		VALOR EM R$
Cisternas nas Escolas	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		1.143,54
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		383,40
	TOTAL			**1.526,94**
Conferência Estadual de Educação	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	Serviço - Conferência Estadual de Educação Básica - Florianópolis-SC - 07 a 08.12.08	UNESCO	914BRA1095	53.642,00
	Serviço - Aditivo da Conferência Estadual de Educação Básica - Florianópolis-SC - 07 a 08.12.08	UNESCO	914BRA1095	5.337,50
	Serviço - Confecção de materiais de eventos - 500 Pastas, 500 crachas, 500 canetas, 1 banner e 500 blocos	UNESCO	914BRA1095	3.522,44
	TOTAL			**62.501,94**
Grêmios Escolares	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		1.874,98
		UNESCO	914BRA1095	3.927,80
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		371,09
		UNESCO	914BRA1095	601,30
	TOTAL			**6.775,17**
Conselho do Fundeb	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		23.935,64
		UNESCO	914BRA1095	14.781,14
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		2.998,18
		UNESCO	914BRA1095	3.085,54
	TOTAL			**44.800,50**
Marco Regulatório	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**	**PROJETO**	**VALOR EM R$**
	CONSULTORIA	UNESCO	914BRA1095	20.000,00
	TOTAL			**20.000,00**
Mais Leitura	**ITEM DE DESPESA**	**FONTE**		**VALOR EM R$**
	PASSAGEM	112 - SEB/MEC		1.814,04
	DIÁRIA	112 - SEB/MEC		1.382,54
	TOTAL			**3.196,58**

Fonte: DCC/CGPG/SEB/MEC

2.4. Desempenho Operacional

Não foram definidos indicadores que permitissem uma análise objetiva e com rigor do desempenho operacional da unidade, de modo que não nos foi possível mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, para além dos indicadores de execução físico-financeira. A providência de definição de indicadores e parâmetros de acompanhamento e avaliação das ações e da atuação da Secretaria está em curso e deverá permitir, em breve, a disponibilização desses dados.

Pilotado pela Secretaria Executiva, e executado com a assessoria da Fundação Getúlio Vargas, esse processo de definição de indicadores vem sendo construído progressivamente, tendo tido início com o mapeamento das ações estratégicas e a construção do próprio alinhamento estratégico do Ministério. Um primeiro conjunto de indicadores/informações já foi submetido à apreciação e validação por parte dos dirigentes dos vários órgãos do MEC. O próximo passo será definir o modo de coleta e tratamento dos dados que deverão ser monitorados a partir do SIMEC. A previsão é de que o monitoramento das ações com base nesses indicadores já seja possível para o exercício de 2010.

2.4.1 Evolução de gastos gerais

Quadro 122 – Evolução de gastos gerais – Ação 8373

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
Diárias para Servidor	415.801,72	194.299,87	193.636,92
Diárias para Colaborador Eventual	223.120,32	68.224,30	170.155,02
Passagem Aérea	1.254.109,24	455.295,10	1.014.431,27
Cartão de Crédito do Governo Federal	13.263,13	3.358,19	1.236,18
Imprensa Nacional	175.254,64	37.280,32	14.580,86
Ressarcimento	3.884,81	4.369,82	2.720,89
Despesas de Exercícios Anteriores	29.455,42	9.843,68	10.937,57
Periódicos	4.192,60	2.928,50	3.441,30
Locação de Mão-de-Obra	18.549,32		
Contratos	186.766,04	94.608,66	42.818,36
Obrigações Tributárias e Contribuições OP.Intra-Orç.	18.292,41		
PNUD	4.460,65		160.000,00
UNESCO		656.056,40	
Pessoal Temporário	672.471,80	541.149,84	396.589,91
Despesas Exercícios Anteriores (339192)	5.206,08	1.195,66	5.445,44
Material de Consumo	27.083,83	2.266,19	3.899,30
Equipamentos e Material Permanente	429.870,00		
TOTAIS	**3.481.782,01**	**2.070.876,53**	**2.019.893,02**

Fonte: DIOF/CGPG/SEB/MEC

III – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (conforme item 3 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN –TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaramos que, com relação aos itens 3 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, não houve no exercício de 2008 reconhecimento por esta Secretaria de Educação Básica de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Brasília, 24 de março de 2009.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

IV – Informações sobre Restos a Pagar de exercícios anteriores (conforme item 4 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 123 – Restos a pagar de exercícios anteriores

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	200,00			200,00				
2008					87.053,00		87.053,00	
2008					9,00			9,00
2008					7.980,00			7.980,00
2008					49.680,00			49.680,00
2008					3.600,00		3.600,00	
2008					266.000,00			266.000,00
2008	682.906,00		682.906,00					

Nota:

- Explicação dos motivos que levaram à constituição dos respectivos passivos: não houve passivos no exercício de 2008, no âmbito da SEB/MEC.

- Razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro: o valor de R$ 200,00 (duzentos reais), do exercício de 2006, deverá ser excluído de recursos a liberar e cancelado o saldo do empenho no presente exercício, por se tratar de um convênio da Secretaria de Estado da Educação do Acre já encerrado.

V – Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres (conforme item 5 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro 124 - Transferências (Convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura vigência etc)				Objeto da avenca	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avenca (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N)**
		Nº	Processo	Data								
				Assinatura	Vigência							
Convênio	511803	003/2004	23000.000941/2004-81	29/07/04	11/10/09	EXECUCAO DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTACAO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	12Ago04	4.795.196,60	1.746.137,20		80257355000108	Aguardando a Pc final
Port.07/08	08NC1					PORT. NR. 07/06/08/08 PROC. 0149610862 COM VISTA A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADADES DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES DA EDUC.BÁSICA, DE ACORDO C/ A SEGUINTE CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			500.000,00		154003/15279	Aguardando a Pc final
Provisão	08NC8					CUMPRIR C/ O ACORDO FIRMADO C/ FNDE P/ IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS-SPE,CONF.PROC. 0230460868			1.300.000,00		153173/15253	Aguardando a Pc final
Provisão	08NC09					AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS P/ INSTALAÇÃO DE UMA SALA P/ VIDEOCONFERÊNCIA, CONF. PROC. 0226880840			41.594,00		150002/00001	Aguardando a Pc final
Convênio	511801	021/2004	0009630441	06Ago04	30Nov09	EXEC.DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENV. DA EDUCAÇÃO.	19Ago04	4.820.082,50	1.949.828,50		48031919000124	Aguardando a Pc final
Convênio	510057	023/2004	0009420425	10Ago04	16Nov09	EXEC.DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENV. DA EDUCAÇÃO	31Ago04	4.126.337,36	1.267.136,00		46068425000133	Aguardando a Pc final
Convênio	509199	009/2004	0009600415	10Ago04	31Ago09	EXEC.DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENV. DA EDUCAÇÃO	12Ago04	4.140.011,00	1.259.455,00		92959006000885	Aguardando a Pc final
Convênio	509565	019/2004	0009360478	10Ago04	31Ago09	EXEC.DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENV. DA EDUCAÇÃO	19Ago04	1.485.000,00	495.000,00		60990751000124	Aguardando a Pc final
Conv./Contexto Legal	484480	001/2003	0047570329	12Nov03	31Dez08	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	21Nov03	23.413.547,35	480.000,00		03723329000179	Aguardando a Pc final
Convênio	510122	014/2004	0040790485	05Jul04	24Out09	EXECUCAO DESCENTRALIZADA DE PROJETO DE IMPLANTACAO DA REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO.	19Ago04	3.182.906,00	682.906,00		17178195000167	Aguardando a Pc final

VI – Informações sobre as entidades de Previdência Complementar Patrocinada
(conforme item 6 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 6 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não tem sob sua responsabilidade previdência complementar patrocinada.

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

VII - Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos (conforme item 7 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 6 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não tem sob sua responsabilidade nenhum projeto ou programa beneficiado com recursos externos.

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

VIII – Informações sobre Renúncia Tributária, conforme modelo dos Quadros II.A.5 a II.A 11 (conforme item 7 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 6 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não tem sob sua responsabilidade nenhum projeto/instituição beneficiado por renúncia de receita pública federal.

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

IX – Declaração do gestor sobre a regularidade dos beneficiários de renúncia (conforme item 9 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 9 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não tem sob sua responsabilidade nenhum projeto/instituição beneficiado por renúncia de receita pública federal.

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

X – Operações de fundos (conforme item 10 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 10 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não tem sob sua responsabilidade nenhum projeto beneficiado por operações de fundos.

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

XI – Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito (conforme item 11 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

11. Despesas com cartão de crédito

Quadro 125 – Série histórica da despesa com cartão de crédito

Ano	FATURA		SAQUE	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
2006	18	4.945,23	25	8.317,90
2007	06	1.263,56	14	1.263,56
2008	04	1.236,18	-	-

Quadro 126 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005.

Limite de utilização total da UG	R$ 30.000,00
Natureza dos Gastos Permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Italmar Alves do Nascimento	R$ 2.000,00
Alexandre Horário Barreto	R$ 2.000,00

XII – Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno expedidas no exercício (conforme item 12 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Quadro 127 – Manifestações da Controladoria Geral da União em 2008
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - PLANO DE PROVIDÊNCIAS
Unidade Gestora: 150019 - Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC
Tipo de Auditoria: Auditoria de Gestão
Período Examinado: 2007 Relatório nº: 207280

Programa/ Ação	Recomendação/Determinação	Providências Adotadas	Unidade responsável pela implementação das medidas
1067/8373	Assunto – Indenizações – PNUD Projeto BRA/03/004: 3.1.11.1 Constatação 019 – Falta de devolução de diárias: • Que o gestor continue promovendo ações para a devolução do valor e a apresentação do respectivo comprovante de recolhimento e, • Que sejam aperfeiçoados os mecanismos de controle dos pagamentos e das devoluções de diárias.	-Registramos que a Secretaria de Educação Básica encaminhou o Ofício nº 1147/GAB/SEB/MEC datado de 6 de março de 2008 para a Senhora Maria da Conceição Sobral Gomes solicitando a devolução de diárias não utilizadas, documentação apresentada no ofício nº 1675/GAB/SEB/MEC de 9/05/2008. -Também anotamos que a devolução das referidas diárias foi efetivada ,documentação apresentada no ofício nº 1675/GAB/SEB/MEC de 9/05/2008.	SEB
	Assunto – Indenizações – PNUD Projeto BRA/03/004: 3.1.11.2 Constatação 020 – Pagamento indevido de diárias: • Ressarcir ao Projeto BRA/03/004 os valores de diárias pagas indevidamente, bem como todos os valores pagos indevidamente decorrentes desta viagem e que tenham corrido à conta do Projeto BRA/03/004 (passagens, etc) e, • Promover no sistema os lançamentos contábeis necessários à regularização da escrituração do Projeto.	-Com relação a este fato, a Secretaria de Educação Básica encaminhou o Ofício nº 1144/GAB/SEB/MEC, de 6 de março de 2008, e o Ofício nº 1588/GAB/SEB/MEC, de 30 de abril de 2008, para a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) solicitando ressarcimento de valores para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Projeto BRA/003/004, referentes a duas diárias e duas passagens pagas indevidamente ao consultor Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos, documentação apresentada no ofício nº 1675/GAB/SEB/MEC de 9/05/2008. -Os ressarcimentos foram realizados conforme demonstrado na documentação apresentada no ofício nº 1675/GAB/SEB/MEC de 9/05/2008. -Quanto ao registro no sistema dos lançamentos contábeis necessários a regulamentação da escrituração do Projeto BRA/03/004, a SEB aguarda encaminhamento pelo PNUD, que comprometeu-se a nos enviar os comprovantes da referida operação.	SEB

	Assunto – Contratação de Consultoria – PNUD Projeto BRA/03/004 3.1.12.2 Constatação 022 – Falta de comprovação documental de experiência profissional de Consultor: • Exigir do candidato selecionado a documentação comprobatória da experiência profissional e da formação acadêmica, como condição para a assinatura do contrato, e manter os documentos comprobatórios anexados ao processo.	A SEB/MEC estabelece que toda e qualquer proposta de contratação de pessoa física passará por uma análise criteriosa dos documentos comprobatórios das informações prestadas no currículo, de modo a garantir que a experiência e qualificações atendem efetivamente às especificações exigidas no edital. O setor também lançará mão da checagem da veracidade das informações por telefone ou outros meios.	
	Relatório nº 208746 - Falta de justificativa para dois pagamentos efetuados por meio de saques com cartão de pagamento do Governo Federal no valor total de R$ 203,00: Verificar, antes de realizar a despesa, se o fornecedor ou prestador de serviço é afiliado à rede do cartão de pagamento, considerando o que estabelecem os Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2008 (este, em vigor desde 3.3.2008), e a Portaria nº 41/2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	A Secretaria de Educação Básica reitera o compromisso de zelar, principalmente resguardado o princípio da economicidade, nos processos de aquisições por meio do CPGF, bem como de efetuar os pagamentos exclusivamente por meio da rede afiliada do CPGF. A recomendação foi implementada utilizando-se de: • Consultas telefônicas sobre o credenciamento do estabelecimento comercial junto a rede filiada; • Solicitação das propostas (de, no mínimo, três estabelecimentos); • Confirmação, via internet, do cadastro do estabelecimento comercial afiliado ao Comprasnet, ao SICAF, ao Banco do Brasil; • Realização da compra do material ou da prestação do serviço; • Formação do processo; • Aguardo da fatura; • Emissão do pagamento.	SEB

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

XIII – Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do TCU expedidas no exercício (conforme item 13 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

13. Determinações e recomendações do TCU

Quadro 128 .– Manifestações do Tribunal de Contas da União em 2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DECISÃO DO TCU:

ÓRGÃO/ENTIDADE: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Básica (SEB)

Programa/ Ação	Recomendação/Determinação	Providências Adotadas	Unidade responsável pela implementação das medidas
1067/ 8373	Ofício nº 622/2008-TCU/SECEX-6: Solicita cópias do 12º aditivo, de 14/07/2007 e do 13º aditivo, de 08/02/2008 do PNUD Projeto BRA/03/004 e do 6º aditivo, de 07/12/2007 do Projeto UNESCO 914BRA1095.	Os termos aditivos foram encaminhados por meio do Ofício nº 2064/GAB/SEB/MEC, de 30/06/2008.	SEB
	Acórdão 2865/2008: *determinar à Secretaria de Ensino Básico - SEB/MEC, que:* *9.3.1. ao promover seminários, congressos e eventos similares, que envolvam despesas variáveis de acordo com o número de participantes, tais como hospedagem e alimentação em hotéis, adote as medidas necessárias a fim de promover estimativa rigorosa do número de partícipes e assegurar que os pagamentos correspondam ao número efetivo destes e não à demanda inicialmente prevista, fixando, nos respectivos contratos, a possibilidade de supressão do objeto nos limites autorizados pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93;* *9.3.2. observe a vedação constante das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto ao pagamento a servidor público por serviços de consultoria, inclusive com recursos provenientes de acordos de cooperação com organismos internacionais, em vista da ocorrência apontada no item 9.1.2.3 do Relatório de Auditoria Anual do Projeto BRA/03/004 (Relatório nº 165.677, da Secretaria Federal de Controle Interno);*	Tão logo o referido Acórdão foi emitido, a SEB tomou providências imediatas e desde então vem adotando fluxos e rotinas administrativas mais rigorosas quanto ao cálculo da estimativa de presença de participantes em eventos promovidos pelo órgão. A esse respeito foi definida uma fórmula para cálculo da previsão de participantes em eventos e foi realizado um treinamento das equipes técnicas das áreas-fim responsáveis pela elaboração do Termo de Referência. Essa fórmula de cálculo consiste em estimar o número X de participantes a menor, que acrescido de 25% se aproxima do número de presenças realmente previstas. Além disso, conforme determina o Acórdão, a SEB passou a fazer constar em todos os contrato de prestação de serviços de hospedagem, alimentação e afins, a possibilidade de supressão do objeto nos limites autorizados pelo art. 65, parágrafo 1, da lei 8.666/93. Em relação ao segundo ponto, a SEB vem adotando fluxos e rotinas administrativas mais rigorosas quanto ao cálculo da estimativa de presença de participantes em eventos promovidos pelo órgão, bem como quanto à contratação de pessoa física para serviços de consultoria.	SEB
-	Acórdão 2948/2008: ***3)*** *determinar à Secretaria de educação Básica que encaminhe à Coordenação-Geral de Pessoas/MEC, para análise e providências cabíveis, nos termos do art. 1º da Lei 8.730/93, as declarações de bens e rendas, relativas ao exercício de 2006, ano calendário 2005, dos servidores Elimário Freire da Fonseca, João Rodrigues Neves, Fátima Maria Magalhães Belfort, e Rita de Cássia Santa cruz Monteiro, os quais constam do rol de responsáveis da secretaria no Exercício de 2006.* ***4)*** *Juntar cópia da instrução constante dos autos às Contas do FNDE do exercício de 2007 para continuidade do acompanhamento das análises realizadas pelo FNDE no âmbito dos Convênios nº 035/2001 (SIAFI 417237), 089/2002 (SIAFI 453053), e 102/2002 (SIAFI 455552), mencionados no item 5.3 do relatório de Auditoria da SFC nº 190649, referente à secretaria de Educação Básica do exercício de 2006.*	Em relação ao item 3, a SEB encaminhou à Coordenação-Geral de Pessoas o memorando nºo 7604 de 15 de dezembro de 2008, conforme determinado. Em relação ao item 4, a SEB encaminhou ao FNDE o Ofício nº 3011 de 14 de outubro de 2008, anexo	SEB

Brasília, 24 de março de 2009

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

XIV - Informações quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de Controle Interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão, desligamento, aposentadoria, reforma e pensão. (conforme item 14 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos atos de admissão e desligamento, bem como os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, ao item 14 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, não são prestadas no âmbito da Secretaria de Educação Básica, sendo uma atribuição da Subsecretaria de Assuntos Administrativo do Ministério da Educação.

Brasília, 24 de março de 2009.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

XV – Demonstrativo relacionando as dispensa de instauração de Tomadas de Contas Especiais (conforme item 15 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica

DECLARAÇÃO

Declaro que, com relação ao item 15 do anexo II do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica da DN – TCU - 93/2008, esta Secretaria de Educação Básica não instaurou nenhuma Tomada de Contas Especial no exercício de 2008.

Em 24 de março de 2009.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

XVI – Informações sobre a composição de Recursos Humanos (conforme item 16 da Portaria CGU Nº 2238/2008)

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos - Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica

Quadro 129 - Composição dos Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica - Situação em 31/12/2008

Descrição:	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na SEB	90	-	79	-	65	-
Funcionários Contratados CLT em exercício na SEB	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	90	-	79	-	65	-
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	24	-	23	-	31	-
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Contratações temporárias da SEB (Lei 8.745/1993)	15	688.859,51	11	541.149,84	7	396.589,91
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Contratações temporárias do FNDE em exercício na SEB (Lei 8.745/1993)	**21**	-	**22**	**-**	**20**	-
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Pessoal Terceirizado Vigilância/ Limpeza	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	**35**	-	**34**	**-**	**18**	-
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	**10**	-	**13**	-	-	-
Total Pessoal Terc + Estag.	**45**	-	**47**	-	**18**	-
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Pessoal Requisitado em exercício na SEB, com ônus	**19**	-	**8**	**-**	**16**	-
Pessoal Requisitado em exercício na SEB, sem ônus	**2**	-	**4**	-	**1**	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na SEB	**21**	-	**12**	-	**17**	-
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Quantidade	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**	**Quantidade**	**Despesa**
Pessoal Cedido pela SEB, com ônus	**-**	-	**-**	**-**	**-**	-
Pessoal Cedido pela SEB, sem ônus	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Total Pessoal Cedido pela SEB	-	-	**-**	-	**-**	-

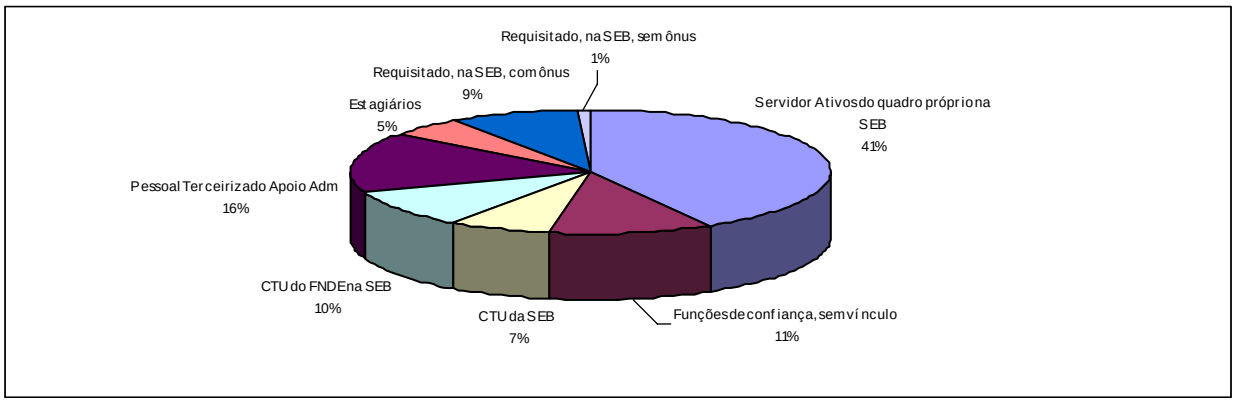
Descrição:	2008	
	Quantidade	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalisticas da SEB	111	283.278,50
Pessoal envolvido em ações de suporte da SEB	47	113.311,41
Total Geral	**158**	**396.589,91**

Quadro 130 .- Recursos Humanos da Secretaria de Educação Básica - Posição: 31/12/2008

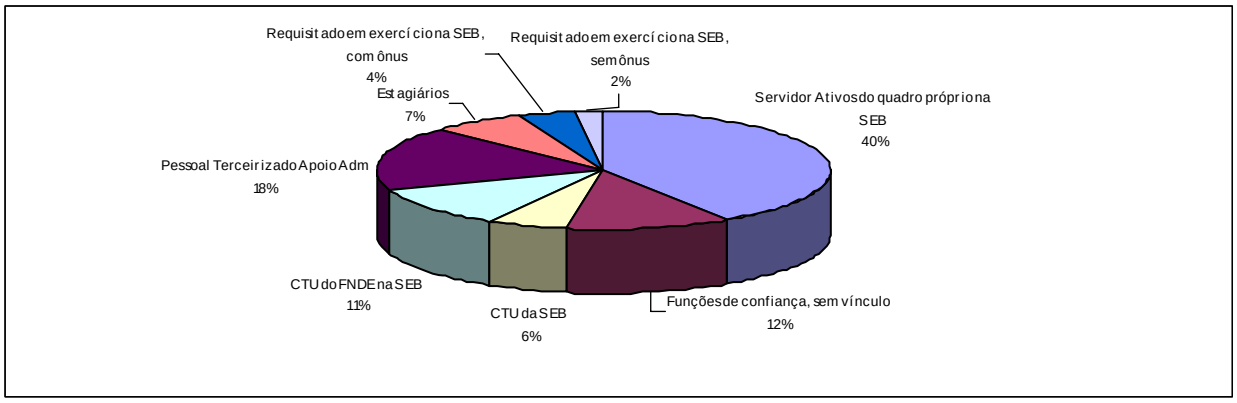
Categoria funcional	Quantidade		
	2006	2007	2008
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na SEB	90	79	65
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	24	23	31
Contratações temporárias da SEB (Lei 8.745/1993)	15	11	7
Contratações temporárias do FNDE em exercício na SEB (Lei 8.745/1993)	21	22	20
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	35	34	18
Estagiários	10	13	-
Pessoal Requisitado em exercício na SEB, com ônus	19	8	16
Pessoal Requisitado em exercício na SEB, sem ônus	2	4	1
TOTAL	**216**	**194**	**158**

Gráfico 4 – Evolução da Distribuição dos Recursos Humanos da SEB, por categoria funcional - Posição: 31/12/2008

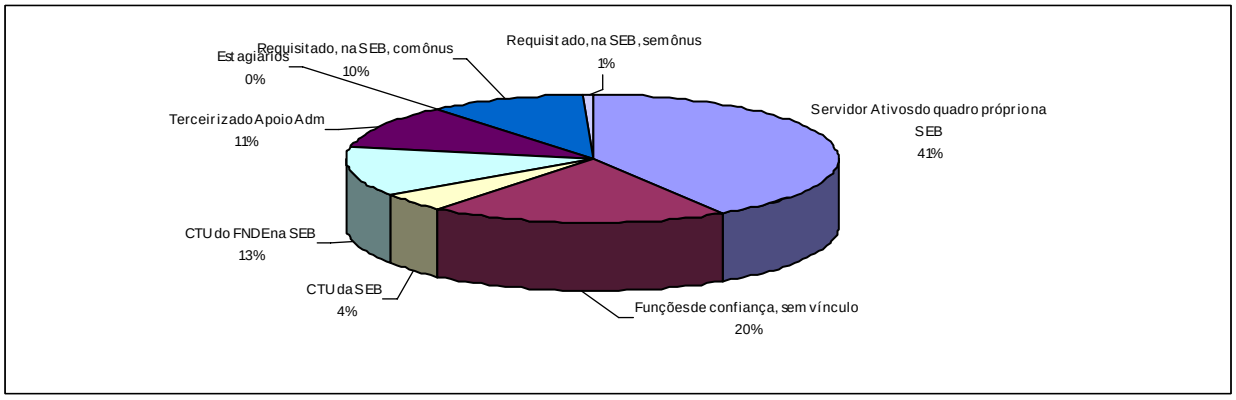
Ano 2006



Ano 2007



Ano 2008



Aqui declaração de entrega de imposto de renda

XVII – Outras informações relevantes para a avaliação do desempenho da gestão (conforme item 17 da Portaria CGU Nº 2238/2008)

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Em 2008, o MEC adotou uma série de medidas com o objetivo de conferir maior racionalidade gerencial e administrativa aos programas e projetos da área de educação. No âmbito da Secretaria de educação Básica -SEB, essas medidas se traduziram, por exemplo, na centralização no FNDE da gestão orçamentária e financeira das ações em execução na Secretaria. Fundamentado no princípio da gestão compartilhada, o FNDE assume a função de Unidade Orçamentária – UO, e a SEB a função de Unidade Gestora – UG, o que permite a uniformização dos procedimentos gerenciais dos projetos do MEC, evita a dispersão, pulverização e superposições de esforços e meios, e permite à SEB concentrar sua atuação na definição de políticas e diretrizes educacionais, na implementação e acompanhamento pedagógico de Programas, e monitoramento dos seus resultados. Dentro desse mesmo espírito de racionalidade gerencial, a Portaria Normativa nº 21, de 4 de dezembro de 2008, institucionalizou a transferência para o FNDE dos convênios da Rede Nacional de Formação, entre outros, permanecendo na SEB as diretrizes políticas, o acompanhamento pedagógico e as avaliações dos resultados dos programas relacionados desses convênios.

Além disso, em 2008, a SEB investiu grande esforço na orientação de seus quadros gerenciais quanto ao planejamento e gerenciamento dos programas dentro da lógica do PPA, na adoção de instrumentos de monitoramento inclusive tecnológicos (SIMEC) que, uma vez incorporados ao cotidiano da gestão, permite aos gestores intervir mais rapidamente no cenário de implementação das ações da Secretaria realizando ajustes ao longo do processo de implementação, tendo em vista o alcance das metas físico-financeiras das ações, tal como previsto. Nesse sentido, o MEC, por meio da Secretaria Executiva, está conduzindo um já avançado processo de estruturação de um sistema de informações, baseado em indicadores, a ser gerenciado dentro do próprio SIMEC, e que permitirá uma racionalidade ainda maior no acompanhamento das ações implementadas e de seus resultados.

Em relação aos processos administrativos relacionados à gestão dos programas da Secretaria, também foram adotadas medidas como de reorganização interna dos setores; mutualização de meios e recursos, inclusive humanos; redefinição de fluxos e responsabilidades no que diz respeito à elaboração de Termos de Referência, licitações, contratações e emissão de passagens e diárias; que redundaram numa maior correção e agilidade nos processos finalísticos.

XVIII - Informações específicas a constar do Relatório de Auditoria de Gestão (conforme item 14 do anexo B do Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada da DN – TCU - 94/2008)

18. Informações específicas a constar do Relatório de Auditoria de Gestão

1. **Oportunidade da contratação de serviços e de bens por meio de organismos internacionais (OI), sem a pré-existência de contrato de empréstimo que legitime a utilização do OI, o que pode caracterizar fuga a processo licitatório;**

   Não se verificou no exercício de 2008 nenhuma situação que caracterize contratação de serviços e de bens por meio de organismos internacionais (OI), sem a pré-existência de contrato de empréstimo que legitime a utilização do OI, que pudesse caracterizar fuga a processo licitatório. Em todas as movimentações relacionadas à aquisição, pela SEB, de bens e serviços por meio de OI, os respectivos Organismos parceiros da SEB, a saber: OEI, PNUD e UNESCO, se pautam pelas normas consubstanciadas no Manual de Convergência de Normas Licitatórias, aprovado pelo Tribunal de Contas da União, na sessão plenária nº 176/2004.

2. **Observância de critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica e capacidade operacional dos convenentes para a gestão dos convênios celebrados (Art. 5º do Decreto 6.170/2007);**

   No exercício de 2008, não foram celebrados convênios no âmbito da Secretaria de Educação Básica.

3. **Fiscalização in loco, pelo concedente, dos convênios e contratos de repasses celebrados, especialmente dos municípios/estados beneficiados com recursos de programas do PDE;**

   No caso dos convênios e contratos de repasses celebrados com municípios/estados beneficiados com recursos de programas do PDE, o FNDE constitui o órgão concedente.

4. **Avaliação quanto à suficiência do acompanhamento adotado, para garantir a plena execução do objeto, no caso de transferências voluntárias (parágrafo único do art. 6º do Decreto 6.170/2007)**

   Na condição de Unidade Gestora – UG, a SEB vem se ocupando do acompanhamento pedagógico das Ações orçamentárias sob a sua responsabilidade, monitorando seus resultados como forma colaborar com o FNDE – responsável pela transferência dos recursos – no trabalho de assegurar a plena execução do objeto pelos parceiros.

5. **Tempestividade na análise de prestação de contas e instauração de tomadas de contas especiais;**

   Até o momento em que a gestão dos convênios até então firmados pela SEB permaneceram sob sua responsabilidade, a Secretaria envidou seus esforços no sentido de garantir a tempestividade na análise de prestação de contas e instauração de tomadas de contas especiais, quando aplicável.

III. Informações contábeis

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão

Processo nº 23000.002488/2009-51
Interessado: Secretaria de Educação Básica
Assunto: Tomada de Contas da SEB referente ao exercício de 2008

Ao Senhor Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Em atendimento ao Memo-Circular nº 03/2009-GAB/SPO/SE/MEC, de 19 de janeiro de 2009, encaminhamos a Vossa Senhoria a Tomada de Contas da SEB, referente ao exercício de 2008, autuada em 3 (três) vias.

Informamos que a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da SEB está à disposição para maiores esclarecimentos através do telefone 2104-8620.

Em 24 de março de 2009.

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n. º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada Secretaria de Educação Básica - SEB que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 30 de Março de 2009.

Iara Ferreira Pinheiro
CRC DF 016234/O-0
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada